

**Diagnóstico prospectivo
da cooperação interregional
no território de fronteira**

Coimbra
2001

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Diagnóstico prospectivo da cooperação interregional no território de fronteira

Relatório final

Julho de 1999

COIMBRA
2001

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	Diagnóstico prospectivo da cooperação interregional no território de fronteira
AUTORIA	CEDRU - Centro de Estudos de Desenvolvimento Rural e Urbano
RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO	Jorge Manuel Bastos Brandão
SÉRIE	Estudos Regionais 8
COMPOSIÇÃO	Grafismos - Pedro Bandeira
IMPRESSÃO, EDIÇÃO	CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro
E DISTRIBUIÇÃO	Rua Bernardim Ribeiro, 80 - 3030-069 COIMBRA http://www.ccr-c.pt – geral@ccr-c.pt
TIRAGEM	500 Exemplares
ISBN	972-569-112-1
DEP. LEGAL Nº	161540/01

FEVEREIRO DE 2001

Apoio do: **Interreg II**

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Objectivos e conceitos	9
1.2. Metodologia	10
2. O TERRITÓRIO EM ESTUDO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DINÂMICAS	12
2.1. Um território com estrangulamentos e atrasos estruturais significativos	12
2.2. Algumas comparações com a Raia Central espanhola	17
3. A COOPERAÇÃO INTERREGIONAL:	
SOPORTE INSTITUCIONAL E INSTRUMENTOS DE APOIO	23
3.0. A importância da cooperação interregional	23
3.1. O Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças: a expressão institucional da cooperação	23
3.2. O INTERREG e o LEADER: principais suportes financeiros para o processo de cooperação	26
3.2.1. O INTERREG II	26
3.2.2. O INTERREG II C	36
3.2.3. O LEADER II	40
4. COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: PROMOTORES E ACÇÕES	45
4.1. As entidades promotoras dos projectos	45
4.2. As iniciativas de cooperação de natureza material: uma aposta consolidada no INTERREG II	49
4.2.1. Uma abordagem global das iniciativas materiais	49
4.2.2. Uma abordagem territorializada das iniciativas materiais	53

4.3. As iniciativas de cooperação imateriais:	
uma aposta em desenvolvimento	57
4.3.1. O crescimento da cooperação imaterial:	
uma tendência positiva dos últimos anos	57
4.3.2. Uma abordagem territorializada das iniciativas imateriais	61
4.3.3. Domínios de intervenção da cooperação	
interregional imaterial	65
5. COOPERAÇÃO REGIONAL NA RAIA CENTRAL	73
6. PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DO PROCESSO	
DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL	75
6.1. Dos problemas	75
6.2. Das potencialidades	79
7. OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO	
TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: UMA PROSPECTIVA	83
7.1. As apostas em marcha	83
7.2. Uma visão estratégica	84
7.2.1. Da cooperação transfronteiriça	86
7.2.2. Da cooperação transnacional	101
7.2.3. Das lições de experiência	104
7.3. Síntese conclusiva	106

NOTA PRÉVIA

As sociedades modernas apresentam níveis de complexidade - em grande medida ligados aos processos de globalização que as perpassam - que exigem novas respostas para problemas que, mesmo quando antigos, se apresentam agora sob novas formas. Na área económica, cultural, ou mesmo das identidades, levantam-se hoje novos desafios para os quais as respostas tradicionais nem sempre representam as melhores soluções.

Repensar estrategicamente a cooperação transfronteiriça, neste contexto, é um desafio aliciante que exige um assumir de responsabilidades conjuntas, assente em parcerias criativas, as quais passarão por relações de solidariedade entre os agentes dos territórios de fronteira.

A cooperação pressupõe também um compromisso com os problemas e as dificuldades das populações em causa, só possível a partir do conhecimento e da compreensão, de facto, da história destes territórios e das instituições que as enformam: as suas gentes, as suas culturas, as actividades económicas que aí ocorrem, a própria organização da sociedade e das suas actividades no espaço.

A cooperação transfronteiriça significa, hoje, num território com as características da Região Centro, assumir, sem receios, uma postura de inovação, designadamente a três níveis.

Em primeiro lugar, requer um conhecimento profundo e sistemático da realidade dos territórios e das suas instituições, dotando, desta forma, os agentes que nele (e sobre ele) agem da informação necessária à formulação de instrumentos de intervenção pertinentes e eficazes e de políticas mais integradoras das populações, de modo a esbater os défices de desenvolvimento que continuam a condicionar fortemente estes territórios.

Em segundo lugar, implica uma grande dose de capacidade inventiva. A cooperação transfronteiriça passa pela concretização de acções e projectos em territórios com necessidades e problemáticas muito específicas para as quais, muitas vezes, não há respostas já testadas. Por esse motivo, o esforço

de todos tem que ir no sentido de encontrar soluções inovadoras, baseadas tanto na responsabilidade como na criatividade.

Em terceiro lugar, um modelo responsável de cooperação transfronteiriça significa compromissos e parcerias efectivas entre os agentes dos dois lados da fronteira. Só desta forma se pode superar um modelo de duplas relações unívocas e passar para um modelo baseado em relações biunívocas, o qual requer uma postura de verdadeiro intercâmbio e reciprocidade nas acções e nas experiências.

O presente relatório pretende analisar as condições passadas e presentes do desenvolvimento de actividades e projectos de cooperação entre a Região Centro e as duas regiões espanholas fronteiriças: Castilla y León e Extremadura. Assim, procura partir de um exercício de sistematização dos trabalhos de cooperação desenvolvidos nos últimos anos pelas mais variadas entidades do território de fronteira para, depois, definir alguns cenários prospectivos para a cooperação, nomeadamente no quadro das várias vertentes do INTERREG III. Procurando reflectir os contributos de todos - na medida em que a cooperação transfronteiriça é um processo em construção cujo aprofundamento a todos interessará - este estudo pretende constituir-se apenas como mais um instrumento de trabalho para a definição de novas e férteis formas de cooperação.

O Presidente



(João Vasco Ribeiro)

NOTA DE APRESENTAÇÃO

As fronteiras não são apenas divisórias e muito menos fracturas, embora correspondam a algum tipo de perda de continuidade. Mas as fronteiras acabam sempre por definir territórios cuja identidade é feita de diferenças, da interacção do que está de um e outro lado da linha de separação, que assim é também uma linha de união.

J. Gaspar, *Paisagens de Fronteira: Identidades e Recursos*
Guarda, 12 de Setembro de 1997

O relatório que agora se apresenta corresponde às conclusões de um estudo adjudicado pela Comissão de Coordenação da Região Centro ao CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda, com vista à elaboração de um *Diagnóstico Prospectivo da Cooperação Interregional no Território de Fronteira*.

O presente documento estrutura-se em sete capítulos, sendo os três primeiros enquadratórios da problemática da cooperação interregional, os três seguintes de diagnóstico e avaliação da prática e experiências de cooperação transfronteiriça e transnacional, entre 1994 e 1999 e, o último, uma prospectiva das oportunidades de cooperação interregional, explicitando-se uma visão estratégica.

Importa sublinhar que na realização do estudo a Equipa deparou com diversas dificuldades que, naturalmente, teve de remover e ultrapassar. Umas, decorrentes da própria interpretação do conceito de cooperação interregional, o qual parece não estar ainda suficientemente consensualizado entre os protagonistas. Outras, devido à ausência de um banco de informação, sistematizado e actualizado, sobre as acções de cooperação interregional, obrigando ao cruzamento de diversas e incompletas fontes de informação e ao lançamento de questionários e realização de entrevistas aos actores locais, para se poder percepcionar todo o universo da cooperação interregional. Outras, ainda, associadas ao facto de o leque de intervenções analisado ser muito alargado, desde acções materiais a imateriais, e, por isso, nem sempre ser fácil a destriňa das acções que são tipicamente de cooperação interregional, já que muitas, apesar de terem reflexos no processo de cooperação, visam em primeiro lugar a promoção do desenvolvimento local.

Apesar das dificuldades encontradas, julgamos terem sido alcançados os objectivos do trabalho. Os resultados obtidos diagnosticam com clareza e profundidade a dinâmica da cooperação interregional no território de fronteira da Região Centro, salientando os apoios institucionais e financeiros, a mobilização e as expectativas dos actores, os estrangulamentos e as oportunidades, traçando simultaneamente caminhos estratégicos para o reforço e consolidação de uma prática que ganha cada vez mais sentido quer como alavanca para o desenvolvimento regional e local quer como via de entendimento inevitável entre povos e entre territórios, numa Europa que busca uma União efectiva.

Uma palavra de agradecimento da Equipa a todos quantos se disponibilizaram a colaborar no presente estudo. Em primeiro lugar, ao Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças da CCR Centro, pela informação cedida e pela forma como acompanhou a realização do estudo de que foi promotora. Também a todos os actores locais do território de fronteira – as Câmaras Municipais, os Núcleos Empresariais, as Instituições de Ensino Superior, as Delegações Regionais da Administração Pública e as Associações de Desenvolvimento Rural, Local, Cultural e Recreativo – que souberam interpretar a importância dos questionários e entrevistas realizados. E, ainda, aos responsáveis, técnicos e consultores dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças das regiões espanholas de Castilla y León e da Extremadura, pela forma como prontamente acolheram as nossas solicitações de entrevistas e cederam informação.

1 INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTIVOS E CONCEITOS

A Cooperação Interregional afigura-se de fulcral importância num quadro de aumento da competitividade regional e de globalização da economia. A Iniciativa Comunitária INTERREG constituiu um marco para a formalização das relações de cooperação transfronteiriça havendo, no entanto, que sublinhar que esta cooperação já existia desde longa data, assente numa fronteira física que dava corpo a relações de troca de pessoas e de bens.

Os projectos e iniciativas de cooperação devem responder aos interesses dos parceiros envolvidos, por forma a que estes se sintam mobilizados a participar nestes processos. Assim, exige-se que as iniciativas a desenvolver tenham um carácter concertado, respondendo a objectivos de carácter mais abrangente como a promoção da competitividade e do desenvolvimento regional. Por outro lado, as acções de cooperação interregional devem integrar-se na estratégia nacional e regional de cooperação, em particular de cooperação transfronteiriça.

Este trabalho tem como objectivos identificar os agentes de cooperação e as formas que estas assumem no sentido de diagnosticar a situação das acções/projectos que têm vindo a ser desenvolvidos na Região desde 1994. Para além destes objectivos, procura-se ainda prospectivar o quadro de cooperação transfronteiriça e transnacional, através da identificação dos domínios onde esta se poderá desenvolver ou reforçar, quais os agentes e quais os projectos que pode envolver.

A cooperação interregional no território de fronteira será analisada segundo três vectores:

- no quadro transfronteiriço, com o território do país vizinho com o qual Portugal tem estabelecido, desde longa data, relações de cooperação no domínio económico, político e social;
- no quadro transnacional, com regiões de outros países, para além da Espanha;
- e entre regiões/entidades no território raiano nacional.

1.2. METODOLOGIA

O estudo da cooperação interregional no território de fronteira deverá diagnosticar os agentes e acções de cooperação interregional por forma a identificar acções/projectos com impacto positivo na Região que permitam perspectivar acções e parceiros futuros.

No presente trabalho, a Equipa desencadeou os seguintes passos metodológicos:

1. Identificação dos agentes, dos projectos de cooperação que decorreram ou decorrem desde 1994, inclusive, no território fronteiriço da Região Centro que compreende as NUTS III Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul, recorrendo para tal à realização de um inquérito ao universo dos potenciais agentes que estejam, ou tenham estado, envolvidos na prossecução de acções de cooperação interregional;
2. Paralelamente, procedeu-se à recolha e tratamento de informação relativa aos projectos financiados no âmbito das iniciativas comunitárias INTERREG II e LEADER II, por forma a definir o seu nível de execução e âmbito de actuação;
3. Tipificação das acções segundo a sua natureza (material e imaterial);
4. Realização de entrevistas seleccionadas a promotores identificados, de acordo com critérios de representatividade por domínios de intervenção com vista à identificação das acções/projectos em que estiveram envolvidos, nomeadamente os melhores sucedidos;
5. Realização de entrevistas a entidades/organismos responsáveis pela orientação/gestão/execução das políticas e dos projectos de cooperação interregional, por forma a aferir dos problemas sentidos e, por outro lado, a recolher opiniões sobre a sua evolução futura;
6. Tipificação das acções desenvolvidas segundo os domínios de intervenção;
7. Identificação de áreas/domínios com elevado potencial para o aprofundamento das relações de cooperação interregional e, particularmente, transfronteiriça.

Cumpridos estes passos, procurou-se delinejar uma estrutura operativa de acções concretas, por áreas temáticas, onde foram colocados em evidência os objectivos gerais e específicos, as acções a realizar, os agentes envolvidos e os possíveis impactos sectoriais/territoriais dos projectos a desenvolver.

Importa sublinhar que na análise realizada, a equipa privilegiou as acções imateriais, uma vez que se verificou que estas, além de mais expressivas quantitativamente, têm sintetizado melhor o espírito da cooperação interregional, na medida em que envolvem sistematicamente um mínimo de dois países diferentes. Ao invés, as acções materiais têm sido quase exclusivamente realizadas no território de cada país e, muitas das vezes, é difícil a destrinça dos seus impactos ou do papel desempenhado na cooperação interregional, já que quase sempre o seu objectivo central é o do desenvolvimento local, mesmo no caso das enquadradas na iniciativa comunitária INTERREG II, que é afinal a mais vocacionada para o apoio às acções de cooperação, e que supõe efectivas parcerias e acções conjuntas.

2 O TERRITÓRIO EM ESTUDO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DINÂMICAS

O território em estudo é a chamada Raia Central Portuguesa que, para o efeito, é composta pela área das NUTS III da Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira, num total de 9 180 Km² e cerca de 292 mil habitantes.

2.1. UM TERRITÓRIO COM ESTRANGULAMENTOS E ATRASOS ESTRUTURAIS SIGNIFICATIVOS

O território fronteiriço já foi chamado por diversos autores como a "Raia do Subdesenvolvimento", em virtude dos enormes problemas estruturais e carências infra-estruturais que obstam ao processo de desenvolvimento económico e social. O despovoamento, o envelhecimento demográfico e a fragilização dos tecidos territoriais produtivos e sociais são as características mais marcantes da trajectória evolutiva do território raiano.

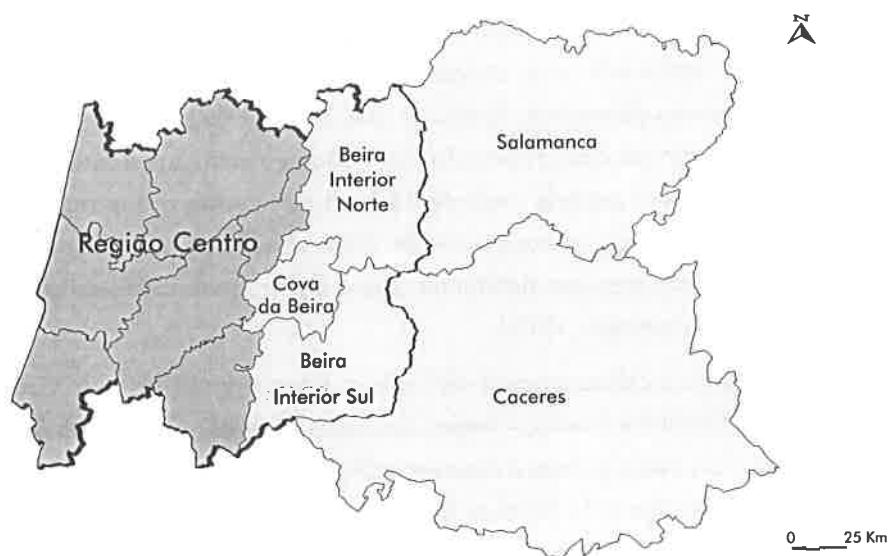
A situação é tanto mais preocupante já que não se perspectiva, pelo menos no curto prazo, uma inversão das tendências. Ora, porque as medidas que têm sido tomadas não são suficientes para remover os estrangulamentos estruturais e infra-estruturais existentes; ora, porque as condições de atracção e fixação populacional não são as melhores, nem mesmo para a amarração de um processo de retorno de emigrantes, que além de ainda muito limitado assume um carácter marcadamente sazonal; ora ainda, porque os principais centros urbanos da Raia Central Portuguesa não revelam capacidade e dinâmica demográfica e económica geradoras de efeitos difusores de povoamento e desenvolvimento das áreas urbanizadas para as ruralizadas.

- **Das carências infra-estruturais**

Pode dizer-se que os principais estrangulamentos infra-estruturais do território em questão dizem respeito a dois domínios:

- i) o das acessibilidades;
- ii) o dos grandes equipamentos e serviços colectivos.

Mapa de enquadramento: o território de fronteira da Região Centro



O problema das acessibilidades e transportes radica, por um lado, no facto de os grandes itinerários previstos no PRN 2000 ainda não estarem concretizados, sendo particularmente sentida a necessidade de conclusão do IP2 (a grande via dorsal de todo o interior português e a que, na Raia Central, poderá dar maior sustentabilidade à ideia de criação de um eixo urbano - Castelo Branco/Fundão/ /Covilhã/Guarda) e do IP6 (a via que aproximará a Beira Interior Sul do Litoral e em particular da Área Metropolitana de Lisboa - AML) e, por outro lado, no facto de o desenvolvimento do caminho de ferro no Interior do país não ter sido assumido como um desígnio nacional e um instrumento indispensável no combate contra a situação de perificalidade que caracteriza todo o território raiano.

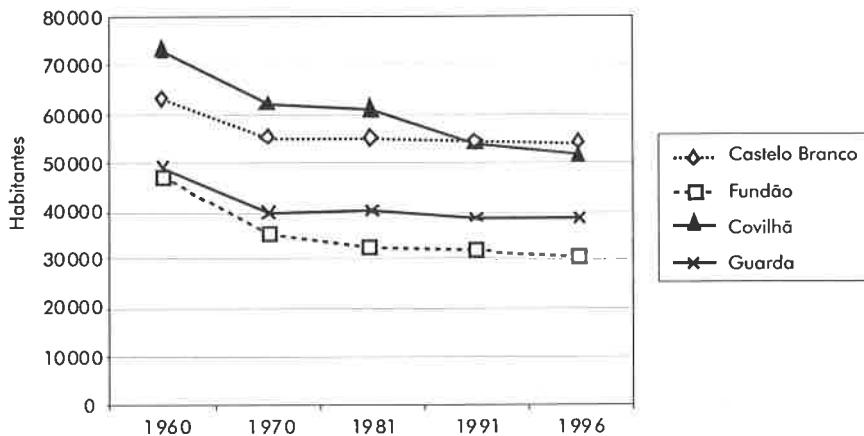
O problema dos equipamentos e serviços colectivos, sejam do âmbito social e cultural, sejam relacionados com o apoio à produção, coloca-se a dois níveis: primeiro, o da vertebração do sistema urbano e o da melhoria das condições de vida e de atracividade local; segundo, o da qualificação dos recursos humanos e do fortalecimento das estruturas produtivas e empresariais. O reforço da oferta de ensino superior, mormente politécnico, e a criação de pólos de inovação tecnológica, são exemplos de domínios carenciados e a suscitar intervenções estratégicas e estruturantes.

• **Do despovoamento e debilidade do sistema urbano**

Nas últimas décadas a Raia Central tem sido tangida por um processo de despovoamento acelerado que, nalgumas áreas, atingiu mesmo a quase desertificação humana do espaço. Estima-se que, desde 1960 (quando os fluxos emigratórios iniciaram um ciclo de grande expressão numérica) até à actualidade, o território raiano tenha perdido mais de 150 mil habitantes, o que representa mais de 1/3 dos seus efectivos populacionais. Concelhos houve que chegaram a perder mais de metade dos seus habitantes (casos do Sabugal, -56%; de Idanha-a-Nova, -55%, e Penamacor, -51%).

Mesmo os quatro concelhos urbanos mais relevantes da área em estudo – Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda – foram incapazes de resistir a esta onda devastadora de potenciais demográficos e recursos activos, conforme se poderá observar no gráfico respectivo (fig. 2.1). Note-se que entre 1960 e 1996 o Fundão perdeu 35.3% dos residentes, a Covilhã 29.4%, a Guarda 21.3% e Castelo Branco 14.2%.

Fig. 2.1 - Evolução da População Residente em 4 concelhos urbanos da Raia Central Portuguesa entre 1960 e 1996



Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1960, 1970, 1981, 1991 e Estimativas do INE para 1996

Em consequência, toda a estrutura territorial da Raia Central ficou fragilizada e mesmo o sistema urbano ficou demasiado debilitado para conseguir vertebrar toda a área, sem que para isso tenha que beneficiar de um significativo esforço de investimento público. Castelo Branco, com os seus cerca de 26 mil habitantes, é a cidade que melhor se posiciona e aquela que apresenta maior atratividade e capacidade de estruturação territorial (vantagens de partida e comparativas que serão potenciadas com a concretização do IP2 e do IP6).

- **Do envelhecimento e enfraquecimento das estruturas demográficas**

Os intensos movimentos emigratórios a que o território raiano foi sujeito, sobretudo na década de 60, motivaram a definição e evolução, de natureza negativa, dos aspectos estruturais e das dinâmicas da população.

Por um lado, foram processos acentuadamente selectivos que afectaram os efectivos populacionais mais jovens e, por isso, tanto o índice de juventude como o de renovação de gerações foram perdendo força originando um processo de envelhecimento demográfico cada vez mais acentuado. Note-se que, em 1991, em vários concelhos raianos, o peso da população com mais de 65 anos ultrapassava os 25% (casos de Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Penamacor, Sabugal e Figueira de Castelo Rodrigo).

Por outro lado, e consequentemente, a dinâmica natural da população foi sendo marcada por uma diminuição pronunciada da natalidade que se viria a traduzir de forma generalizada por saldos naturais negativos. Note-se que, em 1996, todos os concelhos da área em estudo apresentaram taxas de natalidade inferiores às de mortalidade e, portanto, excedentes de vida negativos. Casos existem em que a taxa de mortalidade é cerca de 4 vezes superior à de natalidade (exemplos extremos são os de Sabugal, que tinha em 1996 uma taxa de mortalidade da ordem dos 23.6‰ e uma taxa de natalidade de apenas 5.7‰, e o de Penamacor, com uma mortalidade de 18.9‰ e uma natalidade de 4.2‰). No global, em 1996, o saldo natural da Raia Central foi de -1760 elementos.

- **Da fragilidade dos tecidos económicos e sociais**

Os estrangulamentos anteriormente apontados e a trajectória evolutiva anteriormente descrita contribuíram, obviamente, para uma grande fragilização dos tecidos económicos e sociais, já de si muito debilitados à partida.

Essa fragilidade do tecido económico assenta na fraca diversidade da sua base económica, ainda com um grande peso do sector primário (por exemplo, na Beira Interior Norte, 30% da população activa ainda se encontra empregada neste sector de actividade), com uma indústria pouco diversificada e extremamente dependente de um único sector – têxtil – o que inviabiliza a ultrapassagem de determinados problemas conjunturais, e, com um sector terciário em expansão mas que resulta, maioritariamente, em ofertas de emprego municipais de fracos rendimentos.

A fraca capacidade de iniciativa empresarial endógena tem constituído um forte entrave ao desbloqueamento desta situação, impedindo a sua inversão. No entanto, nos últimos anos têm surgido determinadas iniciativas promovidas não só por actores locais mas, e sobretudo, por determinados actores externos que tendem a mudar o rumo da situação.

No campo social verifica-se que a falta de escolaridade e de determinados níveis de qualificação, além de contribuírem para a situação anteriormente descrita, contribui fortemente para os baixos rendimentos das populações raianas e, consequentemente, a baixos níveis de qualidade de vida. 1/5 da população da Beira Interior Sul é analfabeto, diminuindo esta percentagem ligeiramente no caso da Cova da Beira (18,8%). Dentro destas NUTS III o concelho de Idanha-a-Nova é c'

longe aquele que apresenta um valor mais elevado e, consequentemente, mais preocupante (37,4%). Pelo contrário, o valor mais baixo, mas que de maneira nenhuma se pode considerar satisfatório em inícios do século XXI, regista-se no concelho da Guarda com 13,6%.

2.2. ALGUMAS COMPARAÇÕES COM A RAIA CENTRAL ESPANHOLA

A Raia Central Ibérica sofre, inegavelmente, da grande maioria dos problemas /obstáculos que enfermam a totalidade do território raiano. As áreas que mais directamente (pela sua proximidade geográfica) deveriam relacionar-se são por vezes aquelas em que essa mesma proximidade mais se esbate. Este facto deriva, inquestionavelmente, por um lado, da barreira histórico-cultural que mentalmente continua a funcionar como uma fronteira política e, por outro lado, do facto dos principais centros económicos e decisores se encontrarem fisicamente bastante afastados destas áreas, a que acresce o facto de existirem desfasamentos vários de índole político-administrativo evidenciados na forma como ambos os países organizam o território. Para além disso, sabemos que é nestas áreas mais interiores que os processos de desertificação humana e de fragilidade dos sistemas produtivos mais se fazem sentir.

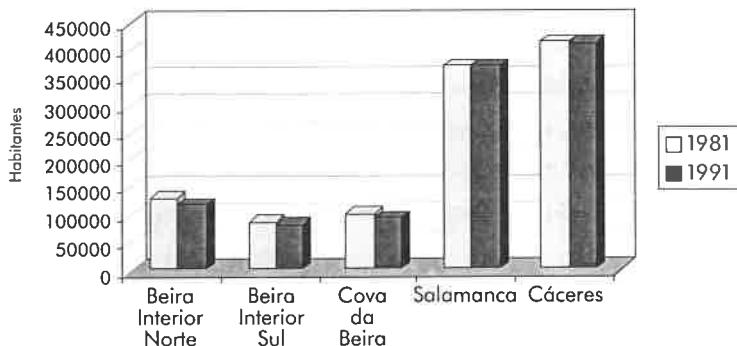
A base demográfica e os recursos humanos, considerados em termos gerais, constituem, na maior parte das vezes, o mais importante estrangulamento para a consecução de um desenvolvimento social e económico sustentado e, ao mesmo tempo, para a adopção e desenvolvimento de iniciativas, medidas e acções que visem a melhoria da situação sócio-económica das populações locais.

No espaço geográfico fronteiriço Ibérico, o processo evolutivo amplamente negativo assenta, na grande maioria dos casos, em movimentos migratórios, que potenciaram uma débil ocupação humana do espaço, traduzida por densidades reduzidas, com vazios demográficos em espaços rurais profundos e obstante à afirmação e desenvolvimento de uma rede de centros urbanos. Em consequência desse reduzido grau de ocupação toda a estrutura territorial económica e social apresenta-se bastante fragilizada.

O gráfico seguinte permite-nos observar as enormes diferenças entre o número de efectivos populacionais nos dois lados da Raia Central Ibérica. Facilmente se

vislumbra que as NUT III que compõem a parte portuguesa da Raia são bastante menos populosas que as da parte espanhola. Deste modo, apenas a Beira Interior Norte se aproxima dos 100.000 habitantes, ao passo que as duas províncias espanholas possuem mais de 350.000 habitantes. Outra diferença assinalável passa pelo facto da totalidade das NUT III portuguesas em estudo terem visto a sua população diminuir na década de 80, enquanto, do lado espanhol, Salamanca sofreu um ligeiro acréscimo no referido período. No entanto, na estreita faixa fronteiriça os problemas mais marcantes continuam a caminhar lado a lado, de ambos os lados.

Fig. 2.2 - Efectivos populacionais nas regiões da Raia Central Ibérica em 1981 e 1991



Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro-Castilla y León (1997)

Em termos de densidade populacional e, ao nível das NUTS II e III, constata-se que, em termos de NUT II, a Região Centro possui uma densidade populacional bastante superior às suas congéneres espanholas: 72.7 hab/km², contra os 25.3 da Extremadura e os 27.2 de Castilla y León. No que diz respeito à divisão em NUT III, essas diferenças praticamente desaparecem. Assim, das 5 Regiões, a Cova da Beira é de longe aquela que apresenta uma densidade superior (67.8 hab/km²). As restantes quatro NUT apresentam valores bastante semelhantes: Beira Interior Norte – 29.1; Beira Interior Sul – 21.7; Cáceres – 21 e Salamanca – 30 habitantes por km².

Uma análise da evolução deste indicador na última década permite igualmente retirar algumas ilações sobre as diferenças entre os dois países. Verifica-se que para qualquer das divisões administrativas portuguesas em causa, ocorreu uma

diminuição neste indicador (por exemplo na NUT II Região Centro baixou de 74.5 para os 72.7 hab/km² e na NUT III Cova da Beira de 72.7 para 67.8 hab/km²) o que também se constata para o caso espanhol, excepção feita a Salamanca que sofreu um ligeiro incremento de 29.8 para 30 hab/km² entre 1981 e 1991.

Um dos principais estrangulamentos da área, e que condiciona em grande parte qualquer política, reside no enorme peso que a população com mais de 65 anos representa no total da população raiana. Assim, a população da Raia Central Portuguesa é bastante mais envelhecida do que a da sua congénere espanhola, apresentando, por exemplo, a Beira Interior Sul, um valor altamente preocupante (cerca de 1/4 da população total da NUT III).

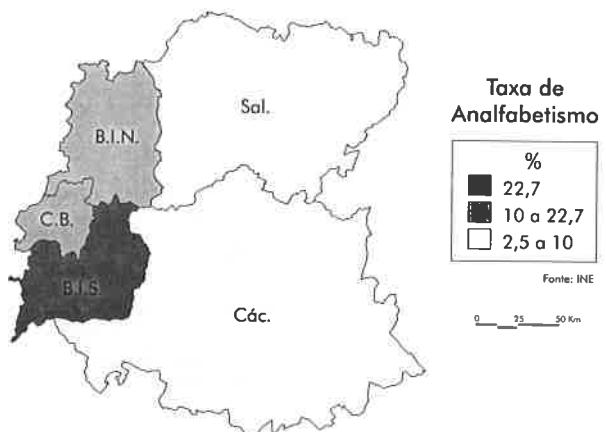
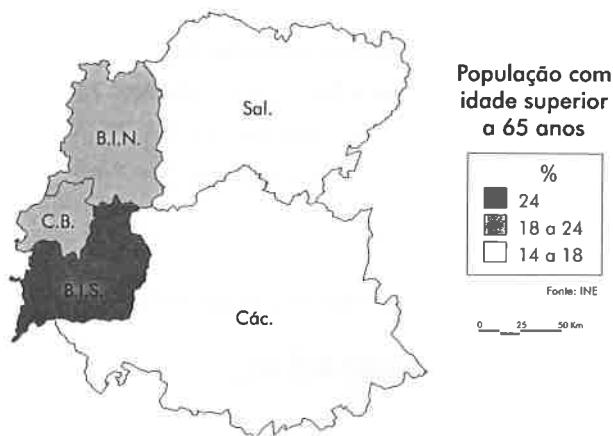
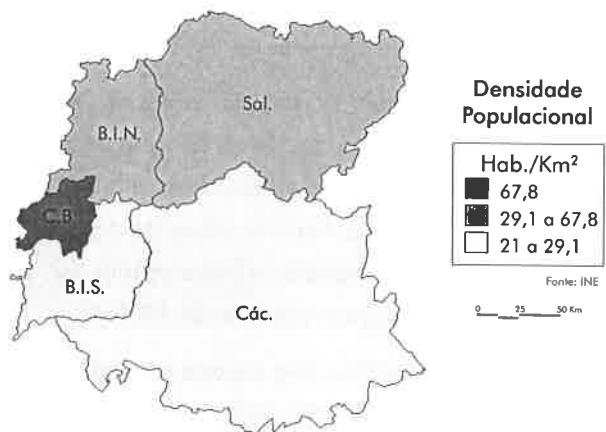
É igualmente notório que a parte portuguesa da Raia Central possui níveis de escolaridade bastante mais baixos, visível pela observação das taxas de analfabetismo. Assim, estas taxas, que são um dos principais indicadores que compõem o índice de desenvolvimento humano, apresentam valores bastante dispares quando confrontamos as duas áreas raias que compõem a Raia Central Ibérica. Mesmo ao nível dos dois países essas diferenças são notórias: a taxa de analfabetismo em Portugal ronda os 15.2%, ao passo que o mesmo indicador em Espanha não ultrapassa os 4.2%.

Quadro 2.1 - Taxa de Analfabetismo por NUT II e III em 1991

	Tx. Analfabetismo (%)
Portugal	15,2
Região Centro	14,0
B. I. Norte	18,0
B. I. Sul	22,7
Cova da Beira	18,8
Espanha	4,2
Castilla y León	1,8
Salamanca	2,5
Extremadura	10,2
Cáceres	8,1

Fonte: Anuário Estatístico Região Centro – Castilla y León – 1997 e Recenseamento da População 1991

Densidade populacional, população com idade superior a 65 anos e taxa de analfabetismo, em 1991



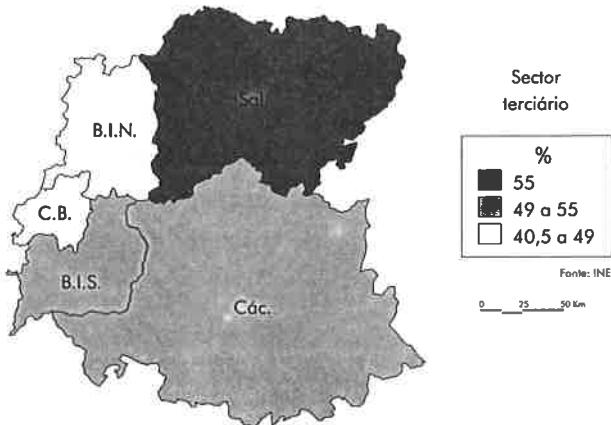
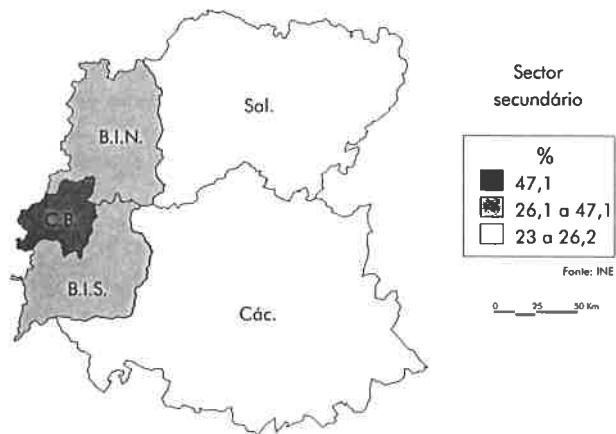
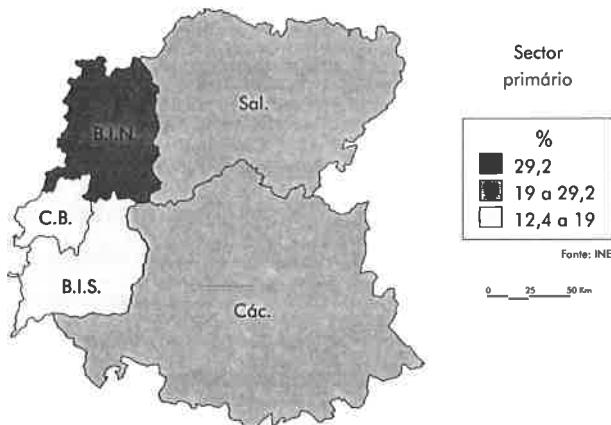
Deste modo, quando comparadas as três NUT II observa-se que a Região Centro tem uma elevada percentagem de analfabetos (14%) quando confrontada com as suas congéneres espanholas da Extremadura (10.2%) e com Castilla y León (1.8%). Em termos de NUT III essa assimetria entre as regiões dos dois países acentua-se ainda mais.

No que se refere à população empregada nos diversos sectores de actividade as dissemelhanças dentro da Raia Central Ibérica são também assinaláveis. Deste modo, em termos de NUT II, a Região Centro possui um peso inferior do sector primário no total da população activa (17% contra 25% da Extremadura e 19% de Castilla y León) tal como no sector terciário (44.2%, ao passo que na NUT II Castilla y León esse valor se cifra nos 50% e na Extremadura nos 51%). Face a este conjunto de valores é lógico que a Região Centro, congrega no sector secundário um peso relativo de activos bastante superior aos das NUT espanholas, o que leva a concluir que a indústria possui um peso bastante importante na base económica da Região Centro.

A análise do mesmo indicador, mas agora por NUT III permite reforçar esta ideia. Assim, a Beira Interior Norte e Cáceres possuem uma parte significativa da sua população activa a trabalhar no sector primário, ao passo que a Cova da Beira (sobretudo à custa da Covilhã) é de longe a NUT III mais dependente das suas indústrias, enquanto principal empregador. Finalmente, no que se refere à terciarização da base económica das diversas NUT, pode-se concluir que na Beira Interior Sul, no caso português, e em Salamanca, no caso espanhol, mais de metade da população empregada se concentra no sector terciário.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que existem diferenças significativas que relegam o território raiano nacional para segundo plano. O facto de possuir centros urbanos de menor dimensão populacional leva a que, consequentemente, a sua capacidade de influenciar os territórios mais próximos da fronteira seja também mais limitada. Também o facto de possuir uma rede empresarial bastante menos densa contribui para uma fraca modernização das suas estruturas industriais.

População activa por sectores de actividade, em 1991 (%)



3 A COOPERAÇÃO INTERREGIONAL: SUPORTE INSTITUCIONAL E INSTRUMENTOS DE APOIO

3.0. A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO INTERREGIONAL

Há uma grande unanimidade de opiniões no que respeita à importância da cooperação interregional, nomeadamente a vertente transfronteiriça. Mais de 80% dos entrevistados afirma que a cooperação interregional, nomeadamente a transfronteiriça é muito importante, enquanto os restantes 20% considera-a importante. Esta opinião é particularmente veiculada pelas entidades locais e regionais do território da Raia Central, casos das câmaras municipais, das associações de desenvolvimento rural e local e das associações empresariais e económicas.

A mesma opinião é emitida acerca da cooperação regional entre entidades no território raiano nacional. No entanto, é bastante significativo que o número de respostas que a consideram “muito importante” seja inferior ao obtido no caso da cooperação transfronteiriça. Quer isto dizer que a cooperação é genericamente considerada importante, mas a de âmbito transfronteiriço é a que revela maior visibilidade para os actores.

3.1. O GABINETE DE INICIATIVAS TRANSFRONTEIRIÇAS: A EXPRESSÃO INSTITUCIONAL DA COOPERAÇÃO

Demonstrando a importância da cooperação transfronteiriça, a Comissão de Coordenação da Região Centro criou, em 1997, um Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT), cuja existência tem quatro grandes objectivos:

- dinamizar, acompanhar e proporcionar assessoria técnica às reuniões das Comissões Técnicas das Comunidades de Trabalho para a Cooperação Transfronteiriça com Castilla y León e com a Extremadura;
- garantir a circulação de informação entre entidades portuguesas e espanholas;
- orientar e ajudar a encontrar parceiros e projectos do outro lado da fronteira,
- promover em parceria ou despoletar iniciativas de cooperação.

Neste quadro, o GIT veio enquadrar administrativamente as relações de cooperação firmadas pelos protocolos de cooperação entre a Região Centro e Extremadura e a Região Centro e Castilla y León. O GIT da Região Centro tem

como parceiros o GIT de Castilla y León, localizado em Valladolid e criado em 1999, e o GIT da Extremadura, sediado em Mérida e criado em 1993.

O protocolo de cooperação firmado em Valladolid, em 3 de Março de 1995, entre a Região Centro e Castilla y León abrange variados domínios de intervenção que se organizaram na forma de Comissões Técnicas:

1. Educação
2. Desporto e Juventude
3. Saúde, Segurança Social e Emprego
4. Agricultura e Desenvolvimento Rural
5. Indústria, Empresa e Comércio
6. Património e Cultura
7. Turismo
8. Ambiente e Protecção Civil
9. Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia
10. Infra-estruturas, Transportes e Comunicações

A evolução dos trabalhos mostra que há alguns grupos mais activos do que outros, casos da "Indústria, Empresa e Comércio", "Turismo", "Desporto e Juventude", "Educação", "Agricultura e Desenvolvimento Regional", "Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia", grupos estes que estiveram presentes nas Reuniões de Trabalho realizadas em Salamanca, em Fevereiro de 1999.

O protocolo de cooperação da Região Centro com a Junta da Extremadura, firmado em Ponte de Alcântara, a 27 de Maio de 1994, deu lugar à criação de seis Comissões Técnicas Específicas:

- Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Rural;
- Comunicação Social;
- Educação, Cultura e Desporto;
- Infra-estruturas e Indústria;
- Saúde, Segurança Social e Emprego;
- Turismo, Meio Ambiente, Património e Reabilitação Urbana.

Estes grupos têm alterado a sua designação, bem como a sua composição, no sentido de se articularem com a estrutura de relações da CCR Alentejo

e da Junta da Extremadura, estas igualmente definidas por um protocolo de cooperação. Este protocolo contempla um maior número de Comissões Técnicas, a referir:

1. Educação e Formação
2. Juventude e Desporto
3. Turismo
4. Património Cultural
5. Promoção Cultural
6. Acção Social (que inclui dois subgrupos: Toxicodependência e Trabalhadores Temporários)
7. Agricultura
8. Meio Ambiente
9. Indústria
10. Universidades
11. Infra-estruturas

Este número foi recentemente alargado, com a inclusão da "Comunicação Social" e dos "Municípios", este último criado em finais de 1998. A dinâmica de trabalho da Região Centro vai no sentido de se articular com estes grupos de trabalho, alargando as suas áreas de intervenção por forma a desenvolver acções concertadas que envolvam as três regiões. É, contudo, de referir que as designações atribuídas às Comissões Técnicas foram-se modificando e ajustando às dinâmicas, objectivos e interesses dos diferentes grupos de trabalho.

Para além destes dois protocolos existe um terceiro que deu lugar ao "Polo Universitário Transfronteiriço da Comunidade de Castilla y León e da Região Centro de Portugal" que envolve o seguinte conjunto de entidades:

- Junta de Castilla y León
- Comissão de Coordenação da Região Centro
- Instituto Politécnico de Castelo Branco
- Instituto Politécnico da Guarda
- Instituto Politécnico de Leiria
- Instituto Politécnico de Viseu
- Instituto Politécnico de Coimbra

- Universidade de Aveiro
- Universidade da Beira Interior
- Universidade de Burgos
- Universidade de Coimbra
- Universidade de León
- Universidade Pontifícia de Salamanca
- Universidade de Salamanca
- Universidade de Valladolid

3.2. O INTERREG E O LEADER: PRINCIPAIS SUPORTES FINANCEIROS PARA O PROCESSO DE COOPERAÇÃO

A focalização nestes dois programas prende-se com os seus âmbitos de intervenção e com a sua relevância em termos de montantes investidos e acções desenvolvidas. Tal facto não exclui a existência de outros programas onde seja possível a apresentação de projectos que fomentem a cooperação transfronteiriça e transnacional, casos do PEDIP II, PRAXIS XXI, LIFE, EUROFORUM, CRAFT, ADAPT, LEONARDO DA VINCI, JOULE II /BRITE-EURAM, IC EMPREGO (EIXO NOW), FAIR, TEMPUS, PHARE, COPERNICUS, PROCENTRO e PESSOA. Para além disso, existem projectos que são financiados por algumas entidades/organizações destacando-se neste caso o ICEP, IFADAP ou a Mesa Permanente LUSO ESPANHOLA.

3.2.1. O INTERREG II

3.2.1.1. Dos objectivos e estruturação do INTERREG II

De modo a tentar resolver, ou pelo menos atenuar, os inúmeros problemas colocados ao desenvolvimento destas áreas mais “marginais” dos territórios raianos Ibéricos, desde 1991 que a União Europeia, através da Iniciativa INTERREG, procura intervir activamente desenvolvendo acções/medidas (materiais e/ou imateriais) públicas e associativas visando sempre, e em última instância, o desenvolvimento equilibrado dos tecidos sociais e económicos, bem como dos respectivos territórios, de ambos os lados da fronteira. Esta Iniciativa teve até 1994 a designação de INTERREG e posteriormente de INTERREG II. Este Programa procura simultaneamente dinamizar as relações/intercâmbios entre os agentes mais dinâmicos e empreendedores (quer no campo económico quer no campo social) destes territórios.

Deste modo, podemos concluir que o objectivo genérico desta Iniciativa seria desenvolver a cooperação transfronteiriça e ao mesmo tempo possibilitar e conceder ajuda às zonas fronteiriças exteriores e interiores da União Europeia de modo a ultrapassarem os seus problemas específicos e que tinham origem no seu crescente afastamento face às economias nacionais e comunitárias no seu conjunto.

Tendo-se iniciado em 1991, a IC INTERREG I de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha tinha como principais estratégias dotar as áreas raianas de condições que lhes permitissem atenuar/limitar a herança histórica do denominado “efeito barreira” e que porventura seriam a principal causa das carências, acumuladas ao longo dos últimos anos, de infra-estruturas dinamizadoras e impulsionadoras do desenvolvimento regional em ambos os lados da fronteira. Deste modo, as estratégias a empreender assentavam na concentração da grande maioria das actuações na criação e melhoria das infra-estruturas promotoras do desenvolvimento regional e cuja incidência abrangeia um largo território multi-regional, marcadamente heterogéneo, e finalmente promover e estabelecer novos enquadramentos organizativos que possibilitassem futuramente dinamizar/suportar, de um modo estável e duradouro, a cooperação transfronteiriça, quer a nível regional quer mesmo local.

Assim, os principais objectivos que nortearam este programa passaram, numa fase inicial, pela permeabilização e capilarização da linha fronteiriça, pela articulação territorial da região abrangida, pela articulação dos sistemas económicos transfronteiriços e pela gestão coordenada dos recursos culturais, naturais e ambientais comuns aos dois países Ibéricos.

Para a prossecução destes objectivos foram criados vários sub-programas: estradas de integração e articulação; agricultura e desenvolvimento rural; apoio à indústria, turismo e artesanato; recuperação do património histórico; conservação dos recursos hídricos e saneamento; acções de cooperação transfronteiriça e gestão e acompanhamento.

As principais ilações e conclusões que se poderão retirar desta primeira fase da Iniciativa ao nível nacional (INTERREG I) assentam no facto de 75% dos meios envolvidos se terem destinado à melhoria das acessibilidades rodoviárias ao passo que “apenas” cerca de 1/6 dos mesmos se destinaram a infra-estruturas económicas, patrimoniais e ambientais, tendo os restantes 8% tido como destino acções-piloto

de mobilização do potencial endógeno e a dinamização da cooperação entre as várias instituições e agentes económicos e sociais de ambos os lados da fronteira.

De modo a dar continuidade a esta Iniciativa e dado o sucesso que esta tinha atingido no período do QCA I, o INTERREG II surge, assim, como inevitável e ansiado por todos. Esta nova fase irá recolher toda a experiência anteriormente adquirida, dando-lhe uma sequência lógica e natural, quer mantendo uma certa continuidade em relação às acções que tinham sido postas em prática na fase anterior (digamos que completando as principais condições infra-estruturais do desenvolvimento), quer tentando, simultaneamente, dar um salto em frente, em termos qualitativos (introduzindo e/ou reforçando novos apoios, nomeadamente na procura da valorização do potencial dos agentes locais regionais e da cooperação fronteiriça propriamente dita).

Sendo certo que muitas das principais carências infra-estruturais se mantiveram e que, por isso, para aí se continuou a canalizar importantes volumes financeiros, também é verdade que se haveria de intensificar o apoio às actividades dos agentes produtivos do território (particularmente em termos empresariais), valorizando as sinergias que poderiam e deveriam ser aproveitadas da cooperação transfronteiriça e visando sempre o crescimento das economias de escala.

Em termos muitos genéricos e simplistas, podemos afirmar que as intervenções privilegiadas pelas entidades proponentes durante a segunda fase desta Iniciativa visaram sobretudo a permeabilização da fronteira através da melhoria substancial das vias de comunicação, nomeadamente as acessibilidades rodoviárias locais e também entre os centros urbanos fronteiriços. Também a qualificação dos centros urbanos através da procura da integração de espaços claramente desarticulados, a valorização do património histórico, os equipamentos sociais e económicos e, numa fase mais recente, as iniciativas de intercâmbio e cooperação entre empresas da Região⁽¹⁾, (ao nível institucional, social e cultural) assumiram especial destaque e valor durante o período de aplicação desta Iniciativa. Foi devido à necessidade

(1) Como sabemos, muitos têm sido os encontros empresariais promovidos pelos núcleos empresariais das quatro regiões da área: Castilla y León e Extremadura na parte espanhola e Região Centro e Alentejo no lado português.

Área do INTERREG II - NUT III



de articular, coordenar e apoiar todo este tipo de iniciativas/acções de cooperação transfronteiriça que nasceram os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças.

Quadro 3.1 - INTERREG II - Sub-programas e respectivas Medidas

Sub-programa	Medida
1 - Desenvolvimento sócio-económico	1 - Agricultura e desenvolvimento rural 2 - Equipamentos de apoio à actividade produtiva 3 - Formação profissional, emprego e intercâmbio educativo e científico 4 - Reforço dos equipamentos urbanos 5 - Dinamização e cooperação empresarial e turística 6 - Dinamização e cooperação social e institucional
2 - Ambiente e património arquitectónico	1 - Protecção dos recursos hídricos 2 - Protecção do património natural 3 - Recuperação do património arquitectónico
3 - Melhoria da permeabilidade da fronteira	1 - Acessibilidades 2 - Telecomunicações
4 - Gestão e acompanhamento	1 - Implementação e divulgação do programa 2 - Estudos e avaliação

Actualmente é ideia generalizada que as intervenções futuras (enquadradadas possivelmente no quadro de um novo INTERREG) deverão privilegiar a conclusão da rede de passagens rodoviárias fronteiriças bem como uma aposta maior noutro tipo de acessibilidades, nomeadamente ferroviárias e de telecomunicações. Procurar-se-á ainda aumentar o nível das funções urbanas dos principais centros populacionais bem como estabelecer complementariedades com a malha urbana da parte espanhola e valorizar o património histórico-natural (p.e. os castelos existentes no território fronteiriço).

No entanto, e de modo a não inviabilizar todas estas acções, interessa fundamentalmente procurar novas formas de parcerias entre os principais agentes dinamizadores deste processo de cooperação (quer da administração pública quer de associações de desenvolvimento e empresariais) e motivar outros agentes regionais e locais e, sobretudo, as populações locais para a necessidade de se promoverem acções comuns de modo a se atingir o tão preconizado desenvolvimento sustentável e duradouro.

3.2.1.2. INTERREG II na Região Centro

– Estrutura dos investimentos por Sub-Programa

A melhoria das acessibilidades e o reforço substancial, em quantidade e qualidade, dos equipamentos de apoio ao processo produtivo constituíram uma parte significativa dos investimentos e projectos aprovados, quer a nível nacional, quer no território da Raia Central.

No Continente, o Sub-programa 3, nomeadamente a Medida 1 (Acessibilidades), recebeu cerca de 52% dos fundos aprovados e o Sub-programa 1, 36%, representando em conjunto 88 % dos fundos provenientes do INTERREG II, aprovados no nosso país.

Quadro 3.2 - Fundos Aprovados por Sub-programa e Medida no INTERREG II para o Continente e para a Região Centro

INTERREG II Sub-programa Medida	CONTINENTE		RAIA CENTRAL		
	Fundos Aprovados		Inv. Elegível	Fundos Aprovados	
	1000 esc	%		1000 esc	1000 esc
Medida 1 - Agricultura e desenvolvimento rural	892789	2,7	247472	185604	2,1
Medida 2 - Equipamentos de apoio à actividade produtiva	6943153	20,9	6154863	4616147	51,1
Medida 3 – Form. profissional, emprego e inter. educ. e cient.	4777	0,0	0	0	0,0
Medida 4 - Reforço dos equipamentos urbanos	1765938	5,3	944657	708493	7,8
Medida 5 - Dinamização e cooperação empresarial e turística	652532	2,0	301843	226382	2,5
Medida 6 - Dinamização e cooperação social e institucional	1739407	5,2	372169	279127	3,1
Sub-Programa 1 - Desenvolvimento sócio-económico	11998596	36,2	8021004	6015753	66,5
Medida 1 - Protecção dos Recursos Hídricos	1147368	3,5	443552	332664	3,7
Medida 2 – Protecção do Património Natural	1549669	4,7	0	0	0,0
Medida 3 – Recuperação do Património Arquitectónico	1132731	3,4	621035	465776	5,2
Sub-Programa 2 – Ambiente e património arquitectónico	3829767	11,5	1064587	798440	8,8
Medida 1 - Acessibilidades	17171108	51,8	2968377	2226283	24,6
Medida 2 – Telecomunicações	44801	0,1	0	0	0,0
Sub-Programa 3 - Melhoria da permeabilidade da fronteira	17215910	51,9	2968377	2226283	24,6
Medida 1. – Implementação e divulgação do programa	58259	0,2	0	0	0,0
Medida 2. – Estudos de Avaliação	63497	0,2	0	0	0,0
Sub-Programa 4 – Gestão e Acompanhamento	121756	0,4	0	0	0,0
Total	33166029	100,0	12053967	9040475	100,0

Fonte: CCR Centro e Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Março de 1999

Se compararmos os valores nacionais com os registados para a Raia Central Portuguesa, a situação inverte-se. Cerca de 50% dos fundos aprovados destinaram-se à Medida 2 do Sub-Programa 1 – Equipamentos de Apoio à Actividade Produtiva, contra os 25% da Medida 1 do Sub-programa 3 (Acessibilidades). Estas duas Medidas são assim responsáveis por 3/4 dos fundos aprovados na área em estudo. Refira-se, assim, que o Sub-programa 1 - Desenvolvimento sócio-económico foi responsável por 2/3 dos montantes aprovados para a Região Centro, o que denota uma forte preocupação pelo desenvolvimento do território e pela qualidade de vida das populações, nomeadamente na diversificação e melhoria dos equipamentos directamente impulsionadores da actividade produtiva (a Medida 2 do Sub-programa 1 envolve montantes na Região que rondam os 4 milhões e meio de contos).

Refira-se ainda que apesar da maior fatia de apoios ser proveniente do FEDER, também o FEOGA canalizou montantes ao abrigo da Iniciativa Comunitária INTERREG II, através da Medida 1 do Sub-programa 1 (Agricultura e Desenvolvimento Rural), apesar de apenas corresponder a 2.1% dos fundos aprovados (cerca de 185 mil contos).

Quadro 3.3 - N° de projectos aprovados e montantes envolvidos por Sub-programa e Medida no INTERREG II - Região Centro

Sub-programa	Medida	Projectos	Investimento elegível (1000 esc.)	Fundos executados 1995-99		
				FEDER (1000 esc.)	FEOGA (1000 esc.)	FSE Total (1000 esc.)
1 - Desenvolvimento Sócio-Económico	1	12	247472		185604	185604
	2	3	6154863	4616147		4616147
	4	12	944657	708493		7084926
	5	15	301843	226382		226382
	6	6	372169	279127		279127
	Total	48	8021004	6015753	185604	6201357
2 - Ambiente e Património Arquitectónico	1	5	443552	332664		332664
	3	7	621035	465776		465776
	Total	12	1064587	798440		798440
3 - Melhoria da Permeabilidade da Fronteira	1	9	2968377	2226283		2226283
	Total	9	2968377	2226283		2226283
	Total	69	12053967	11868364	185604	9040476

Fonte: CCR Centro e DGDR, Março de 1999

Facilmente se constata que, para a Raia Central Portuguesa, o Sub-programa 1 foi o responsável pelo maior número de projectos aprovados (48), nomeadamente nas suas Medidas 1, 4 e 5, muito embora sejam as Medidas 2 (do mesmo Sub-programa) e 1 do Sub-programa 3 que, como se acabou de referir, em termos monetários, mais beneficiaram dos fundos INTERREG II.

Refira-se que as Medidas 1 (Agricultura e desenvolvimento rural) e 4 (Reforço dos equipamentos urbanos) do Sub-programa 1, apesar de possuírem mais de 1/3 dos projectos aprovados, apenas recebem 10% do total dos fundos INTERREG II.

No Sub-programa 2 a Medida 1 (Protecção dos recursos hídricos) é responsável por 5 projectos (construção de igual número de ETAR's), com partícipados em 300 mil contos pela vertente FEDER ao passo que a Medida 3 (recuperação do património arquitectónico) possui 7 projectos aprovados na região em estudo financiados em 465 mil contos pelo INTERREG II.

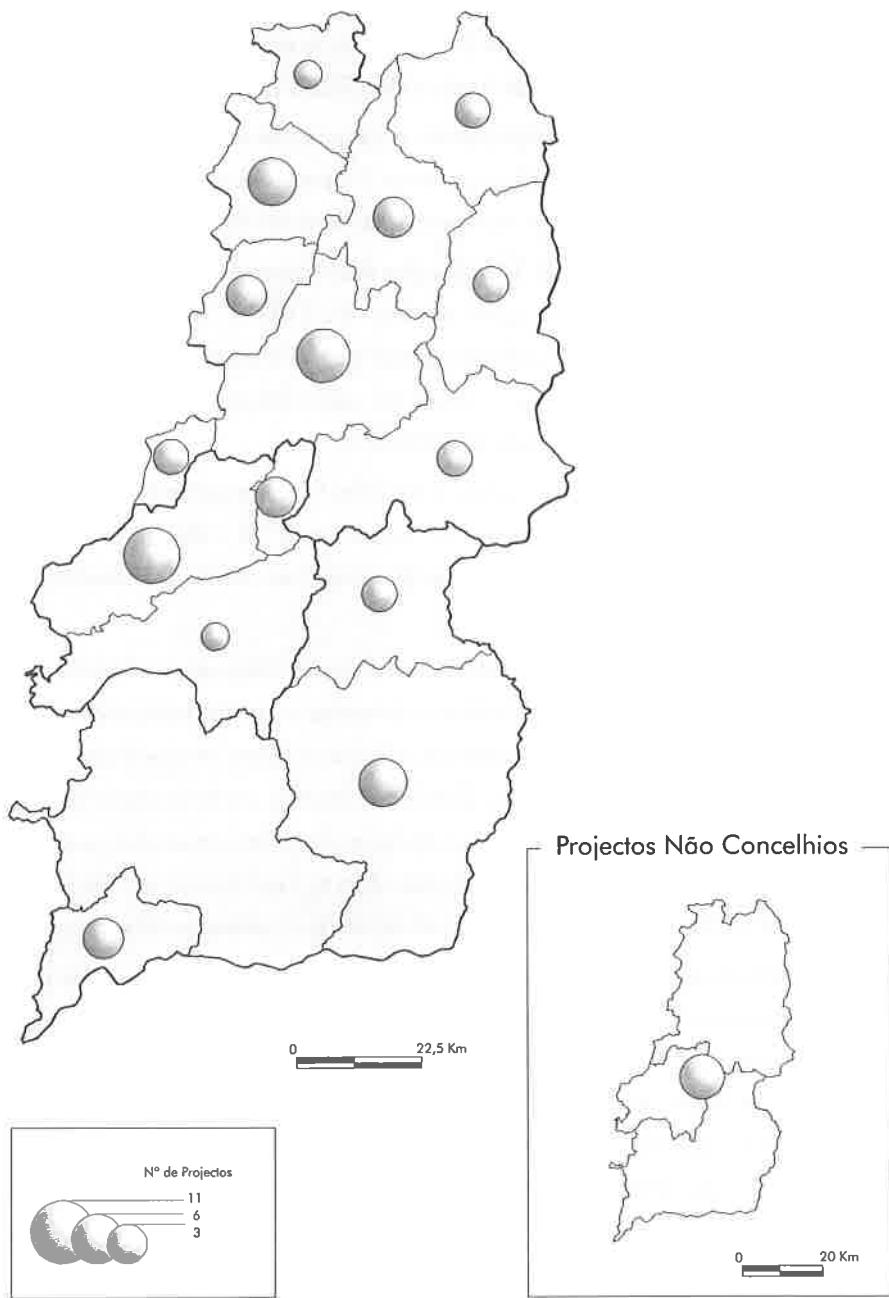
Por fim, no Sub-programa 3, apenas a Medida 1 (acessibilidades) viu projectos aprovados (9) envolvendo montantes na ordem dos 12 milhões de contos de investimento elegível, valor bastante significativo mas justificável devido à sua natureza – “obra física”.

A análise da distribuição territorial do investimento elegível por Sub-Programa mostra que os concelhos que apresentam montantes mais elevados são a Guarda, Castelo Branco, ambos concelhos urbanos, Idanha-a-Nova, Penamacor e Celorico da Beira. Enquanto Castelo Branco, Guarda e Idanha-a-Nova viram aprovados projectos correspondentes a iniciativas de carácter material e imaterial, em Celorico da Beira e Penamacor os montantes correspondem a investimento em obras (piscina municipal de Celorico da Beira e a Revitalização do Castelo de Penamacor).

A preocupação em dotar a área raiana de melhores acessibilidades de modo a permitir a permeabilização progressiva da fronteira, atenuando e extinguindo, ao mesmo tempo, o efeito barreira que estas carências provocavam no processo de cooperação e consequentemente no desenvolvimento da Região, constata-se pelo facto de nos concelhos raianos com fronteira física (Figueira de Castelo Rodrigo e Penamacor, por exemplo), o principal investimento feito ter por base o Sub-programa 3 Medida 1 (acessibilidades).

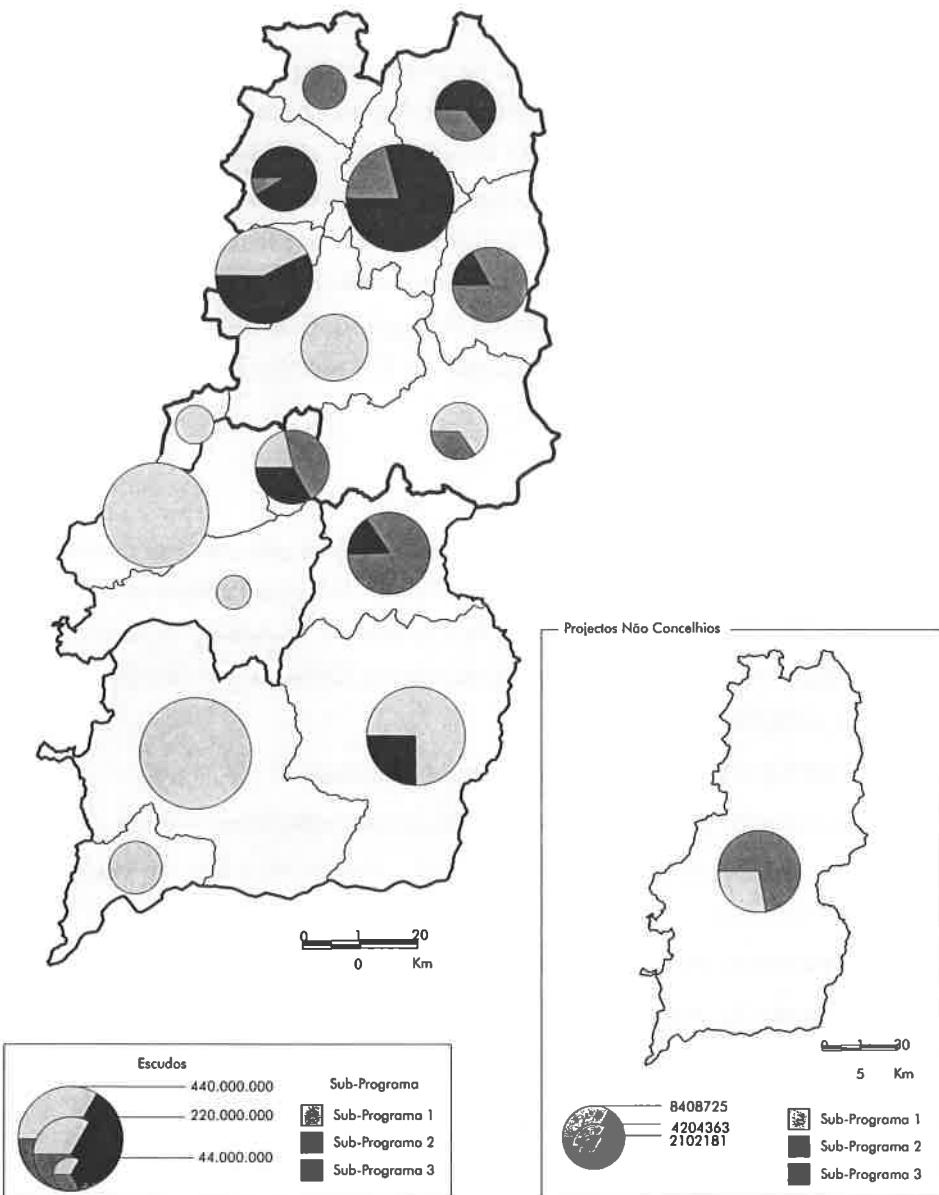
O facto dos projectos não regionalizáveis possuírem elevadíssimos quantitativos monetários (cerca de 8 milhões e meio de contos) explica-se pelo facto de serem

Número de projectos aprovados por concelho
INTERREG II - Situação em Junho de 1999



Fonte: CCR Centro

**Investimento elegível, por sub-programa por concelho
INTERREG II - Situação em Junho de 1999**



projectos da responsabilidade directa da Junta Autónoma de Estradas (para a melhoria e construção de alguns troços viários na área fronteiriça) e do IHERA - Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (importantes infra-estruturas hidráulicas), qualquer uma delas entidades supra-concelhias e executoras de “obra física”.

Referência, ainda, para a captação do investimento por concelho, cuja análise permite destacar claramente três concelhos: Penamacor, o concelho com investimento superior por habitante (38 836 escudos), logo seguido de Celorico da Beira (36 192 escudos) e Pinhel (34 290 escudos). Estes concelhos, por possuírem apreciáveis montantes (com predomínio das obras físicas) e um efectivo populacional relativamente reduzido, aparecem numa posição mais favorável. Pelo contrário dois dos concelhos mais urbanos da Raia Central Portuguesa, Guarda e Fundão, possuem valores bastante reduzidos neste indicador (1 225 escudos no caso do Fundão e 4 136 escudos no caso da Guarda).

3.2.2. O INTERREG II C

No início, o INTERREG II apenas era composto apenas por dois grandes vectores: Cooperação Transfronteiriça (vector A) e Criação de Redes Energéticas (vector B). Numa reunião de 8 de Maio de 1996, a Comissão Europeia acrescentou-lhe um terceiro vector - Cooperação Transnacional para o Ordenamento do Território que passou a designar-se INTERREG II C.

O INTERREG II C assenta em três grandes domínios:

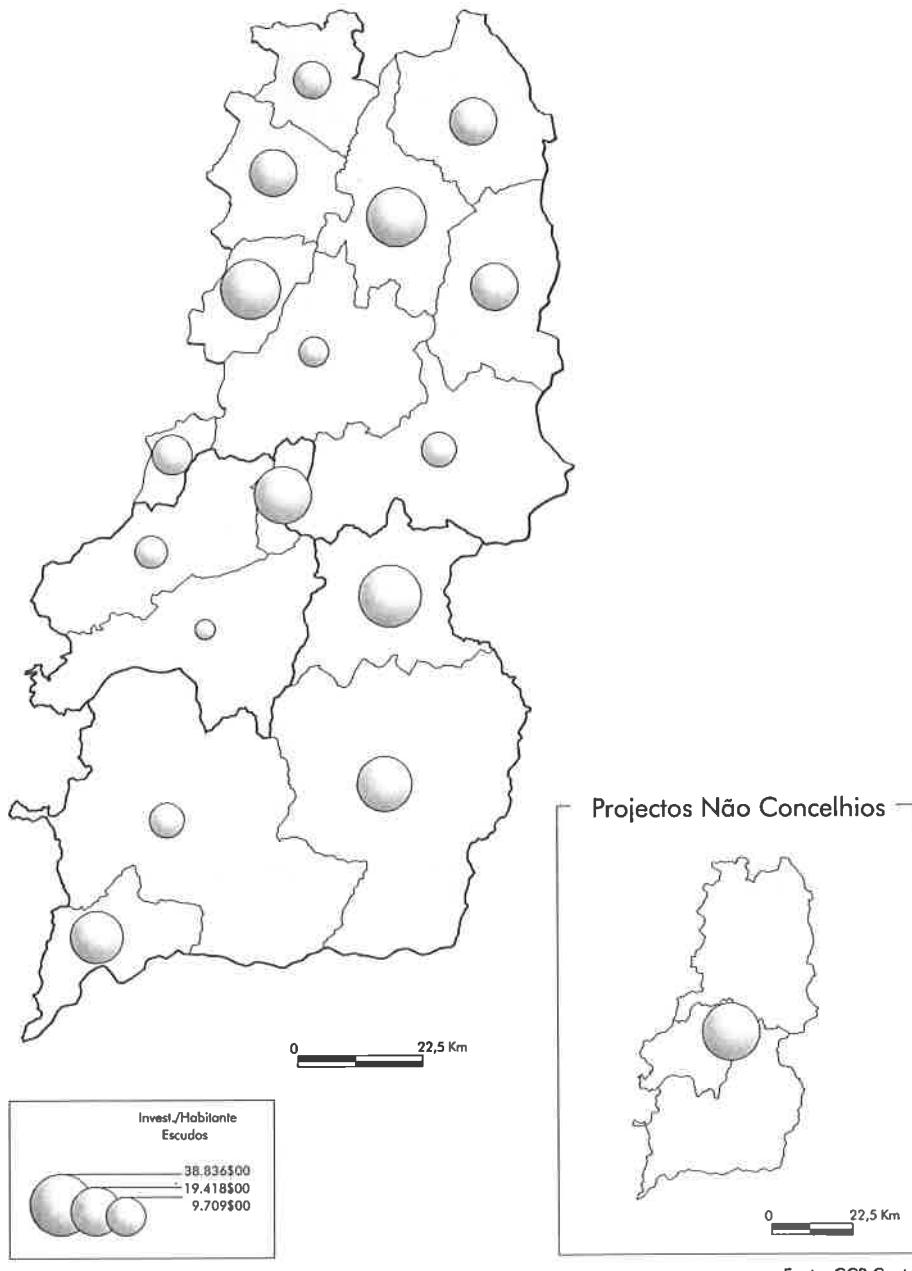
- ordenamento do território e acções de cooperação transnacional;
- ordenamento do território e prevenção das inundações em cooperação transnacional;
- ordenamento do território e luta contra a seca.

A totalidade do território português faz parte integrante das intervenções relacionadas com o primeiro destes domínios, estando englobado em dois Programas Operacionais:

1. “Sudoeste Europeu/Diagonal Continental”;
2. “Espaço Atlântico”.

Quanto ao primeiro destes Programas de espaços transnacionais “Sudoeste Europeu/Diagonal Continental”, abrange regiões de três dos Estados Membros da

Capitação do investimento por concelho
INTERREG II - Situação em Junho de 1999





INTERREG II C
Programa Operacional do Espaço Atlântico



INTERREG II C
Programa Operacional
Sudoeste Europeu/Diagonal Continental



União Europeia – Portugal, Espanha e França – não sendo, no entanto, as suas principais características territoriais de todo homogéneas. Apesar disso, apresentam alguns elementos marcadamente comuns e que nos permitem visualizá-lo enquanto um espaço com identidade própria no seio da União.

Destes elementos podemos destacar a sua situação geográfica periférica quando perspectivada relativamente aos centros económicos e geográficos da Europa; o fraco desenvolvimento e integração económica da maioria destas regiões e a enorme riqueza natural, patrimonial e cultural das mesmas.

No que se refere ao segundo destes Programas, o Espaço Atlântico, engloba regiões de 5 Estados Membros, e cuja identidade comum tem por base a definição /formação de uma fachada atlântica da União. Não obstante este facto, no seu seio estas regiões apresentam diferenças significativas, nomeadamente nos campos económico, demográfico e mesmo físico, mas que não servem de entrave a que se considere assumidamente numa visão genérica e global do continente europeu, que esta área representa um dos agrupamentos com características de identidade territorial mais nítida no seio da União Europeia.

No primeiro dos Programas “Sudoeste Europeu/Diagonal Continental” Portugal tem a companhia de todo o território Espanhol e das regiões francesas de Auvergne, Midi-Pyrénées e Limousin, enquanto no segundo Programa para além de Portugal (totalidade do território Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) fazem ainda parte a Irlanda (totalidade do território) e algumas regiões de Espanha, França e Reino Unido.

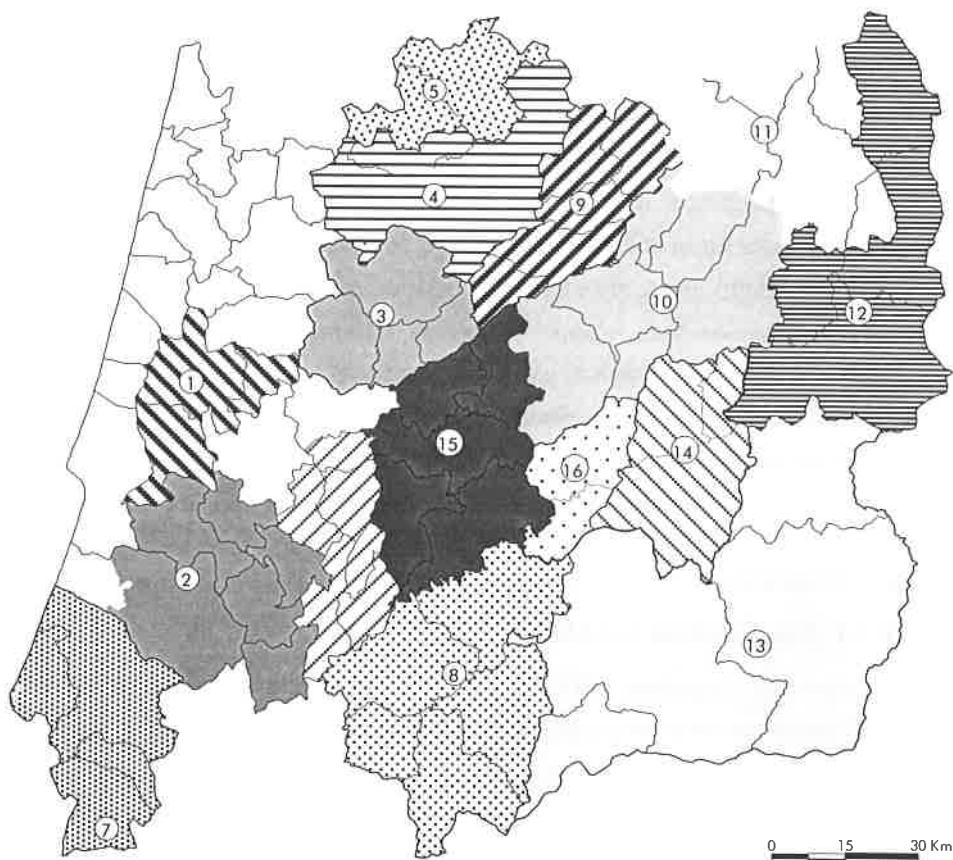
Dentro do INTERREG II, a sua vertente C possui 5 projectos aprovados para a Região Centro. Pela natureza e especificidade dos mesmos, qualquer deles assume um carácter preponderante na cooperação transnacional. Os projectos aprovados são:

- O Papel da Empresa no Ordenamento dos Territórios de Baixa Densidade, que tem como promotores na parte portuguesa a CCR Centro, a DRC do Ministério da Economia o NERGA e o NERCAB e ainda um organismo associativo francês (AIMC - Association Interconsulaire du Massif Centrale) e um organismo privado espanhol de apoio ao desenvolvimento rural (IDC - Instituto de Desarrollo Comunitário) que tem como principal objectivo identificar e promover as “boas práticas” para apoiar o desenvolvimento e

suscitar a criação de PME/ME nos territórios das zonas interiores e de baixa densidade dos três países;

- *Organização e Revitalização dos Territórios Rurais*, promovido pelo Conselho Empresarial do Centro e pelo Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra no lado português e por três entidades francesas e outras tantas espanholas com a finalidade de constituir uma rede de lojas multi-serviços no espaço rural;
- *Valorização Económica dos Grandes Eixos Viários em Zonas Interiores de Baixa Densidade*, cujos parceiros são a CCR Centro, a Association Interconsulaire du Massif Centrale (França) e o Ministério de Medio Ambiente de Espanha – Unidad de Desarrollo Territorial e que visa identificar e desenvolver as “boas práticas” que permitam que o planeamento dos grandes eixos viários e as políticas de ordenamento definidas para os territórios por eles atravessados tenham em conta o conjunto de potenciais oportunidades de desenvolvimento;
- *Valorisation des Aménités Spécifiques de l'Espace Rural par les Produits Agroalimentaires “de qualité”, l'accueil et le Tourisme à la Ferme*, cujos promotores são duas instituições directamente ligadas ao Ensino Superior – o Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra e a Université de Toulouse Le Mirall (França) e que tem como finalidade a valorização dos produtos de qualidade enquanto promotores de desenvolvimento;
- *Lutratlantica – Réseau européen de coopération et d' échanges d'expériences en faveur de la Loutre d' Europe au sein des Régions de l'Arc Atlantique*, envolvendo parceiros do Reino Unido, Irlanda, Portugal e Espanha e que visa a preservação e recolonização das lontras na Europa.
- *Estudo Estratégico da Cooperação Interregional do Espaço Atlântico*, promovido e orientado pela Célula Prospectiva da CRPM (Conferência das Regiões Periféricas Marítimas), no quadro do Programa Interreg II C - Espaço Atlântico. Este estudo, que se desmultipliou em 4 trabalhos, abarcando os 4 grandes temas estruturantes dos trabalhos da Comissão do Arco Atlântico – Ciência e Tecnologia; Transportes; Turismo; Ambiente – teve como objectivos principais o aprofundamento do conhecimento sobre este espaço de cooperação, de forma a realçar as suas particularidades e mais-valias, promovendo uma dinâmica de animação, baseada na valorização das experiências

LEADER II - Entidades locais credenciadas na C.C.R. Centro



(1) Adelo	(9) Add
(2) Terras de Sicó	(10) Adrusé
(3) Adices	(11) Raia Histórica
(4) Addlap	(12) Pro Raia
(5) Adrimag	(13) Adrases
(6) Dueceira	(14) Rude
(7) Adae	(15) Adiber
(8) Pinhal Maior	(16) Aderes

positivas aí desenvolvidas, delineando, como fim último, uma estratégia de cooperação para o cenário do Interreg III B - Espaço Atlântico. Participaram e financiaram este trabalho, 16 regiões dos 5 países do Arco Atlântico.

- *Intermodalidade na fachada atlântica. Estudo do transporte combinado e infraestruturas necessárias para o seu desenvolvimento no Espaço Atlântico.* A ideia deste projecto surgiu no âmbito do Grupo de Trabalho dos Transportes da Comissão do Arco Atlântico, envolveu 16 regiões tendo-se candidatado ao Interreg II C - Espaço Atlântico. O objectivo genérico deste estudo era o de analisar e repensar o papel e a importância das redes de transporte nas regiões da fachada atlântica no esquema das redes de transporte combinado europeu, tendo em conta algumas questões centrais neste espaço como as vias de alta velocidade, o papel dos portos, o descongestionamento das redes viárias, a ligação das regiões periféricas com os pontos centrais, com o propósito de identificar as necessidades de criação, adaptação e operacionalidade de novas infraestruturas no Espaço Atlântico.

3.2.3. O LEADER II

3.2.3.1. Dos objectivos do LEADER II

Para além do Programa INTERREG II, outra Iniciativa Comunitária assume especial relevância pela preocupação que demonstra pelos problemas das áreas rurais, a Iniciativa LEADER. Especialmente vocacionada para a problemática do desenvolvimento rural, tem tentado resolver, ou de algum modo atenuar, as graves carências associadas ao seu desenvolvimento.

No âmbito da Iniciativa Comunitária LEADER, são quatro as medidas elegíveis: medida 1 – Aquisição de competências; medida 2 – Programas de Inovação Rural; medida 3 – Cooperação Transnacional; medida 4 – Funcionamento da Rede “LEADER”. De modo a poderem submeter-se a aprovação pela Comissão Nacional de Gestão, os Planos de Acção Local devem respeitar 8 grandes áreas completamente independentes; destas, a Área 6 – Acções de Cooperação subdivide-se nas vertentes nacional (6.1) e transnacional (6.2).

Tal como a Iniciativa Comunitária INTERREG II também o Programa LEADER II apoia acções/projectos materiais e imateriais.

Quadro 3.4 - LEADER II – Áreas e Sub-áreas

Áreas	Sub-áreas
1. Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural	
2. Formação Profissional Específica e Ajudas à Contratação	
3. Apoio à Diversificação das Actividades Económicas	3.1 Turismo em Meio Rural 3.2 Artesanato 3.3 Modernização do Sector Empresarial - PME's 3.4 Outros (Serviços de Proximidade)
4. Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas, Silvícolas e da Pesca Local	4.1 Espécies Animais Autóctones 4.2 Variedades Vegetais Nacionais 4.3 Produtos da Agro-Indústria Familiar 4.4 Outros
5. Preservação e Valorização do Ambiente Natural e da Qualidade de Vida	
6. Acções em Cooperação	6.1 Nacional 6.2 Transnacional
7. Outros	
8. Funcionamento do Grupo de Acção Local	8.1 Remuneração de Mão-de-Obra 8.2 Despesas de Funcionamento 8.3 Equipamentos 8.4 Estudos

Quadro 3.5 - Indicadores do LEADER II no território de fronteira

1000 Esc.

Areas/ /sub-áreas	Invest. Total – Programado	Comp. CEE - Programada	Inv. Total Aprovado	Comp. CEE Aprovada
6.1 (nacional)	28500	20725	245	159
6.2 (transnacional)	75924	56167	15820	11813
6 (Total Cooperação)	104424	76892	16065	11972
Total LEADER II	4.669.959	2.896.230	1.803.552	1.143.139
6.1/6 (%)	27.3	27.0	1.5	1.3
6.2/6 (%)	72.7	73.0	98.5	98.7
6/Total (%)	2.2	2.7	0.9	1.0
6.1/Total (%)	0.6	0.7	0.0	0.0
6.2/Total (%)	1.6	1.9	0.9	1.0

Fonte: DG Desenvolvimento Rural – Elaboração própria

3.2.3.2. Da execução do LEADER II na Raia Central

A área em estudo possui 5 Associações de Desenvolvimento que apresentaram projectos de cooperação dentro desta Iniciativa: RUDE; ADRACES; ADERES, Raia Histórica e Pró-Raia. Devido à proximidade geográfica e à cooperação existente entre elas, nos mais variados domínios, serão também considerados os projectos de mais duas associações: Pinhal Maior e ADRUSE. Os valores que se apresentam de seguida resultam da soma dos projectos apresentados por estas 7 entidades.

Assim, apenas 0.9% do total de investimentos aprovados no âmbito do LEADER II foram dedicados à cooperação e especialmente à sua vertente transfronteiriça (ainda assim, responsável por 98.5% dos investimentos totais aprovados nesta área - cooperação).

Quadro 3.6 - Indicadores do LEADER II no território de fronteira

Areas/ /sub-áreas	Invest. Total Aplicado	Comp. CEE	Proj. Âmbito Local	Recebido	Comparti- cipado	1000 Esc. Aplicado
6.1 (nacional)	245	159	20725	3479	159	159
6.2 (transnacional)	8245	6132	56167	14964	11813	6132
6 (Total Cooperação)	8490	6291	76892	18443	11972	6291
Total LEADER II	730874	458176	2896230	506683	1143139	458176
6.1/6 (%)	2.9	2.5	27.0	18.9	1.3	2.5
6.2/6 (%)	97.1	97.5	73.0	81.1	98.7	97.5
6/Total (%)	1.2	1.4	2.7	3.6	1.0	1.4
6.1/Total (%)	0.0	0.0	0.7	0.7	0.0	0.0
6.2/Total (%)	1.1	1.3	1.9	3.0	1.0	1.3

Fonte: DG Desenvolvimento Rural – Elaboração própria

A mesma fonte permite concluir que as referidas associações pouca importância têm demonstrado pela cooperação, dentro desta iniciativa, dado que apresentaram projectos cujo investimento programado não ultrapassa os 2.2% do total de candidaturas ao LEADER II.

Refira-se igualmente que para todos os indicadores estudados a cooperação transfronteiriça, apesar de ter por base valores quase irrisórios no contexto da Iniciativa, possui um relevância nitidamente superior à vertente interregional.

4 COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: PROMOTORES E ACÇÕES

4.1. AS ENTIDADES PROMOTORAS DOS PROJECTOS

O quadro actual da cooperação é caracterizado por uma grande diversidade de actores, o que denota o crescente interesse no processo. No entanto, estes traduzem diferentes níveis de iniciativa e de envolvimento nos processos de cooperação interregional, tanto transfronteiriço como transnacional. No presente estudo identificaram-se 6 conjuntos de actores:

1 - Administração Central

O primeiro grupo de actores é constituído pelas estruturas regionais dos vários organismos da Administração Central (o que inclui a Comissão de Coordenação da Região Centro). O seu enquadramento institucional confere-lhes teoricamente algumas vantagens para a apresentação de projectos de cooperação, nomeadamente:

- na gestão dos recursos financeiros disponíveis;
- no enquadramento institucional, o qual facilita a angariação e articulação de parceiros e a articulação sectorial.

Estes actores assumem igualmente expressão ao nível sub-regional, muito embora nesse caso as acções empreendidas estejam directamente dependentes das delegações regionais. Estas entidades, pelo seu poder executivo, são agentes fundamentais no processo de cooperação e de promoção do desenvolvimento regional.

No caso da Beira Interior, as acções encetadas pelas entidades ligadas aos sectores agrícola, da educação e formação têm tido um impacto importante no território raiano, demograficamente envelhecido e com uma estrutura produtiva que permanece fortemente ligada à agricultura. São os casos da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), o Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Centro (IDARC), a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), da Administração Regional da Saúde do Centro e as suas delegações sub-regionais.

2 - Administração Local

O segundo grupo de entidades promotoras é constituído pelas entidades da administração local (municípios) e as associações de municípios. As actividades

desenvolvidas por estas entidades demonstram fragilidades no domínio da cooperação entre entidades no território nacional. No entanto, a evolução recente aponta para uma nova dinâmica no estabelecimento de parcerias, quer entre várias entidades da mesma região, quer entre entidades de diferentes regiões.

Não querendo proceder a uma avaliação exaustiva da Iniciativa Comunitária INTERREG II, verifica-se que os projectos de cooperação apresentados e realizados pelos municípios têm uma clara componente de infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias, e de equipamentos. No entanto, as iniciativas ligadas à dinamização das actividades económicas e culturais têm vindo a ganhar expressão nos últimos anos.

3 - Associações de Desenvolvimento Rural e Local

O terceiro grupo de entidades que toma parte activa no processo de cooperação corresponde às Associações de Desenvolvimento Rural e Local. No contexto da Beira Interior, estas associações têm-se revelado activas na definição de estratégias de desenvolvimento, potenciadoras do aproveitamento dos recursos locais, levando a cabo algumas iniciativas de cooperação transfronteiriça.

Neste grupo há que distinguir as associações de desenvolvimento rural e as de desenvolvimento local. As primeiras enquadram-se no âmbito da Iniciativa Comunitária LEADER e vocacionam-se fundamentalmente para o desenvolvimento rural integrado. No território em estudo encontramos:

- Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul (ADRACES);
- Associação de Desenvolvimento Rural da Cova da Beira (RUDE);
- Associação de Desenvolvimento Integrado Raia Centro Norte (PRO-RAIA);
- Associação de Desenvolvimento da Raia Histórica.

No território vizinho à Raia Central (definido pelos concelhos que se incluem nas NUT III Serra da Estrela e no Pinhal Interior Sul) contam-se ainda:

- Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul (ADERES);
- Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE);
- Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul (Pinhal Maior).

Paralelamente às Associações de Desenvolvimento Rural, existem outras associações de desenvolvimento local, de jurisdição municipal ou supra-municipal, e cujo

âmbito de intervenção é transversal a vários domínios (cultura, património, actividades recreativas, ...):

- Beira Serra – Associação Promotora do Desenvolvimento Rural Integrado;
- Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento;
- Egitânia – Associação de Desenvolvimento das Terras de Idanha;
- Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão;
- Associação de Defesa e Desenvolvimento da Serra da Gardunha (ADESGAR);
- Associação de Desenvolvimento de Castelo Novo;
- Associação de Desenvolvimento Local de Linhares da Beira;
- Associação Cultural Castelos da Raia;
- Associação dos Amigos de Almeida;
- Associação Cultural e Turística Transfronteiriça;
- TRIURBIR - Triângulo Urbano Ibérico Raiano.

Enquanto as primeiras têm como enquadramento e suporte financeiro principal o LEADER, as restantes concorrem a outros programas comunitários, podendo desenvolver as suas actividades em conjunto com a administração local. São os casos da Egitânia, da Amato Lusitano e do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão.

O TRIURBIR - Triângulo Urbano Raiano, associação constituída em 1996, reúne o município de Castelo Branco e os ayuntamientos de Cáceres e Plasência, e foi criada fundamentalmente com o objectivo de promover o desenvolvimento económico dos territórios envolvidos. Com uma acção reduzida até ao momento, reaparece agora desenvolvendo acções cujos objectivos e impactos ultrapassam os iniciais (domínio económico-produtivo) alargando-se ao desenvolvimento rural e local, bem como ao campo cultural e social.

4 - Núcleos e Associações Empresariais e Económicas

Este grupo inclui uma diversidade de agentes que têm como objectivo comum a dinamização do tecido produtivo regional bem como da sua competitividade. Para além dos núcleos empresariais das Regiões da Guarda e Castelo Branco, contam-se ainda as associações do foro económico (associações comerciais e

industriais de âmbito concelhio, ou supra-concelhio), bem como o Conselho Empresarial do Centro (CEC), constituído em Maio de 1993 e subscrito por 37 associações empresariais de vários ramos de actividade dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

Com domínios de intervenção mais abrangentes encontram-se as Agências de Desenvolvimento Regional, "Estrela Côa – Agência de Desenvolvimento⁽²⁾" e a "Beira Lusa – Agência de Desenvolvimento Territorial"⁽³⁾, estruturas recentemente criadas, que poderão vir a desempenhar um papel importante no processo de cooperação e de desenvolvimento integrado das regiões em que se inserem.

5 – Instituições de ensino superior, formação e investigação

O quinto grupo de actores faz-se representar pelas Instituições de Ensino Superior e outras instituições de formação e de investigação. Entre as primeiras encontram-se a Universidade da Beira Interior (UBI), o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), bem como outras instituições de ensino superior localizadas no restante território da Região Centro, nomeadamente a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, instituições que integram o Polo Universitário Transfronteiriço da Comunidade de Castilla y León e da Região Centro de Portugal. Associadas a estas instituições, encontram-se as unidades de investigação que têm contribuído para o estabelecimento de projectos de cooperação interregional.

Os centros tecnológicos, caso do CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxteis e do Vestuário de Portugal, e os centros de formação profissional, fazem igualmente parte deste grupo, muito embora não participem no Polo Universitário Transfronteiriço.

(2) A associação abrange a área dos concelhos de Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhão, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa, e está sediada na cidade da Guarda (Artigos 2º e 3º, Estatutos da "Estrela-Côa" – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda).

(3) A associação abrange a área dos concelhos de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Fundão, Covilhã e Belmonte, e está sediada na cidade de Castelo Branco (Artigo 2º, Proposta de Estatutos da Agência de Desenvolvimento para a Beira Interior Sul e Cova da Beira).

6 - O GIT – CCR Centro

O GIT - Centro, para além da sua função de organizador de iniciativas e angariador de parceiros, surge igualmente como uma entidade promotora de iniciativas. Neste âmbito o GIT – Centro tem vindo a desenvolver, por vezes em parceria com outras entidades, projectos em variados domínios.

4.2. AS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO DE NATUREZA MATERIAL: UMA APOSTA CONSOLIDADA NO INTERREG II

4.2.1. UMA ABORDAGEM GLOBAL DAS INICIATIVAS MATERIAIS

As iniciativas de cooperação de natureza material têm sido sustentadas essencialmente pelo INTERREG II e, portanto, será no quadro deste instrumento de apoio que serão analisadas.

Foram considerados projectos e investimentos de natureza material todos os projectos que envolvessem de alguma forma a construção de obra física. Entre 1994 e 1999 foram aprovados 37 projectos correspondentes a 11.171.307 contos, distribuídos pelos 3 Sub-Programas (Sub-Programa 1 – 63.9%, Sub-Programa 2 - 9.5% e Sub-Programa 3 - 26.6%).

O quadro seguinte permite igualmente concluir que o maior número de projectos de natureza material se concentrou no Sub-programa 1 (48) o que representa quase 70% do total dos projectos aprovados. Dentro deste, a Medida 4 (reforço dos equipamentos urbanos assumiu especial relevância (12 projectos que no seu conjunto representaram um investimento de perto de um milhão de contos). Apesar disso, são as Medidas 2 do Sub-programa 1 (com apenas três projectos mas 6 milhões de investimento elegível) e 1 do Sub-programa 3 (com cerca de 3 milhões de investimento elegível para 9 projectos) que assumem um peso marcante em termos de montantes envolvidos.

A análise mais aprofundada e detalhada de cada um dos projectos, permite retirar algumas conclusões sobre o objectivo e prioridades da Iniciativa INTERREG II na Região Centro.

Dentro do Sub-programa 1 (Desenvolvimento sócio-económico):

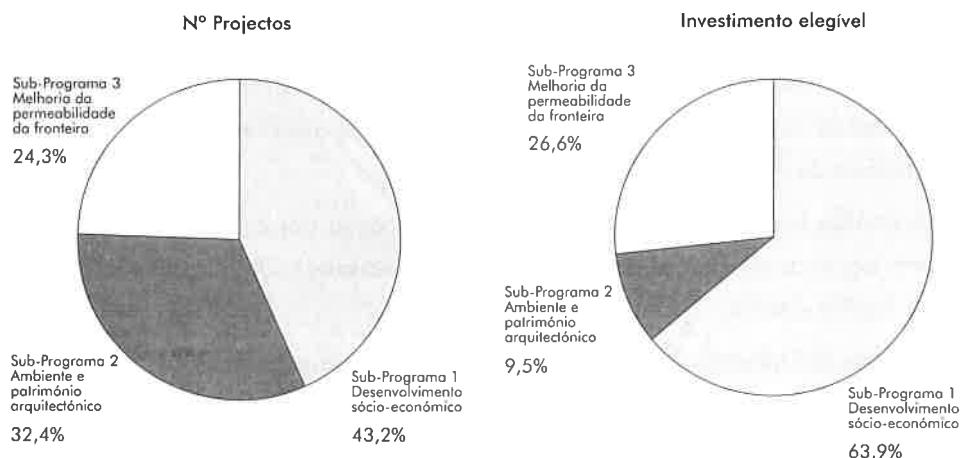
- A Medida 1 apenas possui um projecto de natureza marcadamente material – a construção de um centro de inseminação artificial de suíños, muito embora

Quadro 4.1 - Estrutura do INTERREG II por Sub-Programa e Medida, segundo o tipo de iniciativas (materiais e imateriais)

Sub-Programa Medida	Nº Projectos				Investimento elegível					
	In. Materiais		In. Imateriais		Total					
	Mate - riais	Ima- teriais	Total	%	1000 Esc	%	1000 Esc	%	1000 Esc	%
Medida 1 – Agricultura e desenvolvimento rural	1	11	12	17,4	38824	0,3	208648	23,6	247471	2,1
Medida 2 - Equipamentos de apoio à actividade produtiva	3		3	4,3	6154863	55,1			6154863	51,1
Medida 4 - Reforço dos equipamentos urbanos	12		12	17,4	944657	8,5			944657	7,8
Medida 5 - Dinamização e cooperação empresarial e turística		15	15	21,7		0,0	301843	34,2	301843	2,5
Medida 6 - Dinamização e cooperação social e institucional		6	6	8,7		0,0	372169	42,2	372169	3,1
Sub-Programa 1 – Desenvolvimento sócio-económico	16	32	48	69,6	7138344	63,9	882660	100,0	8021003	66,5
Medida 1 - Protecção dos Recursos Hídricos	5		5	7,2	443552	4,0			443552	3,7
Medida 3 – Recuperação do Património Arquitectónico	7		7	10,1	621035	5,6			621035	5,2
Sub-Programa 2 – Ambiente e património arquitectónico	12		12	17,4	1064587	9,5			1064587	8,8
Medida 1 – Acessibilidades	9		9	13,0	2968377	26,6			2968377	24,6
Sub-Programa 3 – Melhoria da permeabilidade da fronteira	9		9	13,0	2968377	26,6			0,0	24,6
Total	37	32	69	100,0	11171307	100,0	882660	100,0	12053967	100,0

Fonte: CCR Centro e DGDR, Março de 1999

Figura 4.1 - Distribuição do nº de projectos e do investimento elegível das iniciativas materiais do INTERREG II, por Sub-Programa



envolva um investimento reduzido – 38 mil contos. Este projecto é financiado pelo FEOGA – Orientação e tem como executor a empresa Suibeira;

- A Medida 2 envolve montantes muito significativos (na ordem dos 6 milhões de contos) na construção de equipamentos de apoio à actividade produtiva, o que demonstra a preocupação da Iniciativa com o desenvolvimento e diversificação da base económica do território. Dos três projectos aprovados ao abrigo da vertente FEDER, dois deles são aqui considerados não regionalizáveis, sendo executados pelo IHERA - Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, visando o aumento da capacidade hidráulica dos municípios, de modo a colmatar as marcantes insuficiências existentes neste domínio num passado recente;
- A Medida 4 é responsável por doze projectos de natureza material, tendo-se privilegiado a recuperação e reabilitação urbana e a construção de determinados equipamentos (por exemplo, a piscina de Celorico da Beira e o complexo desportivo de Monfortinho), demonstrando a preocupação do INTERREG II pelo reforço dos equipamentos urbanos nos territórios raianos. Refira-se que o maior investimento financeiro desta Medida se concentrou na construção do Centro Cultural Raiano, obra de grande importância naquela área tão deprimida do interior Centro.

Dentro do Sub-programa 2 (Ambiente e Património Arquitectónico):

- A Medida 1 viu aprovados 5 projectos, todos eles referentes à construção de ETAR, estando inerentes às mesmas a crescente preocupação dos municípios em dotarem os seus concelhos de equipamentos que permitam melhorar a qualidade ambiental;
- A Medida 3 visa a recuperação do património arquitectónico da Raia Central Portuguesa, pelo que não será de estranhar que os principais projectos para aqui aprovados, tenham por génese a valorização e revitalização dos castelos e a recuperação e renovação de determinados locais-chave dos concelhos. Esta preocupação tem por objectivo final a melhoria e estímulo da actividade turística, melhorando a atracividade dos principais lugares de interesse turístico.

Dentro do Sub-programa 3 (Melhoria da permeabilidade da fronteira):

- Apenas foram aprovados projectos dentro da Medida 1 (acessibilidades). Os nove projectos assentam sobretudo na construção/melhoria de estradas

Quadro 4.2 - Projectos e investimento elegível em iniciativas materiais na Região Centro – INTERREG II

Medido	Projectos	Investimento elegível (esc.)	Comp.FEDER/ FEOGA (esc.)	Concelho
1,1	Construção de um centro de inseminação artificial para suínos	38.823.980	29.117.985	Fundão
1,2	Construção da Barragem do Sabugal	4.520.000.000	3.390.000.000	Não regionalizável
	Construção do circuito hidráulico Sabugal - Meimao	1.550.000.000	1.162.500.000	Não regionalizável
	Recinto de feiras em Vila Velha de Ródão	84.863.105	63.647.329	V. V. Ródão
1,4	Pav. bairro de Santo Antão em Belmonte: renovação urbana (1º fase)	49.037.296	36.777.972	Belmonte
	Recuperação da zona histórica de Castelo Branco (2º fase)	64.857.491	48.643.118	Castelo Branco
	Recup. e integração dos espaços urbanos da periferia da cidade (2º fase)	111.007.381	83.255.535	Castelo Branco
	RAADE de Casas do Rio	13.975.762	10.481.821	Celorico da Beira
	Piscina Municipal de Celorico da Beira	127.224.190	95.418.143	Celorico da Beira
	Recuperação e valorização da envolvente da Torre de Menagem	134.488.000	100.866.000	Guarda
	Centro cultural raiano	196.600.000	147.450.000	Idanha-a-Nova
	Complexo desportivo de Monfortinho	32.000.000	24.000.000	Idanha-a-Nova
	Reabilitação urbana - estrada da Lapa (1º fase)	18.112.500	13.584.375	Manteigas
	Reabilitação urbana - estrada da Lapa (2º fase)	25.263.675	18.947.756	Manteigas
2,1	Reabilitação urbana da cidade de Pinhel (1º fase)	89.239.543	66.929.657	Pinhel
	Recup. urbanística do Sabugal: construção mercado municipal (1ª fase)	82.850.934	62.138.200	Sabugal
	ETAR de Figueira da Castelo Rodrigo	80.000.000	60.000.000	F. C. Rodrigo
	ETAR Norte de Idanha-a-Nova	90.000.000	67.500.000	Idanha-a-Nova
	ETAR de Penamacor	50.000.000	37.500.000	Penamacor
2,3	ETAR, emissário e colectores de esgotos de Pinhel	161.000.000	120.750.000	Pinhel
	ETAR de Trancoso (Quinta do Seixo)	62.552.181	46.914.135	Trancoso
	Renovação da Praça Central e do Edifício da Junta de Freg. de Castelo Bom	26.659.000	19.994.250	Almeida
	Revitalização do Castelo de Belmonte	95.000.000	71.250.000	Belmonte
	Valorização do Castelo de Celorico da Beira	180.000.000	135.000.000	Celorico da Beira
3,1	Revitalização do Castelo de Pinhel	185.000.000	138.750.000	Pinhel
	Arranjo Urbano e Urbanístico do Largo da Avenida de Trancoso	65.500.000	49.125.000	Trancoso
	Recuperação do Convento dos Frades (1º fase)	26.000.000	19.500.000	Trancoso
	Reabilitação e reutilização do castelo e muralhas	42.875.563	32.156.672	Trancoso
	Via estruturante de Vilar Formoso	133.206.528	99.904.896	Almeida
	EM de Carvalhal Formoso (Ligaçao da EN 18-3)	69.410.656	52.057.992	Belmonte
	EM 594 Vermiosa - Vilar Torpim	49.650.859	37.238.144	F. C. Rodrigo
	Circular rodoviária interna de Meda (Fase A)	61.500.154	46.125.115	Meda
	EN 102 - Beneficiação entre Vila Nova de Foz Côa e Trancoso	1.500.378.000	1.125.283.500	Não regionalizável
	EN 240 - Beneficiação entre Zebreira e Termas de Monfortinho	838.346.588	628.759.941	Não regionalizável
	Em 569 Penamacor - fronteira	265.152.945	198.864.708	Penamacor
	Estradas da Raia (1º fase)	39.327.351	29.495.513	Sabugal
	Pav. EM 1102 VF Naves ao limite concelho	11.403.640	8.552.730	Trancoso

Fonte CCR Centro e DGDR

municipais. Os dois projectos não regionalizáveis (da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas) traduzem a beneficiação de troços de estradas nacionais, possuindo, portanto, avultados montantes de investimento (mais de dois milhões de contos). Não são de estranhar os enormes quantitativos financeiros disponibilizados para esta Medida, uma vez que um dos principais objectivos desta Iniciativa prende-se com a tentativa de melhorar as vias de comunicação entre as duas regiões, de modo a possibilitar o aumento dos contactos, estimulando o progresso e o desenvolvimento de ambos os lados.

4.2.2. UMA ABORDAGEM TERRITORIALIZADA DAS INICIATIVAS MATERIAIS

Face às características e principais necessidades de cada concelho, assim a natureza dos projectos apresentados pelas diversas entidades proponentes e consequentemente as dissemelhanças de investimento canalizado para cada espaço geográfico variaram bastante.

O quadro que se segue permite a análise da repartição do investimento pelo território em estudo. Deste modo, os projectos não regionalizáveis representam 3/4 do total de investimento material na Região Centro (cerca de oito milhões e meio de contos), o que não será de estranhar face ao que se afirmou nos sub-capítulos anteriores.

Da observação deste indicador pelos diversos concelhos da área em estudo ressalta o peso de Pinhel (3,9%), Celorico da Beira e Idanha-a-Nova (com 2,9%), todos eles com investimentos concelhios superiores a 300 mil contos.

No que se refere aos projectos aprovados para esta área, verifica-se que a esmagadora maioria dos projectos materiais se localizam na Beira Interior Norte (21), ao passo que os imateriais ganham expressão na Beira Interior Sul (13). Trancoso é o concelho com maior número de projectos materiais aprovados (5). Essa distribuição regional pelos diversos sub-programas permite concluir que no primeiro sub-programa a Beira Interior Sul possui 18 projectos, contra 13 da Beira Interior Norte e 10 da Cova da Beira. Em termos concelhios destaca-se claramente Castelo Branco (11 projectos), secundado por mais dois concelhos marcadamente urbanos – Covilhã e Guarda (com 8 e 7 projectos, respectivamente).

Quanto ao Sub-programa 2, 3/4 dos projectos localizam-se na Beira Interior Norte, destacando-se nitidamente o concelho de Trancoso, com quatro projectos aprovados, no âmbito da vertente FEDER do INTERREG II.

Quadro 4.3 - Repartição regional do investimento elegível no INTERREG II

Concelho	Total						Por habitante		
	Escudos			%			Escudos		
	Materiais	Imateriais	Total	Material	Imaterial	Total	Material	Imaterial	Total
Almeida	159.865.528		159.865.528	1,4	0,0	1,3	15.923		15.923
Celorico da Beira	321.199.952		321.199.952	2,9	0,0	2,7	36.192		36.192
F.C.Rodrigo	129.650.859		129.650.859	1,2	0,0	1,1	15.996		15.996
Guarda	134.488.000	25.843.739	160.331.739	1,2	2,9	1,3	3.469	667	4.136
Manteigas	43.376.175		43.376.175	0,4	0,0	0,4	10.347		10.347
Meda	61.500.154		61.500.154	0,6	0,0	0,5	8.266		8.266
Pinhel	435.239.543		435.239.543	3,9	0,0	3,6	34.290		34.290
Sabugal	122.178.285		122.178.285	1,1	0,0	1,0	7.221		7.221
Trancoso	208.331.384		208.331.384	1,9	0,0	1,7	18.141		18.141
Beira Int. Norte	1.615.829.880	25.843.739	1.641.673.619	14,6	2,9	13,6	149.845	667	150.512
Belmonte	213.447.952		213.447.952	1,9	0,0	1,8	28.801		28.801
Covilhã		284.793.014	284.793.014	0,0	32,3	2,4		5.274	5.274
Fundão	38.823.980		38.823.980	0,3	0,0	0,3	1.225		1.225
Cova da Beira	252.271.932	284.793.014	537.064.946	2,2	32,3	4,5	30.026	5.274	35.300
Castelo Branco	175.864.872	211.927.589	387.792.461	1,6	24,0	3,2	3.238	3.902	7.140
Idanha-a-Nova	318.600.000	56.422.915	375.022.915	2,9	6,4	3,1	23.375	4.140	27.515
Penamacor	315.152.945		315.152.945	2,8	0,0	2,6	38.836		38.836
V.V.Ródão	84.863.105	31.894.081	116.757.186	0,8	3,6	1,0	17.110	6.430	23.540
Beira Int. Sul	894.480.922	300.244.585	1.194.725.507	8,1	34	9,9	82.559	14.472	97.031
Coimbra*		271.778.634	271.778.634	0,0	30,8	2,3			
Não regional.**	8.408.724.588		8.408.724.588	75,3	0,0	69,8			
Total	11.171.307.322	882.659972	12.053.967.294	100,0	100,0	100,0			

* Projectos aprovados a entidades sediadas em Coimbra

** Projectos com incidência territorial supra-concelhia

Fonte: CCR Centro e DGDR, Março de 1999

Também no terceiro Sub-programa, a maioria dos projectos (55%) se concentra na Beira Interior Norte, não havendo, no entanto, nenhum concelho que se destaque em relação aos restantes. Dentro deste Sub-programa existem dois projectos executados pela JAE, considerados não regionalizáveis.

Em termos globais, o concelho de Castelo Branco agrupa nos seus limites geográficos 16% do total de projectos aprovados para a Raia Central Portuguesa (11 projectos, todos eles pertencentes ao Sub-programa 1). Este concelho é secundado, em número de projectos aprovados, por outros dois importantes

Quadro 4.4 - Repartição regional dos projectos aprovados no INTERREG II, por iniciativa e sub-programa, por concelho

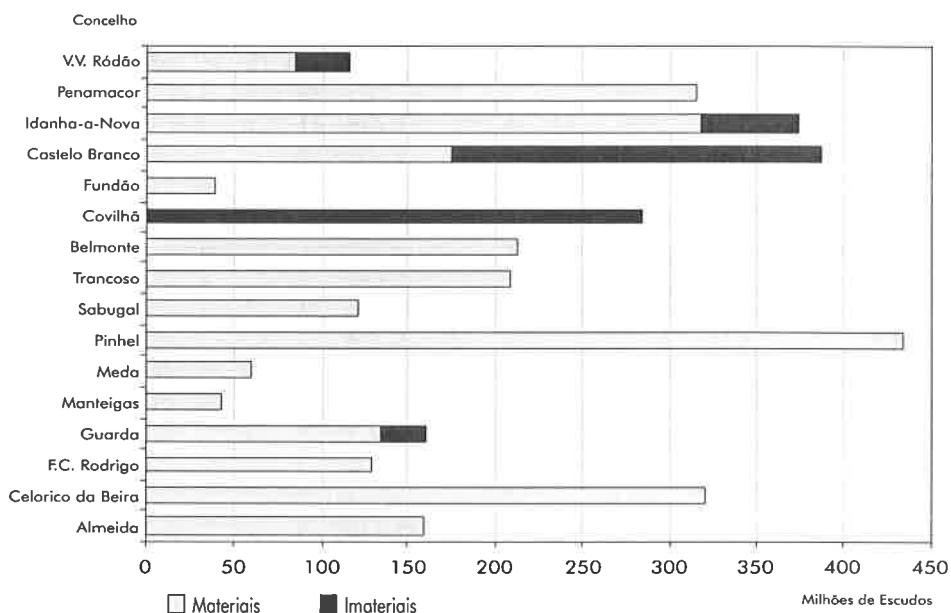
Unidade Territorial	Tipo de Iniciativa			Sub-programa			
	Material	Imaterial	Total	1	2	3	Total
Almeida	2		2		1	1	2
Celorico da Beira	3		3	2	1		3
F. C. Rodrigo	2		2		1	1	2
Guarda	1	6	7	7			7
Manteigas	2		2	2			2
Meda	1		1			1	1
Pinhel	3		3	1	2		3
Sabugal	2		2	1		1	2
Trancoso	5		5		4	1	5
Beira Interior Norte	21	6	27	13	9	5	27
Belmonte	3		3	1	1	1	3
Covilhã		8	8	8			8
Fundão	1		1	1			1
Cova da Beira	4	8	12	10	1	1	12
Castelo Branco	2	9	11	11			11
Idanha-a-Nova	3	2	5	4	1		5
Penamacor	2		2		1	1	2
V. V. Ródão	1	2	3	3			3
Beira Interior Sul	8	13	21	18	2	1	21
Coimbra		5	5	5			5
Não regionalizável	4		4	2		2	4
Total global	37	32	69	48	12	9	69

Fonte: CCR Centro e DGDR, Março de 1999

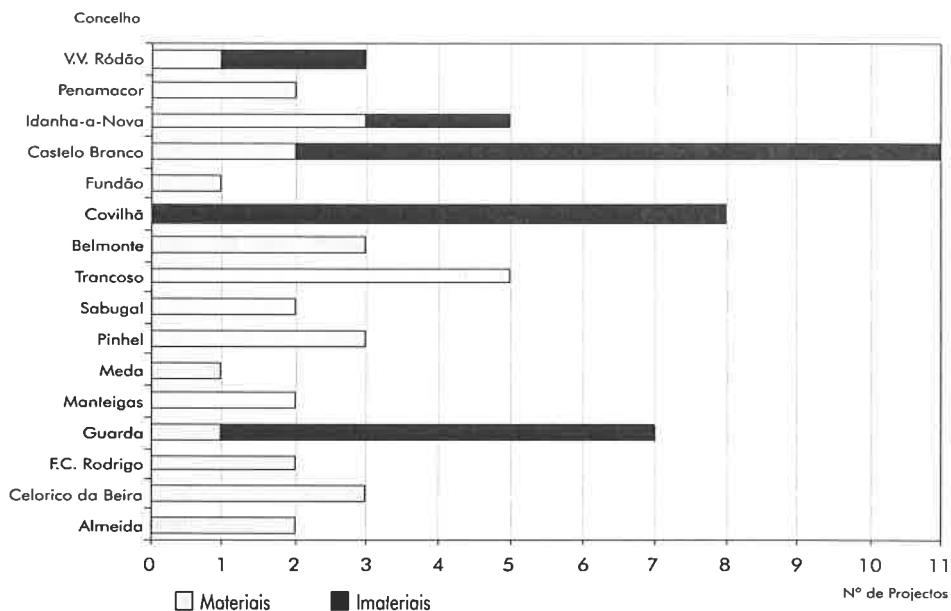
concelhos urbanos daquele território: Covilhã e Guarda, também eles com todos os seus projectos aprovados dentro do Sub-programa 1. Esta hierarquia não será de estranhar uma vez que é nestes concelhos que se localizam as sedes de alguns importantes órgãos descentralizados da Administração Central (caso da DRABI) e dos mais importantes núcleos empresariais da região raiana (NERCAB e NERGA).

Em termos percentuais os projectos não regionalizáveis pesam quase 3/4 nos dois indicadores (investimento elegível e fundos concedidos), o que não será de estranhar se pensarmos que os projectos são beneficiação/construção de estradas (caso dos projectos geridos pela JAE) e construção de barragens ou circuitos hidráulicos (geridos pelo IHERA).

**Figura 4.2 - Distribuição do Investimento Elegível do INTERREG II,
por tipo de iniciativa e por concelho**



**Figura 4.3 - Distribuição dos Projectos do INTERREG II,
por tipo de iniciativa e por concelho**



4.3. AS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO IMATERIAIS: UMA APOSTA EM DESENVOLVIMENTO

4.3.1. O crescimento da cooperação imaterial: uma tendência positiva dos últimos anos

A partir do inventário das principais iniciativas de cooperação transfronteiriça e transnacional, desenvolvidas após 1994 até ao fim do QCA II, bem como das entidades e fontes de financiamento envolvidas, é possível traçar alguns comentários sobre a evolução do processo de cooperação, nos seus vários domínios de intervenção.

Tomando como ponto de partida o ano de 1994, e considerando a informação disponibilizada até Junho de 1999 (data de elaboração do presente relatório) foram identificadas 166 iniciativas de cooperação interregional. O ano de 1996 marcou o primeiro salto no desenvolvimento de iniciativas, tendência que se manteve nos anos de 1997 e 1998 e, como parece indicar, também em 1999. Em 1997, foram iniciados 33 novos projectos, mantendo-se em curso muitos dos aprovados anteriormente, subindo esse valor para 44, em 1998.

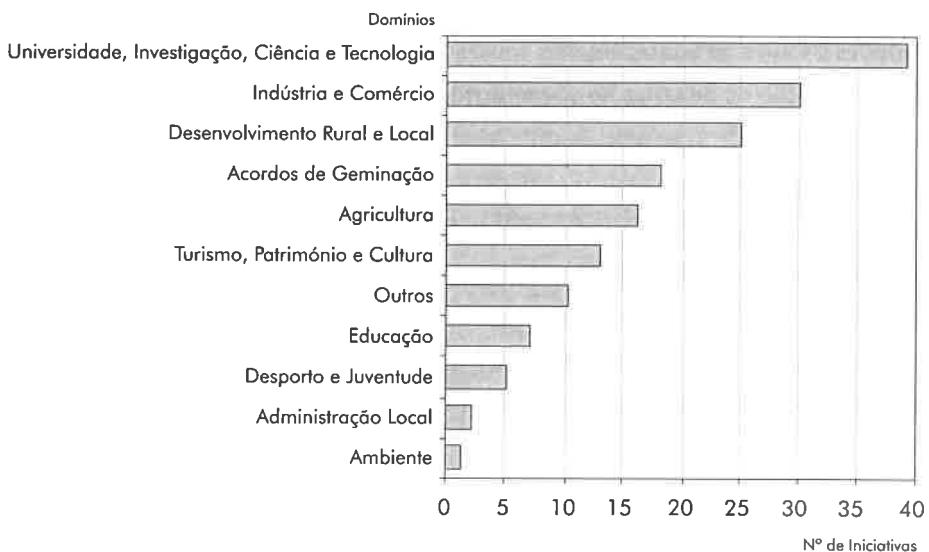
Quadro 4.5 - Evolução no número de iniciativas imateriais de cooperação interregional (transfronteiriça e transnacional) no território de fronteira, 1994 a Junho de 1999

Domínios	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Data não identificada	Total
Educação	0	0	0	2	3	1	1	7
Desporto e Juventude	0	0	0	0	2	3	0	5
Agricultura	1	0	2	7	3	3	0	16
Desenvolvimento Rural e Local	2	3	1	4	8	6	1	25
Turismo, Património e Cultura	1	0	0	2	5	1	4	13
Ambiente	0	0	0	0	0	1	0	1
Indústria e Comércio	0	0	3	8	11	7	1	30
Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia	4	4	7	7	11	6	0	39
Administração Local	0	0	0	1	0	1	0	2
Acordos de Geminação	0	0	0	0	0	0	18	18
Outros	1	0	0	2	1	1	5	10
Total	9	7	13	33	44	30	30	166

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

Os domínios onde têm surgido maior número de iniciativas de cooperação reportam-se ao grupo composto pelos temas “Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia”, que registaram 39 iniciativas, seguidos do grupo Indústria e Comércio” (30 projectos), Desenvolvimento Rural e Local (16) e Agricultura (16).

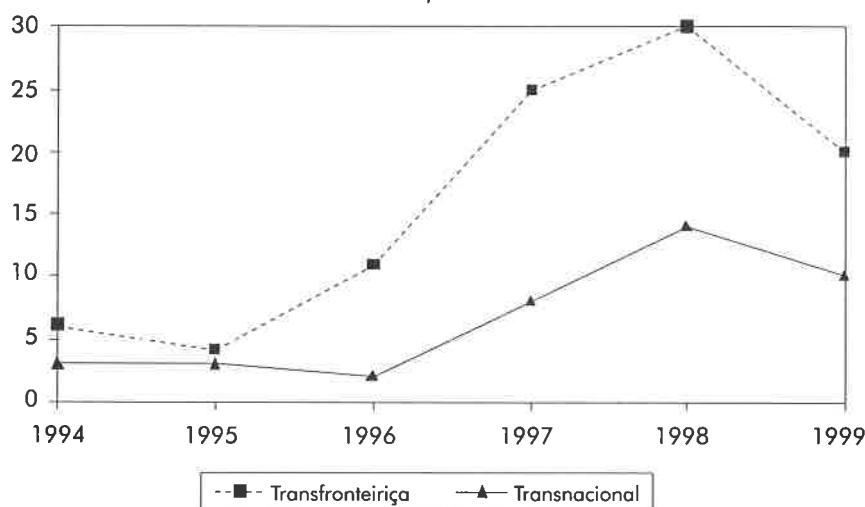
Fig.4.4 - Iniciativas imateriais de cooperação interregional, segundo os domínios de intervenção, 1994 a Junho de 1999



Nos domínios da Agricultura, bem como da Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia verifica-se uma maior regularidade no desenvolvimento de projectos, enquanto em relação aos restantes domínios se verificou uma clara intensificação a partir de 1997.

A cooperação transfronteiriça tem um perfil distinto da cooperação transnacional. No âmbito da cooperação transfronteiriça, os domínios onde esta assume maior relevância são o empresarial e produtivo e o desenvolvimento rural e local. Tal facto, permite salientar o trabalho dos municípios, das associações empresariais e de desenvolvimento rural e local que contribuíram para cimentar o processo de cooperação. O ensino superior e as instituições ligadas à investigação constituem outras entidades que desenvolvem um elevado número de iniciativas de cooperação transfronteiriça. No caso da Universidade, as iniciativas estão intimamente ligadas à troca de conhecimentos - experiências, o que tem um impacto local e regional distinto das acções anteriores.

Fig. 4.5 - Evolução do número de iniciativas imateriais de cooperação interregional (transfronteiriça e transnacional) no território de fronteira, 1994 a Junho de 1999



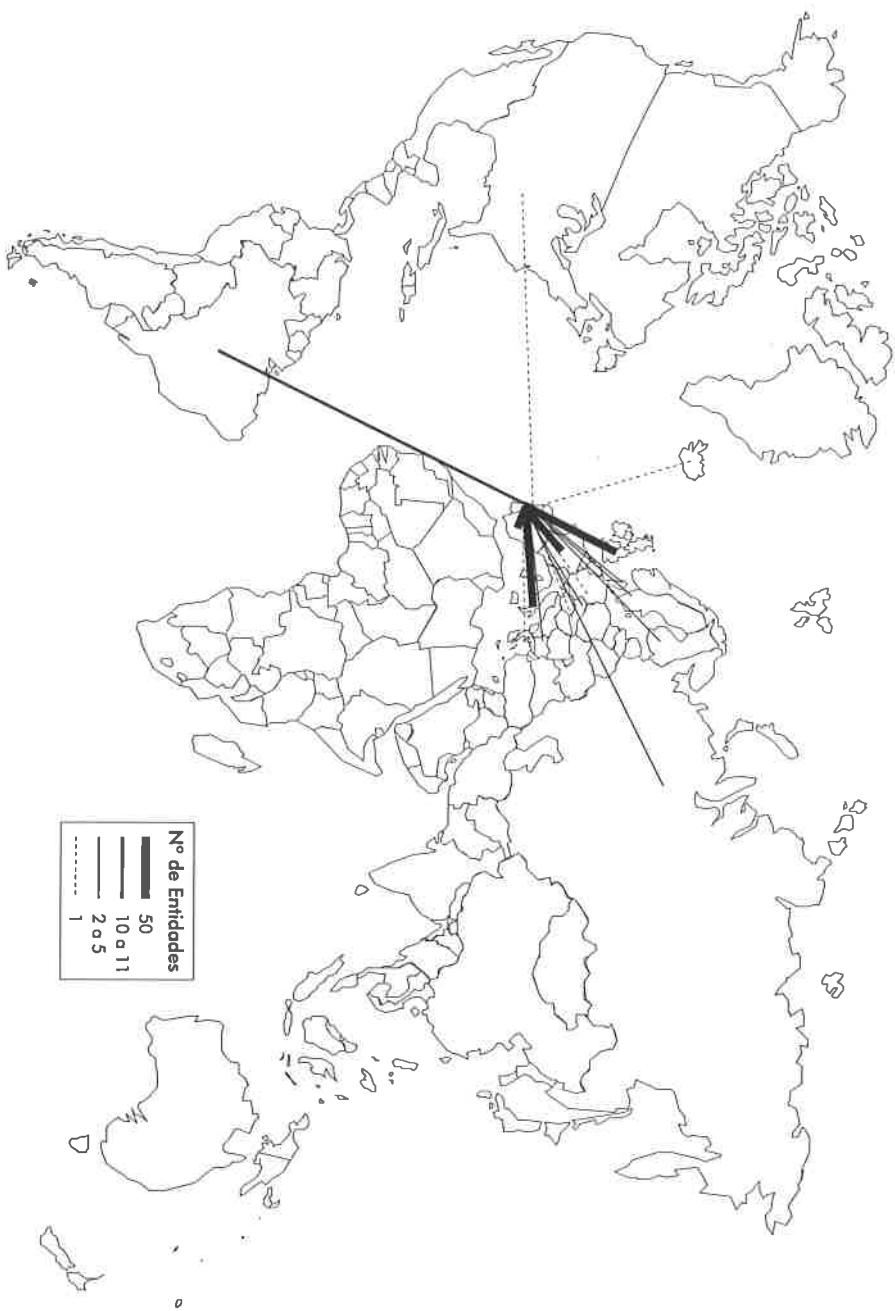
A cooperação transnacional tem uma expressão mais reduzida no território de fronteira. Contudo, foi possível identificar 59 iniciativas, das quais 32 se desenvolveram entre 1997 e 1999. Os principais promotores foram as instituições de ensino superior, de investigação e os municípios, que estabeleceram 16 acordos de geminação com países para além de Espanha.

Quadro 4.6 - Evolução do número de iniciativas imateriais de cooperação transfronteiriça no território de fronteira, 1994 a Junho de 1999

Domínios	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Data não identificada	Total
Educação	0	0	0	2	3	1	1	7
Desporto e Juventude	0	0	0	0	1	2	0	3
Agricultura	0	0	1	6	2	3	0	12
Desenvolvimento Rural e Local	2	3	1	3	5	3	1	18
Turismo, Património e Cultura	1	0	0	2	5	0	4	12
Ambiente	0	0	0	0	0	1	0	1
Indústria e Comércio	0	0	2	8	10	7	1	28
Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia	2	1	7	1	4	2	0	17
Administração Local	0	0	0	1	0	0	0	1
Acordos de Geminação	0	0	0	0	0	0	2	2
Outros	1	0	0	2	0	1	2	6
Total	6	4	11	25	30	20	11	107

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

Países envolvidos no processo de cooperação interregional, entre 1994 e 1999



As associações de desenvolvimento rural e local constituem outro tipo de entidades com uma participação activa no processo de cooperação transnacional. Estas apresentam projectos enquadrados pelo LEADER II, que possui uma medida dedicada à cooperação internacional.

Quadro 4.7 - Evolução do número de iniciativas imateriais de cooperação transnacional, 1994 a Junho de 1999

Domínios	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Data não identificada	Total
Educação	0	0	0	0	0	0	0	0
Desporto e Juventude	0	0	0	0	1	1	0	2
Agricultura	1	0	1	1	1	0	0	4
Desenvolvimento Rural e Local	0	0	0	1	3	3	0	7
Turismo, Património e Cultura	0	0	0	0	0	1	0	1
Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria e Comércio	0	0	1	0	1	0	0	2
Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia	2	3	0	6	7	4	0	22
Administração Local	0	0	0	0	0	1	0	1
Acordos de Geminação	0	0	0	0	0	0	16	16
Outros	0	0	0	0	1	0	0	4
Total	3	3	2	8	14	10	16	59

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

4.3.2. uma abordagem territorializada das iniciativas imateriais

Outro aspecto a sublinhar é a distribuição geográfica dos projectos segundo a sede da entidade promotora, havendo a registar diferenças regionais assinaláveis. A Beira Interior destaca-se não só pelo número de iniciativas desenvolvidas como pelo pioneirismo e regularidade no estabelecimento de projectos de cooperação interregional.

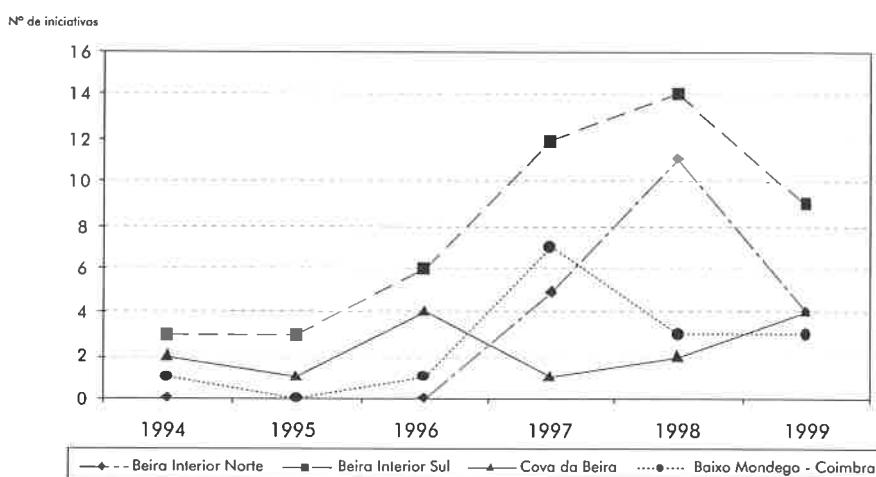
Quadro 4.8 - Evolução do número de iniciativas imateriais de cooperação interregional (transfronteiriça e transnacional), 1994 a Junho de 1999

NUT	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Data não identificada	Total
Beira Interior Norte	0	0	1	5	12	6	9	32
Beira Interior Sul	5	4	6	16	18	13	8	70
Cova Beira	2	3	4	4	10	8	4	35
Baixo Mondego – Coimbra	2	0	2	8	4	3	9	29
Total	9	7	13	33	44	30	30	166

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

Na Beira Interior Norte, os resultados dos inquéritos e entrevistas realizadas demonstram a intensificação das relações de cooperação apenas a partir de 1997. O mesmo se passou com as entidades sediadas em Coimbra, ou seja, as entidades representantes da Administração Central.

Fig. 4.6 - Evolução do número de iniciativas imateriais de cooperação transfronteiriça, por NUT III, 1994 a Junho de 1999

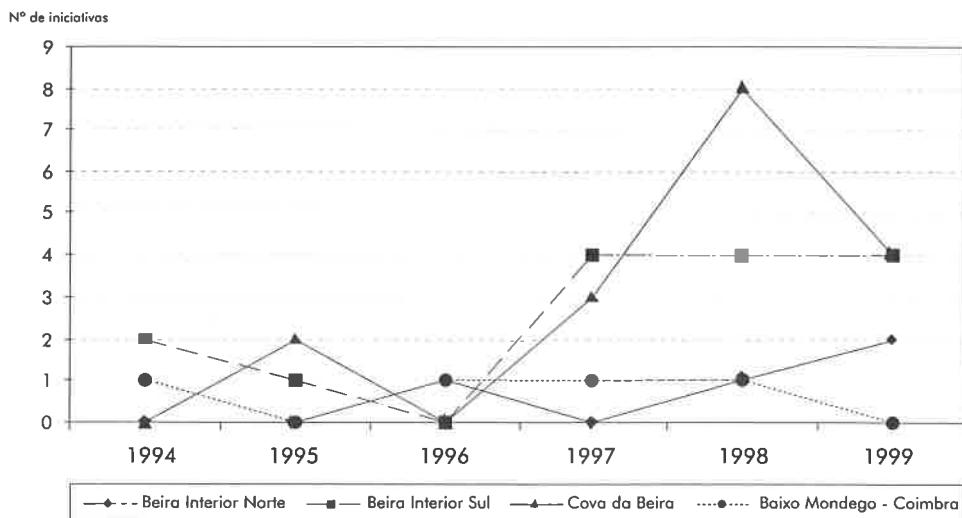


Quanto à Cova da Beira, esta representa uma situação distinta das anteriores; os valores demonstram que embora se tenham vindo a desenvolver projectos desde 1994, não se verificou uma intensificação das relações de cooperação transfronteiriça no período analisado, mas sim uma clara intensificação das relações transnacionais (via universidade, via administração local e via empresarial).

Tal quadro evolutivo, parece indicar que a criação do GIT contribuiu para o incremento das relações de cooperação transfronteiriça e transnacional, nomeadamente em regiões e sectores onde não existia uma grande tradição.

A análise da distribuição regional de iniciativas imateriais da cooperação interregional segundo os domínios de intervenção mostra-nos que na Beira Interior Sul, para além do maior número de projectos desenvolvidos, a sua acção estende-se a vários domínios de intervenção, do campo social (educação, cultura e desporto)

Fig. 4.7 - Evolução do número de iniciativas imateriais de cooperação transnacional, por NUT III, 1994 a Junho de 1999



Quadro 4.9 - Distribuição regional de iniciativas imateriais de cooperação interregional segundo os domínios de intervenção (transfronteiriça e transnacional), 1994 a Junho de 1999

	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Baixo Mondego - Coimbra	Total
Educação	0	2	0	5	7
Desporto e Juventude	0	5	0	0	5
Agricultura	0	12	0	4	16
Desenvolvimento Rural e Local	5	16	4	0	25
Turismo, Património e Cultura	2	6	1	4	13
Ambiente	0	1	0	0	1
Indústria e Comércio	7	9	6	8	30
Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia	6	14	19	0	39
Administração Local	1	0	1	0	2
Acordos de Geminação	9	5	4	0	18
Outros	2	0	0	6	10
Total	32	70	35	29	166

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

ao desenvolvimento rural, passando pelo domínio produtivo e empresarial (agricultura, indústria, turismo, património e cultura).

No caso da Beira Interior Norte, os projectos incidem num espectro menos alargado: no domínio produtivo (agricultura e indústria), desenvolvimento rural e nas áreas do ensino superior e investigação.

A Cova da Beira, em termos de domínios de intervenção, tem um campo de acção mais limitado, dominado pelo ensino e investigação, ao qual não será alheia a localização da UBI na Covilhã, e pelo sector económico e empresarial, sectores associados a áreas de excelência da Cova da Beira (especialização no ensino superior e no têxtil).

Quadro 4.10 - Distribuição regional do número de projectos de cooperação transfronteiriça, 1994 a Junho de 1999

	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Baixo Mondego - Coimbra	Total
Educação	0	2	0	5	7
Desporto e Juventude	0	3	0	0	3
Agricultura	0	12	0	0	12
Desenvolvimento Rural e Local	5	13	0	0	18
Turismo, Património e Cultura	2	6	0	4	12
Ambiente	0	1	0	0	1
Indústria e Comércio	7	9	5	7	28
Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia	4	4	9	0	17
Administração Local	1	0	0	0	1
Acordos de Geminação	1	1	0	0	2
Outros	1	0	0	5	6
Total	21	51	14	21	107

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

Mais recentemente, surgiram algumas iniciativas no domínio do desenvolvimento local encetadas por associações como a ADIBB, a Beira Serra e a ADRACES, que têm impactos no campo social, cultural e económico.

Quadro 4.11 - Distribuição regional do número de iniciativas imateriais de cooperação transnacional, 1994 a Junho 1999

	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Baixo Mondego - Coimbra	Total
Educação	0	0	0	0	0
Desporto e Juventude	0	2	0	0	2
Agricultura	0	0	0	4	4
Desenvolvimento Rural	0	3	4	0	7
Turismo, Património e Cultura	0	0	1	0	1
Ambiente	0	0	0	0	0
Indústria e Comércio	1	0	1	0	2
Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia	2	10	10	0	22
Administração Local	0	0	1	0	1
Acordos de Geminação	8	4	4	0	16
Outros	1	0	0	3	4
Total	12	19	21	7	59

Fonte: Inquéritos e entrevistas, Fevereiro a Junho de 1999

4.3.3. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERREGIONAL IMATERIAL

O levantamento das iniciativas de cooperação por domínios de intervenção permite-nos identificar 11 grandes áreas das quais analisaremos as mais relevantes.

Educação

Neste domínio, encontramos três tipos de projectos:

- os primeiros são projectos de intercâmbio de informação e de experiências com a Região de Castilla y León no domínio da educação de adultos. As acções concluídas e em curso envolveram as Câmaras Municipais, o GIT do Centro, a DRE do Centro e a Junta de Castilla y León;
- o segundo, é um projecto de divulgação da cultura e língua portuguesa na Extremadura. O projecto intitulado "Cursos de Português no Norte da Extremadura", foi inaugurado no dia 17 de Novembro de 1998 e dirigiu-se aos professores da Comarca de Coria que posteriormente fornecerão formação aos estudantes espanhóis. Para além da Câmara Municipal de Castelo Branco

estão envolvidos o Ayuntamiento de Coria, o "Centro de Professores e Recursos de Coria e Comarca" e a Junta da Extremadura. Este tipo de iniciativas surgem como uma oportunidade de afirmar a língua e a cultura portuguesas no país vizinho;

- o terceiro corresponde a um projecto de educação de adultos, encetado por uma associação de desenvolvimento rural e local.

Desporto e Juventude

Apesar do número de projectos diagnosticado ser reduzido, as relações de cooperação neste grupo de trabalho, designadamente ao nível escolar, têm tido alguma expressão. No futuro, perspectiva-se a sua intensificação, nomeadamente em articulação com outros domínios como a educação e o turismo.

Das iniciativas recentemente realizadas refira-se a "TRIURBIR - Feira do Desporto" que teve como objectivo a cooperação transfronteiriça na área do desporto escolar. Foi nesse domínio que se realizou em Novembro de 1998, uma visita de alunos de Plasência, cujo objectivo foi o de conhecer a realidade do tecido económico da raia portuguesa e a sua ligação com o ensino. Esta visita realizou-se a Castelo Branco e a Idanha-a-Nova, tendo sido promovida pela ADRACES e enquadradada pelo TRIURBIR.

Outra iniciativa a apontar foi a desenvolvida pela Escola EB2/3 Afonso de Paiva de Castelo Branco, que promoveu acções de divulgação e intercâmbio cultural no campo dos jogos tradicionais que envolveram, para além de parceiros portugueses, parceiros espanhóis e italianos.

Agricultura

Os projectos desenvolvidos e em curso incidem sobre várias áreas de intervenção e em vários domínios. O primeiro aspecto a destacar é a sua adequabilidade à situação da região raiana. De facto, existem projectos direcionados ao sector mas que se prolongam até à comercialização e distribuição, estes últimos, sectores bastante problemáticos no contexto raiano.

Estes projectos envolvem várias entidades nacionais ligadas à actividade agrícola: cooperativas, associações de desenvolvimento rural e local, as instituições de ensino superior (o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através da Escola Superior Agrária e a Universidade de Aveiro) e entidades espanholas equivalentes.

Esta diversidade de projectos é suportada por várias fontes de financiamento; para além do INTERREG II, financiaram projectos nesta área os Programas ADAPT e Leonardo da Vinci.

Desenvolvimento Rural e Local

No domínio do desenvolvimento rural e local, destacam-se os projectos desenvolvidos pelas associações de desenvolvimento, nomeadamente a ADRACES, a PRO-RAIA, a EGITÂNIA, o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão e a AMATO LUSITANO. Estas entidades recorreram ao INTERREG II, ao LEADER II e ao PROCENTRO.

O âmbito de intervenção destas associações é bastante diversificado e revela um aspecto muito positivo da cooperação. Os projectos apresentados por estas entidades envolvem um crescente número de actores, promovendo não só a cooperação transfronteiriça, mas também a cooperação entre várias entidades regionais, através do envolvimento conjunto das associações de desenvolvimento rural e local, entidades municipais, o ensino superior e os agentes económicos.

Como exemplo positivo deve referir-se o caso da Beira Interior Sul, onde existe um conjunto de entidades com tradição no desenvolvimento de projectos de cooperação transfronteiriça. A constituição da Associação Internacional de Cooperação Transfronteiriça La Raya/A Raia, é a expressão do processo anteriormente referido, apesar de se terem verificado alguns problemas de natureza financeira e burocrática aquando da sua formação.

Os membros da Associação La Raya/A Raia reuniram-se em Dezembro de 1998, em Castelo Branco, num seminário intitulado “Relações Transfronteiriças: balanço e perspectivas futuras”, promovido pela Associação Amato Lusitano. O balanço do encontro foi muito positivo, pois para além do reconhecimento, que a cooperação transfronteiriça é fundamental para o território Raiano, reconheceu-se a entrada de novos actores como a Universidade de Salamanca e o Instituto Politécnico de Castelo Branco. O seminário terminou expressando a necessidade de reforço das relações, tendo-se agendado duas iniciativas para 1999, a Feira Raiana, em Alcântara, e o Festival da Cultura Raiana Sem Fronteiras em Castelo Branco.

Estas duas iniciativas previstas para 1999 reflectem duas apostas complementares; a "Feira Raiana", que pretende viabilizar a componente económica local e regional, enquanto o "Festival da Cultura Raiana Sem Fronteiras", procura valorizar a vertente cultural e patrimonial de Castelo Branco e da Extremadura.

Outro exemplo a destacar é a EGITÂNIA – Associação de Desenvolvimento das Terras de Idanha, cujos objectivos são a promoção do desenvolvimento local através do "reforço da base económica local, a diversificação das fontes de rendimento, a criação de novos postos de trabalho e o aumento da prestação de serviços às populações e às empresas" (pp. 2, Relatório Final, 1998, INTERREG II, Projecto nº 1/6/16/C/97). O projecto apresentado por esta associação incorpora várias acções no domínio da cooperação transfronteiriça: inventário bibliográfico, recolha de informação para enquadramento das exposições, exposições, e colaboração com outras entidades (nomeadamente a associação "La Raya/A Raia") no desenvolvimento de acções de cooperação. O vasto calendário de actividades realizadas nos anos de 1996, 1997 e 1998 demonstram o seu contributo para a integração do desenvolvimento local e da cooperação interregional e transfronteiriça. De forma mais recente, a Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano parece desenvolver um percurso semelhante à anterior.

Na Cova da Beira e na Beira Interior Norte, as relações de cooperação são encetadas fundamentalmente pelas associações de desenvolvimento rural ou pelos municípios. Neste contexto, os trabalhos desenvolvem-se fundamentalmente no âmbito do Programa LEADER e, como tal, a cooperação transfronteiriça e transnacional enquadra-se na lógica do programa, não assumindo um carácter prioritário como em associações como "A Raia/La Raya".

Ambiente, Turismo, Património e Cultura

Nos domínios do Ambiente, Turismo, Património e Cultura as dinâmicas são semelhantes às do desenvolvimento rural e local, quer pelas inter-relações existentes, quer pelo facto de a maioria das entidades envolvidas ser a mesma.

Para além das feiras, encontros (de idosos e jovens), festivais de cultura, contam-se ainda a edição de material de promoção turística (designadamente a elaboração de roteiros).

Ainda no domínio do turismo, património e cultura, destaque para um projecto promovido pelo GIT Centro – “Comemoração do 7º Centenário do Tratado de Alcanices”, que deu lugar a iniciativas de reconhecido impacto como a Exposição Fotográfica “Linha de Fronteira”, no Museu da Guarda, a edição do respectivo catálogo e, ainda, a organização de uma conferência sobre a temática da fronteira.

No campo transnacional, referência para o projecto “Terras da Moura Encantada”, projecto de turismo cultural sobre arte islâmica. Este projecto está a ser desenvolvido desde 1997, pela Secretaria de Estado do Turismo, através do Programa de Incremento do Turismo Cultural. Envolve 11 países que apresentam 12 projectos correspondentes a circuitos turísticos tendo por base várias temáticas (dois são apresentados pela Espanha). Das quarenta autarquias portuguesas envolvidas, destaque para Idanha-a-Nova, Sabugal, Castelo de Vide, Marvão, Crato e Alter do Chão, que incluem o Circuito N.º 3 – Terras da Moura Encantada. Dos municípios da região em estudo foram escolhidos o núcleo de Idanha-a-Velha (muralhas e basílica/mesquita), o castelo e o povoado de Monsanto, o castelo e a vila muralhada de Sortelha e o castelo do Sabugal.

A vertente ambiental tem tido pouca expressão até então. Esta tem surgido associada à sustentabilidade das paisagens e dos sistemas agrários e, como tal, dilui-se pelos domínios da “Agricultura” e “Desenvolvimento Regional e Local”. Considerando as preocupações dos agentes intervenientes, este será um domínio que, num futuro próximo, ganhará alguma relevância.

Indústria, Empresa e Comércio

No domínio produtivo as iniciativas de cooperação, para além de diversificadas, reflectem uma maturidade que traz impactos positivos para a Região. Foram identificados projectos apresentados por vários tipos de entidades: associações empresariais e económicas, associações sectoriais, agências de desenvolvimento regional e a universidade (na sua vertente ligação à empresa e ao desenvolvimento regional).

Neste domínio, os núcleos empresariais das regiões de Castelo Branco e da Guarda e o Conselho Empresarial do Centro (CEC) têm sido parceiros muito activos no processo de cooperação.

As entidades envolvidas, bem como os próprios empresários, reconhecem a importância dos encontros empresariais promovidos pelo CEC, em colaboração

com a CCR Centro, a Junta de Castilla y León, a CCR Alentejo e a Junta da Extremadura.

O I Encontro Empresarial Extremadura-Alentejo-Centro de Portugal, que decorreu em Mérida em 13 e 14 de Julho de 1996, mobilizou mais de 400 empresários, dos quais 100 eram portugueses (destes, 75 eram da Região Centro). Refira-se que esta iniciativa surge referenciada numa lista de projectos-exemplo no domínio socio-económico, apresentada no "Guia prática de la cooperación transfronteriza", uma publicação da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias, União Europeia, de 1997 (2ª edição).

A cooperação empresarial proporcionada pelo I Encontro Empresarial estendeu-se a vários domínios, nomeadamente o agroalimentar, artesanato, comércio e distribuição, construção, cortiça e derivados e transportes (Relatório Final, 1998, INTERREG II, Proj. N° 1/5/4/C/96). Nos encontros seguintes incluíram-se os ramos do têxtil e vestuário, turismo e lazer, metalomecânica ligeira, serviços e empresas, moldes, plásticos e vidros, entre outros.

Os núcleos empresariais das regiões de Castelo Branco e da Guarda desenvolveram iniciativas em variados domínios. Entre as suas acções contam-se para além do fornecimento de informação aos empresários, a realização de feiras (FERCAB), seminários, encontros, edição de publicações (caso do Livro de Empresas do Distrito da Guarda e da Província de Salamanca), entre outros.

Um aspecto que se destaca nestas entidades é o grau de concertação entre os vários actores do lado português e espanhol. As associações comerciais e industriais concelhias e distritais parecem estar a integrar-se nesta dinâmica como demonstram as acções desenvolvidas pela Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão e a Associação Comercial e de Serviços do Distrito da Guarda.

Outros actores são as Agências de Desenvolvimento Regional de criação recente, com incidência territorial nos distritos de Castelo Branco e da Guarda: a Beira Lusa e a Estrela Côa, respectivamente. Segundo informação recolhida por entrevista, a Beira Lusa ainda não desenvolve qualquer projecto. Quanto à Estrela Côa, as iniciativas em curso não tomam ainda a forma de projecto, encontrando-se ao nível das actividades e contactos: participação no último Encontro Empresarial de Castilla y León - Região Centro e o estabelecimento de negociações e contactos com entidades da Comunidade de Castilla y León⁽⁴⁾.

Mantêm-se as expectativas quanto à sua futura participação e intervenção no processo de cooperação interregional.

Por fim, uma referência para as associações sectoriais cujas relações de cooperação se traduziram nas participações em feiras e na troca de informação com outras congéneres, e para os encontros realizados pela ANIL - Associação Nacional de Têxteis e Lanifícios, que apoiada pelo ICEP tem mobilizado um elevado número de empresários portugueses e espanhóis. Esta é uma "fileira" da cooperação a explorar, pois poderá contribuir para potenciar o actual quadro de internacionalização da economia regional, já hoje evidente em sectores como o têxtil e o frio.

Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia

As instituições de ensino superior da região de fronteira (UBI, IP Castelo Branco e IP Guarda) têm desenvolvido um elevado número de projectos que envolvem entidades espanholas e portuguesas do Litoral (ao abrigo do protocolo estabelecido). A vertente estudos, intercâmbios de experiências e organização de encontros é a que assume maior visibilidade. A articulação empresa-universidade manifesta ainda alguma falta de consistência considerando o potencial das instituições de ensino e investigação da região. Leonardo da Vinci, Copernius, Tempus-Phare, entre outros, financiam projectos de cooperação transeuropeia, positivos pelo facto de possibilitarem a troca de experiências em domínios específicos do campo tecnológico. Urge reforçar a aplicabilidade e a relação com as empresas.

No domínio da inovação, o CIEBI e o CITEVE estabeleceram acordos de cooperação com centros tecnológicos europeus com o objectivo de trocar experiências e informação que contribui para a modernização e inovação empresarial da região.

Municípios

No domínio da gestão e administração do território, as experiências de cooperação são praticamente nulas. Estas reduzem-se praticamente aos acordos de geminação, que são estabelecidos fundamentalmente com países destino de emigrantes portugueses (Brasil, EUA, França, entre outros).

(4) Agència de Desarrollo Económico de Castilla y León; CEI; BOECILLO; SODICAL; SOTUR; IBERAVAL; Centro Regional de Desarrollo de las Telecomunicaciones; EXCAL.

Belmonte e a Covilhã estão a firmar relações com o Brasil, quer do ponto de vista cultural, quer económico (exportação de vinho e no domínio do turismo). Este é um caso que poderá servir de enquadramento ao desenvolvimento de outras estratégias de cooperação transnacional, em particular com países de língua portuguesa e espanhola.

Outro exemplo a citar são os protocolos de cooperação desenvolvidos entre municípios raianos e outros países, firmados em sectores estratégicos para o desenvolvimento da base económica e social local. O município da Covilhã, por exemplo, assinou um protocolo com Oulu (Finlândia) para intercâmbio de conhecimentos nas áreas da tecnologia, turismo, cultura e educação, nomeadamente no sector universitário.

Outro exemplo é o da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo que, em conjunto com a Câmara Municipal de Freixo de Espada-a-Cinta e mais 14 ayuntamientos espanhóis, procuram criar a Associação de Municípios do Vale do Douro Internacional e Águeda.

Do exposto, podemos concluir que é necessário reforçar a cooperação entre municípios, pois esta permite “institucionalizar” um conjunto de ideias e acções que, por vezes, não avançam ou não ganham dimensão, por falta de enquadramento.

5 COOPERAÇÃO REGIONAL NA RAIA CENTRAL

Paralelamente ao estudo da cooperação transfronteiriça e transnacional, foram identificados projectos que, de alguma forma, envolveram duas ou mais identidades da região. A equipa considerou o seu estudo importante pois, num futuro próximo, a cooperação entre entidades da mesma região ganhará uma nova relevância. O seu estudo deverá ser encarado como um indicador da capacidade de estabelecer parcerias e de desenvolver esforços de concertação que permitam o desenvolvimento de iniciativas com um âmbito de intervenção alargado e com visibilidade local, regional e internacional.

O diagnóstico da situação na Raia Central mostra que a cooperação regional estando ainda num estado incipiente, apresenta os primeiros resultados positivos. Há alguns domínios onde ela é já visível, casos do turismo, património e cultura, da economia e empresa e da universidade, conforme se pode observar no quadro seguinte elaborado com base na informação recolhida a partir de entrevistas e inquéritos realizados aos actores regionais.

Quadro 5.1 - Iniciativas de cooperação regional de natureza imaterial no território de fronteira, 1994 a Junho de 1999

Domínios	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Sem Data	Total
Educação					1			1
Desporto e Juventude								
Acção Social								
Agricultura								
Desenvolvimento Rural e Local			1	1	2			4
Turismo, Património e Cultura	1	1	1		3	1	1	8
Ambiente						1		1
Indústria e Comércio	2		1		1	1		5
Universidade, Investigação, Ciência, Tecnologia		2	1	3	1			7
Municípios					1		2	3
Total	3	3	4	4	9	3	3	29

Fonte: Entrevistas e inquéritos realizados, Março a Junho de 1999

Do conjunto de iniciativas enumeradas pelas entidades referenciam-se 3 que retratam o desenvolvimento do processo de cooperação regional no território nacional: a constituição das Agências de Desenvolvimento Regional Estrela Côa e Beira Lusa, já anteriormente referenciadas, e a constituição da "BeiraGás - Companhia de Gás das Beiras, SA", que envolve empresas da Região, associações empresariais e a Gás de Portugal.

Posteriormente, a equipa teve oportunidade de identificar outros projectos não referenciados por nenhum actor e, por isso, não contabilizados no quadro anterior, nomeadamente no domínio do ambiente:

- i) Projecto de Despoluição do Zêzere, iniciativa que visa solucionar simultaneamente o problema do tratamento do saneamento e abastecimento de água;
- ii) Associação dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Sertã, Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova, na Associação de Municípios da Raia Pinhal, para a utilização colectiva do Aterro Sanitário de S. Martinho (PO Ambiente DRARN), que inaugura um novo sistema de tratamento de resíduos sólidos;
- iii) Central de Compostagem, é outro projecto intermunicipal que deve ser referenciado. Este envolve a Associação de Municípios da Cova da Beira. Após a saída da Covilhã, vieram juntar-se aos restantes 5 membros (Belmonte, Fundão, Penamacor, Manteigas e Sabugal), a Guarda, Almeida, Pinhel, Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Figueira de Castelo Rodrigo. O projecto intermunicipal concebido para seis municípios foi alargado, englobando actualmente treze concelhos. Esta extensão da Associação de Municípios à Beira Interior Norte poderá ser encarada como um factor positivo no difícil processo de cooperação regional no Território Nacional.

Veja-se no entanto que o número de projectos identificados é reduzido quando comparado com o número de iniciativas de cooperação transfronteiriça e transnacional, o que indicará um longo caminho a percorrer na cooperação regional.

6 PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL

6.1. DOS PROBLEMAS

Apesar do incremento das relações de cooperação interregional, há alguns aspectos que permanecem como entraves ao estabelecimento de novas parcerias:

1. Dificuldades de articulação político-institucional entre as entidades públicas portuguesas e espanholas

O território de fronteira da Região Centro não tem correspondência directa em Espanha numa única região mas reparte-se por dois “parceiros” (Castilla y León e Extremadura). Por outro lado, cada um destes parceiros estabelece ligações com outras regiões portuguesas; no caso de Castilla y León, esta estabelece relações de cooperação com as Regiões Norte e Centro e no caso da Extremadura, com as Regiões do Alentejo e Centro. Este desajustamento tem dificultado a afirmação de uma estratégia concertada de cooperação com Espanha, obrigando a acompanhar duas realidades diferenciadas, como seja o caso de Castilla y León e da Extremadura.

Outro aspecto a ter em conta é o grau de autonomia política-administrativa e financeira das entidades espanholas, que lhes permite equacionar a problemática da cooperação transfronteiriça à medida dos interesses de cada região.

2. Diferentes níveis de desenvolvimento urbano, económico e social

O segundo aspecto que influencia as relações de cooperação transfronteiriça relaciona-se com os diferentes níveis de desenvolvimento urbano, económico e social entre os dois lados da fronteira. Os quantitativos populacionais e o número e a dimensão das cidades apontam para realidades distintas que se reflectem em diferentes potenciais económico e empresarial, o que necessariamente se traduz numa dinâmica diferenciada dos actores (empresários, associações, poder local, ...).

O tecido produtivo da região de fronteira portuguesa é débil; por um lado, as actividades económicas estiveram muito tempo vocacionadas para a actividade agrícola e em menor escala comercial, não se tendo dado um processo de industrialização e de diversificação da base económica. Por outro lado, o êxodo

das aldeias e mesmo das vilas para o exterior não permitiu o desenvolvimento de uma rede urbana articulada e com limiares populacionais que viabilizassem o aparecimento de um determinado conjunto de serviços qualificados associados a níveis mais altos da hierarquia urbana, ao contrário do que aconteceu em Espanha. Por outro lado, ainda, a emigração para fora do país ou para Lisboa condicionou a iniciativa empresarial de raiz endógena, contribuindo para a debilidade do tecido económico e empresarial. A forte base agrícola de índole camponesa é outra característica do território raiano português.

3. Questões inerentes ao quadro político de cada país

As diferentes opções no quadros políticos de cada país traduzem-se no desenvolvimento de acções que envolvem intervenções com incidência política importante. As prioridades definidas aos níveis central e regional no âmbito da construção de infra-estruturas e equipamentos (nomeadamente rodoviárias e ferroviárias) não têm tido como objectivo prioritário a cooperação transfronteiriça, traduzindo-se em dificuldades evidentes no sistema de acessibilidades, bem como no ambiente (ex. a delimitação das bacias hidrográficas e gestão partilhada da água).

4. Factores de natureza histórico-cultural

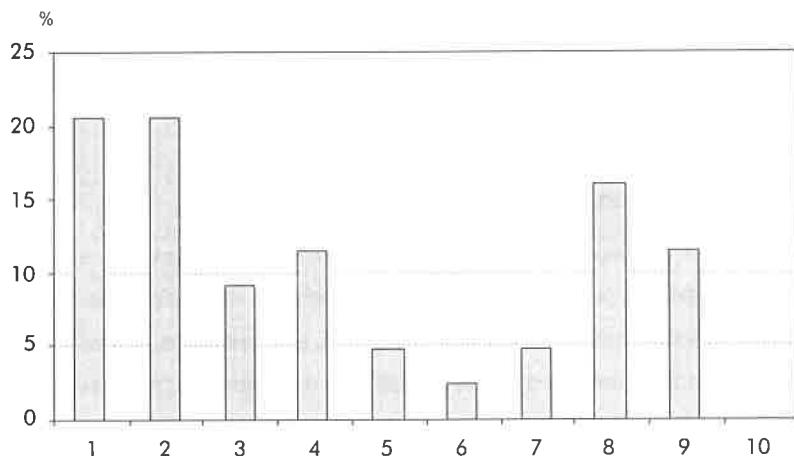
Tradicionalmente, as relações bilaterais foram mais de concorrência do que cooperação, situação que levou algum tempo a inverter. Só recentemente começam a surgir projectos intermunicipais envolvendo dois ou mais municípios, mas os processos de concertação têm ainda um longo caminho a percorrer.

5. Falta de actores

A falta de actores é outro problema inerente ao quadro de desertificação populacional e ao fraco dinamismo económico e social. Para isso foi importante a criação do GIT, que tem entre os seus objectivos orientar e ajudar a encontrar parceiros e projectos do outro lado da fronteira e promover em parceria ou despoletar novas iniciativas de cooperação.

6. Problemas de financiamento, burocráticos e processuais

No inquérito realizado às entidades promotoras, os problemas de financiamento, burocráticos e processuais, foram os mais usualmente apontados pois, efectivamente,

Fig. 6.1 - Principais problemas sentidos no processo de cooperação transfronteiriça

Fonte: Entrevistas e inquéritos realizados, Março a Junho de 1999

- 1 - Burocráticos e processuais
- 2 - Limitações de financiamento
- 3 - Dificuldades de articulação político-institucional entre a administração central/regional e as entidades públicas e privadas sediadas na Raia
- 4 - Dificuldades de articulação político-institucional entre as entidades (públicas e privadas) portuguesas e espanholas
- 5 - Dificuldades de articulação político-institucional entre as entidades (públicas e privadas) portuguesas (públicas e privadas) locais
- 6 - Razões de natureza histórico-cultural
- 7 - Insuficiência de informação
- 8 - Insuficiência de assessoria técnica
- 9 - Limitações e desajustamentos estruturais inerentes ao nível de desenvolvimento da área raiana
- 10 - Outros

as entidades têm, muitas vezes, dificuldades em iniciar ou avançar com projectos que envolvam montantes financeiros elevados.

Para além dos problemas financeiros, as entidades deparam-se com problemas de ordem burocrática e processual, particularmente relacionados com a morosidade na aprovação das candidaturas. É neste sentido que o reduzido número de reuniões da unidade de gestão do INTERREG II foi igualmente apontado como um factor que retarda o processo de desenvolvimento de projectos e, como tal, condicionador da motivação e sucesso de algumas iniciativas de cooperação.

7. Falta de informação sobre oportunidades e parceiros

A falta de informação é igualmente apontada como um entrave ao processo de cooperação. Apesar de, na informação recolhida por inquérito postal, este factor ter pouca relevância (um peso inferior a 5%), nas entrevistas realizadas foi frequentemente referido, considerando-se que será fundamental desenvolver estruturas que permitam a troca de informação entre agentes.

8. Falta de assessoria técnica;

Associados aos problemas financeiros, burocráticos, processuais e de falta de informação surgem os problemas relacionados com a incapacidade técnica dos agentes para operacionalizar/transformar ideias em projectos. É neste contexto, que a falta de conhecimento, associada à falta de assessoria técnica, surgem como entraves ao processo de cooperação.

9. Reduzido protagonismo na tomada de decisão atribuído aos agentes do mundo empresarial e social (associações empresariais, associações culturais, associações de desenvolvimento entre outras)

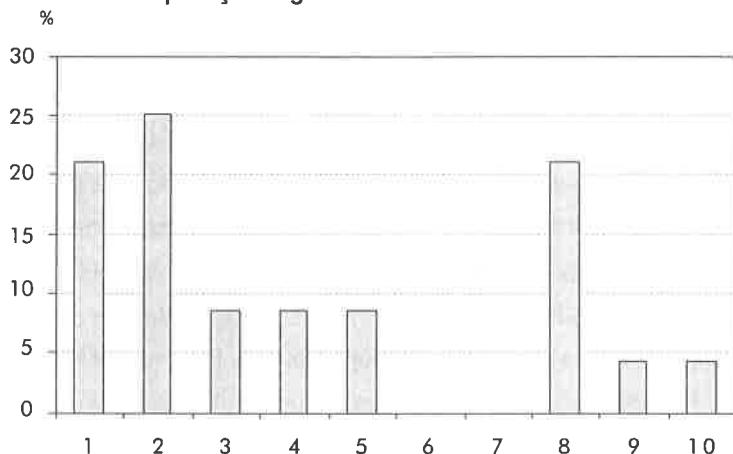
As entidades envolvidas no processo de cooperação (sendo estas representantes directas da realidade económica e social local), pensam que um dos entraves ao processo de cooperação é o seu reduzido protagonismo na tomada de decisão.

10. Localização geográfica da sede do GIT fora da região raiana

Um outro factor apontado pelas entidades como sendo um entrave ao processo de cooperação transfronteiriça é a distância física entre a região raiana e a sede do GIT – Centro. Consideram algumas entidades que seria importante que o GIT se englobasse numa estratégia global de desconcentração de serviços em benefício do interior do país, mudando a sua localização ou criando um pólo.

Fazendo um paralelo ao processo de cooperação regional no território raiano entre entidades portuguesas, os problemas referenciados são os mesmos, destacando-se igualmente as questões da falta de financiamento, a falta de informação e os problemas burocráticos e processuais.

Fig. 6.2 - Principais problemas sentidos no processo de cooperação regional no território nacional



Fonte: Entrevistas e inquéritos realizados, Março a Junho de 1999

- 1 - Burocráticos e processuais
- 2 - Limitações de financiamento
- 3 - Dificuldades de articulação político-institucional entre a administração central/regional e as entidades públicas e privadas sediadas na Raia
- 4 - Dificuldades de articulação político-institucional entre as entidades (públicas e privadas) portuguesas e espanholas
- 5 - Dificuldades de articulação político-institucional entre as entidades (públicas e privadas) portuguesas (públicas e privadas) locais
- 6 - Razões de natureza histórico-cultural
- 7 - Insuficiência de informação
- 8 - Insuficiência de assessoria técnica
- 9 - Limitações e desajustamentos estruturais inerentes ao nível de desenvolvimento da área raiana
- 10 - Outros

6.2. DAS POTENCIALIDADES

A evolução das relações de cooperação permite evidenciar alguns aspectos que constituem potencialidades para o desenvolvimento de novas modalidades.

1. Enquadramento geográfico e administrativo da Região Centro em relação à vizinha Espanha

O que anteriormente foi apontado como um problema no processo de cooperação poderá ser relido como uma vantagem nesse mesmo processo. Assim, muito embora se exija um esforço de concertação por parte da Região Centro, que estabelece relações de cooperação com Castilla y León e com a Extremadura, esta situação

permite fazer face à diversidade geográfica, económica, social e cultural que caracteriza o território de fronteira da Região Centro.

Efectivamente, existem diferenças significativas entre a sub-região Norte encabeçada pela Guarda e a outra mais a Sul, repartida pela Covilhã e por Castelo Branco. Para além das diferenças económicas e culturais, existe uma herança de uma estrutura político-administrativa organizada à volta do distrito que ainda faz sentir os seus efeitos quando se trata de concertar estratégias e recursos financeiros.

Esta ligação das sub-regiões Norte e Sul a Castilla y León e à Extremadura, respectivamente, possibilita uma maior aproximação às realidades de cada uma das nossas regiões através da integração em grupos de trabalho que partilhem dos mesmos problemas. Veja-se o grupo da acção social que a Sul desenvolve um conjunto de acções específicas no domínio do apoio aos trabalhadores temporários. Este é um problema que afecta de forma particular a área de Castelo Branco, que pode assim beneficiar com a troca de experiências com o Alentejo e com a Extremadura.

2. A flexibilidade dos grupos de trabalho

As Jornadas de Cooperação realizadas no âmbito das Comunidades de Trabalho para a Cooperação Transfronteiriça têm demonstrado que há diferentes dinâmicas de trabalho, que se têm traduzido por uma alteração nos parceiros e nos objectivos definidos inicialmente.

Esta situação pode representar dois aspectos positivos: por um lado, o âmbito de intervenção dos grupos de trabalho adapta-se consoante o grau de envolvimento dos parceiros; por outro lado, poderão sempre surgir novos grupos de trabalho que respondam a necessidades conjunturais e especificidades territoriais de carácter mais restrito (caso dos trabalhadores temporários, toxicodependência, ...).

3. A existência do GIT

No seu quadro de competências, o GIT tem como função promover e acompanhar as iniciativas de cooperação. Efectivamente, a sua existência é fundamental como entidade centralizadora de informação e, como tal, promotora de parcerias, encontros e projectos. Para além disso, o GIT, sendo uma estrutura ligada à Administração Central e Regional (no caso espanhol), é um veículo importante para se atingirem os objectivos de desenvolvimento regional delineados para o território Raiano.

4. Existência de entidades e sectores que têm já assumida a cooperação como uma estratégia

Existem domínios de intervenção cujas relações de cooperação estão já firmadas e, como tal, desenvolvem os seus projectos manifestando, no sentido positivo, pouca dependência do GIT. Casos das instituições de ensino superior, das associações de desenvolvimento rural e local e dos municípios, nomeadamente da Beira Interior Sul, que encabeçaram as primeiras iniciativas de cooperação transfronteiriça no domínio cultural.

Outro exemplo é a constituição da Egitânia e a construção do Centro Cultural Raiano, os quais fazem parte de um alargado conjunto de iniciativas coerentemente articuladas que visam a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento local. O Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão é outro exemplo a citar. Este centro envolve várias entidades que, de forma concertada, desenvolvem actividades no domínio social, cultural e recreativo, participando de forma activa no processo de desenvolvimento local do concelho.

5. Existência de um potencial de formação e investigação associado à presença de estabelecimentos de ensino superior

O ensino e a formação são potencialmente áreas em que as relações de cooperação poderão vir a assumir um carácter transnacional, nomeadamente na fileira da saúde e da tecnologia industrial.

A presença da Universidade da Beira Interior (UBI) e dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco e da Guarda, com as respectivas unidades de investigação e gabinetes de relações internacionais, podem vir a desenvolver projectos em áreas inovadoras, com impacto na Região: saúde, inovação organizativa e tecnológica ao nível empresarial e desenvolvimento de redes de informação e de comunicação.

6. A presença de algumas empresas/sectores competitivos, com elevado grau de internacionalização

Apesar da debilidade do tecido produtivo existem na Raia Central um conjunto de empresas industriais competitivas e fortemente internacionalizadas. Estas empresas estão ligadas à fileira do frio, do têxtil e ao ramo alimentar. Muitas destas empresas têm uma base local o que constitui um elemento positivo

a ter em conta no desenvolvimento de redes locais. Tal situação permitirá que outras empresas menos competitivas e menos internacionalizadas tenham, por esta via, oportunidade de encontrar novos mercados, novos produtos e desenvolver novas formas de gestão. A mobilização destas empresas proporciona um alargamento dos mercados e um reposicionamento da Região.

7. O cluster do Têxtil

A Raia Central está historicamente ligada à produção de fios e tecidos de lã. Após a crise, denotam-se os primeiros efeitos da reestruturação do sector, ao mesmo tempo que se reforça a produção de vestuário, que em algumas empresas atinge uma elevada qualidade. Há que evoluir no sentido da certificação, do alargamento dos mercados e da inovação na concepção do produto (design, escolha de materiais,...). A concentração geográfica de empresas, associações empresariais e centros de formação (UBI, CIVEC e CILAN) e inovação (CITEVE) na área do têxtil e vestuário, constitui uma potencialidade para o desenvolvimento de relações de cooperação que poderão assumir um carácter transnacional.

8. A existência de um quadro diversificado de agentes de desenvolvimento

Existe um crescente interesse na cooperação interregional manifestado no envolvimento de novos actores.

9. A existência de alguma tradição de cooperação em algumas regiões da fronteira

A cooperação transfronteiriça nasceu no interior, nos concelhos verdadeiramente raianos que desde há muito têm desenvolvido projectos conjuntos nos domínios social e cultural. Mais tarde ganharam peso as iniciativas com impacto ao nível económico e ambiental no domínio de formação.

10. A existência de um património natural e paisagístico que confere unidade ao território

A presença do Tejo e do Douro, ao nível dos principais recursos hídricos, e o prolongamento da Serra da Malcata, em termos de acidente geográfico, na Serra da Gata, ao Norte de Cáceres, são o principal sinal de existência de um património natural e paisagístico comum.

7 OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: UMA PROSPECTIVA

7.1. AS APOSTAS EM MARCHA

Quando confrontados com a questão da apresentação de projectos de cooperação que gostassem de ver desenvolvidos no futuro, as respostas foram diversificadas, traduzindo também diferentes graus de envolvimento das entidades. Cerca de 50% dos inquiridos não apresentou propostas; mas dos restantes 50%, há a destacar um conjunto de entidades que tendo, actualmente, um reduzido número de projectos em curso, tem várias propostas para o futuro.

A partir do conjunto de propostas apresentadas pelas entidades elaborou-se uma tipologia de iniciativas por domínios de intervenção. A realização de estudos lidera em número as propostas futuras, logo seguidas da organização de encontros, jornadas e congressos, ao passo que os cursos /formação (desde o nível superior à formação de artesãos), a realização de vídeos e publicações e os projectos de infra-estruturas e equipamentos possuem o mesmo número de propostas (11). Como se observa, estas iniciativas, no seu conteúdo, enquadram-se no perfil das já desenvolvidas até agora.

Quadro 7.1 - Tipologia de iniciativas de cooperação interregional propostas

Domínios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Educação	2		2		4				1		9
Desporto e Juventude	4	1						1			6
Acção Social / Saúde								2			2
Agricultura				3							3
Desenvolvimento Rural e Local	2				4	4		1		1	12
Turismo, Património e Cultura	4	1				1		2	7	1	16
Ambiente	1							3			4
Indústria, Empresa e Comércio	4	2			1	2		6	3	4	22
Inovação								3			3
Universidades		2			2						4
Municípios							1			5	6
Total	17	6	2	3	11	7	1	18	11	11	87

Fonte: Entrevistas e inquéritos realizados, Março e Abril de 1999

- 1. Encontros, Jornadas e Congressos
- 2. Centros de difusão de informação
- 3. Intercâmbios conhecimentos (escolar)
- 4. Melhoria/Revitalização de espécies
- 5. Cursos/Formação
- 6. Feiras, Mostras
- 7. Promoção na constituição de associações
- 8. Estudos
- 9. Realização de vídeos e publicações
- 10. Obras (infra-estruturas e equipamentos)

Contudo, surgem algumas propostas inovadoras em conteúdo e nos domínios de intervenção. Algumas surgem no domínio do ambiente, nomeadamente a elaboração de um plano de recuperação e gestão de povoações silvestres e a promoção e preservação ambiental do Douro Internacional.

Outro tipo de projectos inovadores são os que incorporam a utilização de novas tecnologias e meios de comunicação. Casos das áreas da saúde (telemedicina), do desenvolvimento rural (meios de comunicação em meios rurais) e do ensino superior.

Um outro aspecto a realçar na análise dos projectos futuros é a importância da informação, quer na constituição de sistemas de informação, quer na sua permuta e difusão.

Neste contexto, podemos considerar que o tipo de acções propostas não se prende somente com a cooperação transfronteiriça em sentido restrito, já que pretendem responder às necessidades e carências da Região no seu global, reflectindo acções que contribuirão para o seu processo de desenvolvimento.

7.2. UMA VISÃO ESTRATÉGICA

Como é conhecido, a Raia Central Ibérica continua a ser um território com numerosos estrangulamentos estruturais e limitações ao seu desenvolvimento, traduzidos num já longo processo de recessão demográfica, económica e social. Daí as expectativas que se têm criado em torno da cooperação interregional no território de fronteira enquanto via e alavanca para o desencravamento do processo de desenvolvimento de um vasto território que alguns autores designaram como a “Raia do subdesenvolvimento”.

A cooperação interregional, particularmente a transfronteiriça, é uma realidade em crescendo que já faz parte das rotinas de intervenção estratégica dos diversos actores da Raia Central Ibérica. A sua pertinência decorre essencialmente de três aspectos:

- Primeiro, porque as fronteiras políticas, sendo uma criação artificial (e portanto do espírito), têm cada vez menos sentido numa Europa que se pretende unida e fluida e que, por isso, se tem esforçado por criar condições de esbatimento do chamado “efeito de fronteira” entre países e entre regiões;

- Segundo, porque a cooperação permite reforçar as limiares indispensáveis e justificativos de muitas acções que, de outra forma, num território onde existe uma grande rarefacção demográfica e grandes debilidades económicas/empresariais e urbanas, nunca teriam sucesso;
- Terceiro, porque a estruturação territorial tende a assentar, cada vez mais, em lógicas de concertação e de complementariedades, por forma a aprofundar as sinergias daí decorrentes.

Por outro lado, a intensificação da cooperação interregional permite responder positivamente aos desafios estratégicos que a Região identificou no Diagnóstico Prospectivo elaborado no âmbito do PNDES, a saber:

- Uma política de cidades que favoreça o desenvolvimento integrado dos sistemas urbanos territoriais e o reforço das complementariedades entre as cidades;
- A modernização das acessibilidades, rodo e ferroviárias, internas e transeuropeias, e o desenvolvimento de redes de “capilaridade” que liguem os territórios aos grandes eixos de comunicação;
- Qualificação das infra-estruturas produtivas, no sentido de dotar a Região de espaços estratégicos e de excelência para a instalação de novas actividades;
- Promoção da inovação e desenvolvimento de serviços avançados;
- Recuperação do ambiente e da paisagem, na tripla perspectiva de salvaguarda dos valores patrimoniais, de preservar factores de identidade regional e de valorizar elementos em que se podem apoiar novas actividades geradoras de emprego e riqueza;
- Gestão e desenvolvimento de espaços fracamente povoados, sobretudo através da promoção do desenvolvimento local e da valorização do seu papel na economia regional, promovendo acções integradas que permitam a fixação da população e elevados níveis de qualidade de vida;
- Reforço, modernização e melhoria da competitividade do tecido empresarial.

Efectivamente, a cooperação interregional no território de fronteira tange estes sete desafios estratégicos e, assim sendo, poderá também afirmar-se que poderá contribuir para a realização dos desígnios superiores consignados no PNDES: coesão territorial, coesão económica, coesão social e qualidade de vida.

Neste contexto, o objectivo central da cooperação interregional no território de fronteira deverá ser o de:

Contribuir para a dinamização, sustentabilidade, aumento da competitividade e da visibilidade do território raiano, através de acções de cooperação estratégicas, concertadas e imbricadas, favorecedoras de lógicas de parceria e de complementaridades, potenciadoras de inovação e de limiares de concretização e de sucesso, valorizadoras e promotoras de atributos patrimoniais e de excelência.

A prossecução de tal objectivo deverá assentar em duas vias de cooperação:

- i) uma via ibérica ou transfronteiriça, a qual tem já uma certa tradição;
- ii) uma via transnacional, que pode considerar-se em emergência.

No que se refere à cooperação transfronteiriça deverão ser considerados os seguintes objectivos específicos:

- Articular o espaço conjunto da Região Centro com as Comunidades Autónomas de Castilla y León e da Extremadura;
- Fortalecer o espaço fronteiriço;
- Valorizar o espaço conjunto em domínios de excelência.

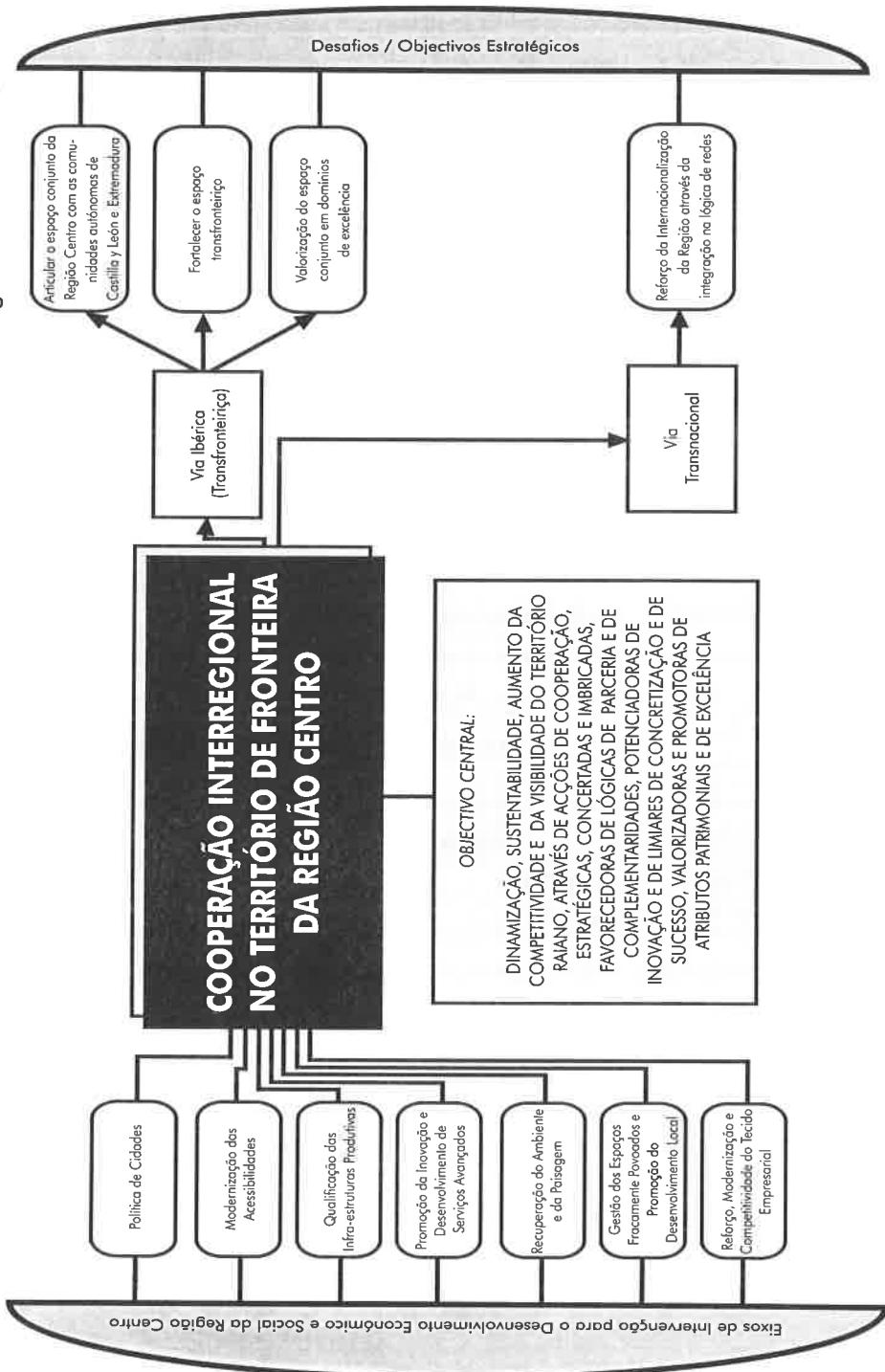
Quanto à cooperação transnacional, o objectivo a alcançar deverá ser:

- Reforço da internacionalização da Região através da integração na lógica de redes.

7.2.1. Da cooperação transfronteiriça

Conforme se poderá observar nas seguintes matrizes, no enquadramento prospectivo da cooperação transfronteiriça foram identificados, para cada objectivo estratégico, os domínios de intervenção que melhor se adequam à sua concretização e, por sua vez, para cada domínio, foram sintetizadas as realidades e desafios da Região Centro (com base numa análise SWOT adaptada da realizada no âmbito do Diagnóstico Prospectivo apresentado pela CCR Centro), e identificadas as medidas de cooperação e as de infra-estruturação e desenvolvimento regional (cuja concretização julgamos imprescindível para o sucesso das primeiras) que melhor se adequam e respondem ao objectivo proposto. Note-se que os domínios

Desígnios e desafios da cooperação interregional no território de fronteira da Região Centro



de intervenção e as medidas identificadas tiveram como referência de fundo as já avançadas pelo LACE – *Linkage Assistance and Cooperation for the European Border Regions*. Refira-se também que todos os domínios de intervenção considerados encontram articulações e suporte institucional nos Grupos de Trabalho criados no âmbito dos protocolos que instituem as comunidades de trabalho para a cooperação.

**Possível esquema para um programa operacional de INTERREG III A
de acordo com o LACE**

Prioridades	Campos de intervenção/Medidas
Estrutura Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Planificação espacial e desenvolvimento de áreas rurais • Infra-estruturação de áreas industriais
Economia e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação económica e inovação • Cooperação entre universidades e centros de investigação
Qualificações e Mercado Laboral	<ul style="list-style-type: none"> • Redes transfronteiriças de formação profissional • Desenvolvimento do mercado laboral
Turismo e Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do turismo, incluindo das redes • Protecção do património cultural
Meio Ambiente e Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente, agricultura, natureza e paisagem
Integração Sócio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma rede sociocultural • Actividades socioculturais
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos • Gestão

Fonte: LACE – *Linkage Assistance and Cooperation for the European Border Regions*

Objectivo 1 - Articular o espaço conjunto da Região Centro com as regiões autónomas de Castilla y León e da Extremadura

DOMÍNIOS	REALIDADES E DESAFIOS DA REGIÃO CENTRO				MEDIDAS DE INFRAESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MEDIDAS DE COOPERAÇÃO
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS		
ESTRUTURA ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> Bela inserção nas redes transnacionais Papel chave na articulação do território Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Insuflante ordenamento e concorrência de infra-estruturas. Debilidade da rede urbana. Deficientes acessibilidades intra-regionais: isolamento do interior. 	<ul style="list-style-type: none"> Concretização do PRN 2000 	<ul style="list-style-type: none"> Relegar para 2º plano dos itinerários principais e complementares que sustentam o desenvolvimento do território de fronteira. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de redes de acessibilidades, nomeadamente IP2 e IC6 (que deverá ser prolongado até Monchique). Rede “capilar” de estradas regionais e municipais. Desenvolvimento de corredores multimodais e plataformas logísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturação e coesão do espaço conjunto.
ECONOMIA E INovação	<ul style="list-style-type: none"> Potencial empresarial local (litoral). Presença de capitais estrangeiros e inserção das empresas em circuitos de comercialização. Recursos humanos (apesar da situação média em termos de qualificação). Tecidos produtivos locais com tradição. Potencial de Ensino Superior. Qualidade das infra-estruturas tecnológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Insuflante pensamento e planeamento estratégico empresarial. Fraça articulação territorial do ensino e ausência de uma rede regional de I & D. Desajustamento na oferta e procura de qualificações. Teícios produtivos locais com tradição. Potencial de Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitar as infra-estruturas tecnológicas para prestar serviços internacionais. Aprofundar a internacionalização: <ul style="list-style-type: none"> - maior presença no mercado; - reforço da sub contratação. Desenvolver o fórum da saúde e apoiar a criação de empresas de base tecnológica. Desenvolvimento de serviços de logística. Alargar os cadeias de valor: participação nos circuitos de distribuição, integração de produções; serviços avançados (concepção, qualidade, desenvolvimento tecnológico) 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de factores de competitividade baseados no custo: desaparecimento de sectores como o vestuário. Desaparecimento de empresas que não têm acesso a novas formas de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundar a internacionalização. Estreitamento da relação Empresa/Ensino Superior por forma a melhorar as condições de competitividade das empresas nacionais. Desenvolver serviços empresariais para o mercado nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização, inovação e internacionalização da estrutura produtiva.
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Alguma inovação nas produções agrícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Fragmentação das explorações e das estruturas organizativas dos produtores 	<ul style="list-style-type: none"> Fragmentação das explorações e das estruturas organizativas dos produtores 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades de sobrevivência da pequena agricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver produções biológicas. Desenvolver energias alternativas (proveitamento energético da biomassa florestal). 	

Objetivo 1 - Articular o espaço conjunto da Região Centro com as regiões autónomas de Castilla y León e Extremadura (cont.)

DOMÍNIOS	REALIDADES E DESAFIOS DA REGIÃO CENTRO				MEDIDAS DE INFRAESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MEDIDAS DE COOPERAÇÃO
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS		
AMBIENTE	* Qualidade dos recursos naturais, paisagísticos e florestais	* Desigualdades de acesso aos recursos hidrológicos.	* Concertação política em torno dos planos hidrológicos de Portugal e Espanha. * Condições de aproveitamento económico e lúdico.	* Insuficiência dos sistemas de controlo de poluição internacionais.	* Desenvolvimento integrado dos sistemas de saneamento básico. * Estudo de Estratégico de desenvolvimento turístico das Beiras.	* Valorização, aproveitamento e promoção dos recursos ambientais, patrimoniais e culturais.
TURISMO, PATRIMÓNIO, CULTURA	* Qualidade dos recursos naturais [geológicos, hídricos e paisagísticos] * Património Histórico e Arquitectónico	* Insuficiente oferta de alojamento e animação turística	* Reabilitação dos valores patrimoniais de interesse turístico. * Expansão qualificada da oferta de alojamento turístico	* A emergência de novos "produtos e destinos turísticos".		

Enquadramento prospectivo da cooperação transfronteiriça
Objetivo 2 – Fortalecer o espaço fronteiriço

DOMÍNIOS	FORÇAS	FRAQUEZAS	REALIDADES E DESAFIOS DA REGIÃO CENTRO		MEDIDAS DE INFRAESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MEDIDAS DE COOPERAÇÃO
			OPORTUNIDADES	AMEAÇAS		
ESTRUTURA ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> Posição geográfica e boa acessibilidade da Beira Interior Norte Baixa inserção nas redes transeuropeias da Beira Interior Norte 	<ul style="list-style-type: none"> Fraça dinâmica demográfica: despovoamento do interior. Fraço desenvolvimento da rede urbana. Deficientes acessibilidades intra-regionais. Fraça solidariedade intra-regional (cooperação entre cidades do território transfronteiriço nacional). 	<ul style="list-style-type: none"> Caracterização do Plano Rodoviário Nacional 2000 	<ul style="list-style-type: none"> Relegarão da construção das infraestruturas que sustentam o desenvolvimento do território de fronteira para 2º plano. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção das redes de acessibilidades. Consolidação do sistema urbano. Construção de infra-estruturas rodoviárias (IP2, IC6, duplicação do IP5 e ferroviárias (modernização do linha da Beira Baixa, já em curso). 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da permeabilidade da fronteira. Ordenamento territorial do espaço fronteiriço.
ECONOMIA E INovação	<ul style="list-style-type: none"> Presença de capitais estrangeiros, inserção das empresas em circuitos de comercialização Potencial de Ensino Superior (IFCB, IFG, UBI) e infra-estruturas tecnológicas (CITEVE) e outras instituições de formação 	<ul style="list-style-type: none"> Pequeno dimensão do mercado local. Fraço domínio dos mercados. Codíos de valor: curtos Crise financeira de importantes empresas em sectores tradicionais. Fraça articulação do Ensino Superior e ausência da rede regional de I & D. Debilidade do tecido empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundar a internacionalização: <ul style="list-style-type: none"> - maior presença no mercado. - Alergar os cadeias de valor: participação nos circuitos de distribuição, integração de produções, serviços avançados (concepção, qualidade e desenvolvimento tecnológico); - Aproveitamento das infraestruturas tecnológicas para prestação de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Desaparecimento de empresas dos sectores tradicionais; perda de emprego. Perda de factores de competitividade baseados no custo; desparecimento de empresas em sectores como os artificiais. Oscilação dos mercados internacionais ou perda dos factores de competitividade baseados no custo: caso do vestuário ou da indústria de componentes para a indústria automóvel. 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização e diversificação da base económica. Tecnologia, Inovação e comunicações no apoio ao desenvolvimento regional e local. Apoiar o funcionamento das Agências de Desenvolvimento Regional. Critica de sistemas de Apoio Regional com vista à melhoria da competitividade das empresas. Aprofundar a internacionalização Estreitamento da relação empresarial-ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização e diversificação da base económica. Tecnologia, Inovação e comunicações no apoio ao desenvolvimento regional e local.
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Alguma inovação nas produções agrícolas (tabaco, agricultura biológica). Produtos agro-pecários com tradição e qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Fragmentação dos explorações agrícolas e das estruturas dos produtores, 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver produções biológicas e energéticas alternativas (aproveitamento energético da biomassa florestal). 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de sobrevivência da pequena agricultura. Acentuar a descentralização 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de condições de valorização do espaço rural urbano e rural 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento agrícola e rural sustentado
QUALIFICAÇÕES E MERCADO LABORAL	<ul style="list-style-type: none"> Saber fazer tradicional. 	<ul style="list-style-type: none"> Desajuste entre oferta e procura de qualificações. Boixo nível de qualificações. 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilidade no emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos à formação. Consolidação da rede de ensino e formação. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação, qualificação e mobilidade profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Integração e dinamização socio-cultural
INTEGRAÇÃO SOCIO-CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> Cooperacão Social e Institucional. Dinamização sócio-económica local. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de financiamento das instituições locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento do movimento associativo local 	<ul style="list-style-type: none"> Heração de estruturas pensadas nos domínios da Saúde, Educação, Seg. Social e Cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> Maiores integração das políticas (ex.: Juventude, Educação...) 	

Enquadramento prospectivo da cooperação transfronteiriça
Objectivo 3 - Valorização do espaço conjunto em domínios de excelência

DOMÍNIOS	FORÇAS	REALIDADES E DESAFIOS DA REGIÃO CENTRO			MEDIDAS DE INFRAESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MEDIDAS DE COOPERAÇÃO
		FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS		
ECONOMIA E INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Tecidos produtivos locais com tradição (anfíctios, agro-alimentar, vestuário, canáries). Emergência de novas especializações (frio e da cabalgans) Presença de capitais estrangeiros Potencial de Ensino Superior (IFCB, IPG, UBI) e infra estruturas tecnológicas (CITEVE) e outras instituições de formação 	<ul style="list-style-type: none"> Pequeno dimensão do mercado local. Fraçô domínio dos mercados. Cadeias de valor curta Crise financeira de importantes empresas em sectores tradicionais. Fraça articulação do Ensino Superior e cussão da rede regional de I & D. 	<ul style="list-style-type: none"> Afirmar produtos tradicionais; incorporar engenharia, arte e design. Desenvolvimento do ficheiro de saúde para criação de novas empresas prestadoras de serviços. Aproveitamento das infraestruturas tecnológicas para prestação de serviços. Aprofundar a internacionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> Desporemento de empresas dos sectores tradicionais: perda de emprego; Perda de factores de competitividade baseados no custo; desparecimento de empresas em sectores como os lanifícios. Oscilação dos mercados internacionais ou perda dos factores de competitividade baseados no custo: caso do vestuário ou da industria de componentes para a indústria automóvel. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o funcionamento das Agências de Desenvolvimento Regional. Criação de sistemas de Apoio Regional com vista à melhoria da competitividade das empresas. Aprofundar a internacionalização Estreitamento da relação empresarial-ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos factores de competitividade dos sistemas produtivos locais
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Alguma inovação nas produções agrícolas (tabaco, agricultura biológica). Produtos agro-pecuários com tradição e qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Fragmentação das explorações agrícolas e das estruturas dos produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver produções biológicas e energias alternativas (aproveitamento energético da biomassa florestal). 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de sobrevivência da pequena agricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção dos produtos agro-pecuários e florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção do património ambiental para fins turísticos.
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos recursos naturais (geológicos, hídricos, florestais e paisagísticos) 	<ul style="list-style-type: none"> Designialdades de acesso aos recursos hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> Concertação política em torno dos planos hidrológicos de Portugal e Espanha. Condições de aproveitamento económico e lúdico. 	<ul style="list-style-type: none"> Insuflênciâcia dos sistemas de controlo de poluição internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Política florestal adequada ao território fronteiriço. Rede de bombeiros. Vigilância e protecção civil. Adeuar o quadro jurídico/administrativo para que facilite a cooperação nos domínios da vigilância dos rios, da floresta e outros recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção do património ambiental para fins turísticos.
TURISMO, PATRIMÓNIO, CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos recursos naturais (geológicos, hídricos e paisagísticos) Património Histórico e Arquitectónico. 	<ul style="list-style-type: none"> Oferta de alojamento turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> Modificação dos padrões de consumo das populações locais. Valorizar os "promessas" (recursos hídricos, turismo, amenidades) 	<ul style="list-style-type: none"> Degradação do património construído. 	<ul style="list-style-type: none"> Expansão, qualificação da oferta de alojamento turístico. Qualificação e diversificação dos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção do património histórico e cultural para fins turísticos.

Temos assim que, para a concretização do primeiro objectivo – Articular o espaço conjunto da Região Centro com as Regiões Autónomas de Castilla y León e Extremadura, devem ser privilegiados cinco domínios de intervenção: i) Estrutura Espacial; ii) Economia e Inovação; iii) Agricultura; iv) Ambiente; v) Turismo, Património e Cultura. Sendo que, as intervenções nestes domínios poderão ser concretizadas através de três medidas:

- i) Infra-estruturação e coesão do espaço conjunto, a qual está em estreita relação com o domínio Estrutura Espacial, contemplando acções como desenvolvimento das redes de acessibilidade, transporte, telecomunicações e informação;
- ii) Dinamização, inovação e internacionalização da estrutura produtiva, uma medida imbricada em dois domínios: Economia e Inovação e Agricultura, e que poderá contemplar acções como feiras/mostras de produtos, encontros/seminários empresariais, elaboração de bases dados, boletins empresariais e de guias de investidor, instituição de prémios de inovação ou competitividade, introdução e divulgação de novas tecnologias, estreitamento de relações no campo de formação e investigação;
- iii) Valorização, aproveitamento e promoção dos recursos ambientais, patrimoniais e culturais, uma medida que, obviamente, se entrecruza com os domínios do Ambiente e do Turismo, Património e Cultura, e que poderá considerar acções como a gestão conjunta de águas internacionais, edição de estudos e guias bilingues de promoção de valores patrimoniais, troca de experiências no domínio da reabilitação do património.

Quanto à concretização do segundo objectivo – Fortalecer o Espaço Transfronteiriço, devem ser privilegiados cinco domínios de intervenção: i) Estrutura Espacial; ii) Economia e Inovação; iii) Agricultura e Desenvolvimento Rural; iv) Qualificação e Mercado Laboral; v) Integração Sócio-cultural.

A operacionalização das intervenções nestes domínios poderá ser concretizada através de um leque de sete medidas, cada uma delas podendo contemplar diversas acções, muitas das quais já identificadas e consubstanciadas em propostas apresentadas pelos agentes locais que nos últimos anos se têm empenhado mais na cooperação transfronteiriça (Câmaras Municipais, Núcleos Empresariais, Instituições de Ensino Superior e Associações de Desenvolvimento Rural, Local, Cultural e Recreativo).

Objectivo 1 - Articular o espaço conjunto da Região Centro com as regiões autónomas de Castilla y León e Extremadura

Medidas e acções possíveis de cooperação transfronteiriça

DOMÍNIOS	MEDIDAS	ACÇÕES	GRUPO DE TRABALHO
ESTRUTURA ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas de ligação e gestão conjunta de equipamentos • Rede viária. • Rede ferroviária- TGV. • Rede de telecomunicações. • Sistema de informação territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros, mostras, seminários empresariais. • Constituição de bases de dados com endereços de empresas , produtos e serviços das regiões. • Desenvolvimento de estruturas de promoção e comercialização dos produtos primários. • Encontros, seminários empresariais. • Feiras e mostras de produtos da indústria, comércio e artesanato. • Boletins empresariais com vista à divulgação de oportunidades de negócio. • Acções conjuntas de promoção de produtos em feiras internacionais (metais, madeira, minérios e minerais não metálicos) • Estudos sobre novas formas de cooperação empresarial, competitividade em territórios de baixa densidade. • Prémio Inovação • Prémio Competitividade • Guia do investidor • Utilização de novas tecnologias de informação na promoção e comercialização de produtos. • Estreitamento da relação entre as instituições de formação, investigação e a empresa • Inventário conjunto dos domínios e projectos dos vários centros de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas, Transportes e Comunicações • Municípios e Associações de Municípios • Indústria, Empresa e Comércio • Agricultura e Desenvolvimento Rural • Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia
ECONOMIA E INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização, inovação e internacionalização da estrutura produtiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros, mostras, seminários empresariais. • Constituição de bases de dados com endereços de empresas , produtos e serviços das regiões. • Desenvolvimento de estruturas de promoção e comercialização dos produtos primários. • Encontros, seminários empresariais. • Feiras e mostras de produtos da indústria, comércio e artesanato. • Boletins empresariais com vista à divulgação de oportunidades de negócio. • Acções conjuntas de promoção de produtos em feiras internacionais (metais, madeira, minérios e minerais não metálicos) • Estudos sobre novas formas de cooperação empresarial, competitividade em territórios de baixa densidade. • Prémio Inovação • Prémio Competitividade • Guia do investidor • Utilização de novas tecnologias de informação na promoção e comercialização de produtos. • Estreitamento da relação entre as instituições de formação, investigação e a empresa • Inventário conjunto dos domínios e projectos dos vários centros de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente e Protecção Civil • Turismo • Património e Cultura
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização, aproveitamento e promção dos recursos ambientais, patrimoniais e culturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão conjunta dos óculos internacionais. • Edição de guias bilingues com o levantamento dos produtos turísticos da Região Centro – Castilla y León e Região Centro – Região Extremadura. • Participação conjunta em fóruns promocionais internacionais. • Conhecimento das estratégias de reabilitação do património histórico e cultural 	
TURISMO, PATRIMÓNIO E CULTURA			

Medidas e acções possíveis de cooperação transfronteiriça
Objetivo 2 - Fortalecer o espaço fronteiriço

DOMÍNIOS	MEDIDAS	ACÇÕES	GRUPO DE TRABALHO	DESIGNAÇÃO	PROPOSTAS JÁ IDENTIFICADAS
ESTRUTURA ESPACIAL	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a permeabilidade da fronteira. Ordenamento territorial do espaço fronteiriço. 	<ul style="list-style-type: none"> Conexões viárias transfronteiriças. Consolidação do sistema urbano raiano ao longo do percurso do eixo urbano ao longo do IP2 – Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco. 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-Estruturas, Transportes e Comunicações. Municípios 	<ol style="list-style-type: none"> Utilização Conjunha do Cais Fluvial em Barca D'Alva. Ligação a Espanha por Auto-estrada via Monfortinho Construção de uma ponte que ligue V. Ródio a Espanha Melhoramento L. Ferroviária Douro [Pacinho-Barca D'Alva] Entrada de F.C. Ródio a Vriguidino 	<ol style="list-style-type: none"> C. M. de F. C. Ródigo NERCAB Camara Municipal de Vila Velha de Ródio Raia Histórica C. M. F.C.Ródigo
ECONOMIA E INovação	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização e diversificação da base económica. Tecnologia, Inovação e Comunicações no apoio ao desenvolvimento regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Encontros, seminários empresariais, feiras e mostras de produtos da indústria, comércio e artesanato. Boletins empresariais com vista à divulgação de oportunidades de negócio. Acções conjuntas de promoção de produtos em feiras internacionais. Prémio Raiano Inovação Prémio Raiano Competitividade Guia do Investidor nas regiões transfronteiriças da Região Centro de Castilla y León e Extremadura. Utilização de novas tecnologias de informação na promoção e comercialização de produtos. Criação de postos multifusos nas regiões fronteiriças. Centros de informação para visitantes e residentes com dados sobre o comércio local, informações de interesse público e dados institucionais. Estreitamento da relação entre as instituições de formação, investigação e a empresa, nomeadamente têxtil, frigorífico e metalomecânica. Inventário conjunto dos domínios e projectos dos vários centros de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> Industria, Empresa e Comércio. Universidade, Ciência e Tecnologia. Municípios. 	<ol style="list-style-type: none"> Estudo sobre a criação de um sistema de apoio regional. Empresária 99 Análise dos factores críticos de competitividade das empresas transfronteiriças de STV. Cadastro Industrial das Empresas de STV das Regiões Transfronteiriças com criação de redes de informação. Avaliação das necessidades de apoio técnico às actividades industriais e comerciais das empresas STV. 3º Encontro Empresarial Junta Extremadura - Região Centro - Região Alentejo Boletim Empresarial Transfr. "Guarda Digital"; "Mercado Digital" Guarda - Salamanca "Espaço Multimédia" II Cursos de Verão "A Raia" NERGA NERGA e outros Encontros entre agentes económicos Desenvolvimento das capacidades informáticas e de comunicações entre a UBI e a Universidade Salomónica Sistema transfronteiriço de informação geográfica 	<ol style="list-style-type: none"> As. Com.e Ind. do Concelho do Fundão ACS Dist. da Guarda CITEVE CITEVE CITEVE Junta Extremadura -CEC- NERCAB CITEVE Amato Lusitano - IPCB Beira Serra UBI UBI

Medidas e acções possíveis de cooperação transfronteiriça
Objectivo 2 - Fortalecer o espaço fronteiriço (cont.)

DOMÍNIOS	MEDIDAS	ACÇÕES	GRUPO DE TRABALHO	PROPOSTAS JÁ IDENTIFICADAS	
				DESIGNAÇÃO	ENTIDADE
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento agrícola e rural sustentado • Valorização dos técnicas de produção e produtos biológicos. • Formação no domínio do apuramento das raças. • Sistema comum de vigilância epidemiológica transfronteiriça • Levantamento conjunto das estruturas organizativas (cooperativas) de comercialização de produtos. • Feiras e mostras do mundo rural. • Sistema de produção integrada e certificação da qualidade sanitária. • Produções extensivas com vista à preservação da paisagem. • Correção e inversão da situação de marginalidade económica e territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e Desenvolvimento Rural • Ambiente e proteção civil • Turismo, património e cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. A sustentabilidade dos sistemas agrários das zonas menos desenvolvidas. 2. Meios de comunicação em meios rurais. 3. Feira de produtos rurais. 4. Desenvolvimento e ordenamento dos espórios rurais das Beiras. 5. Feira do Mundo Rural, Caçap, Pesca e Natureza. 	1. ADRACES	1. ADRACES
QUALIFICAÇÃO E MERCADO LABORAL	<ul style="list-style-type: none"> • Formação, qualificação e mobilidade profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde, segurança social e emprego 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Apoio aos trabalhadores temporários. 2. Arte de trabalhar a madeira. 3. Pintura decorativa. 4. Cursos de Pos.-Graduação. 5. Jornadas de cooperação. 6. Intercâmbio de Formação Empresarial 7. Encontro transfronteiriço sobre ensino profissional 8. Curso de Aperfeiçoamento em técnicas audiovisuais 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Armaz Lusitano 2. ADDIB 3. ADDIB 4. UBI 5. Beira Serra 6. Ass. Com. Ind. do Concelho do Fundão 7. DRE Centro 8. Instituto Politécnico da Guarda 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Armaz Lusitano 2. ADDIB 3. ADDIB 4. UBI 5. Beira Serra 6. Ass. Com. Ind. do Concelho do Fundão 7. DRE Centro 8. Instituto Politécnico da Guarda
INTEGRAÇÃO SÓCIO-CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Integração e dinamização sócio cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio escolar (desportivo e cultural) • Mobilização de jovens, com vista a tornar mais atractivas para estas regiões marginais. • Integração dos trabalhadores temporários. • Drogas e controlo policial. • Movimento Associativo Desportivo, Recreativo e Cultural. • Utilização das comunicações nos domínios do ensino e da saúde. • Assistência na saúde. • Conhecimentos das políticas para idosos. • Integração de grupos em exclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e Desenvolvimento Rural • Ambiente e proteção civil • Turismo, património e cultura. • Saúde, segurança social e emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Jorn. Luso Extrameanas Educa. de Pessoas Adultas 2. Integração de trabalhadores temporários 3. Jornadas da Juventude da Raia. 4. Congresso Ibérico – Desporto para todos. 5. Centro de Informação e Animação de Projectos. 6. Telemedicina 7. Imunodeficiência – centros de recolha e atendimento. 8. Intercâmbio escolar "Muitos sons, um só território" 9. Encontro Transfronteiriço sobre Adm. Escolar. 10. Encontro Ass. Desp. e Cultural 11. Banda Desenhada Bilingue 	<ul style="list-style-type: none"> 1. ADRACES 2. Armaz Lusitano 3. Beira Serra 4. IND - IPCB 5. IP 6. Sub-região Sudoeste C. Branco 7. Sub-região Sudoeste Castelo Branco 8. C.M. Castelo Branco 9. DRE Centro 10. IP 11. Armaz Lusitano

Medidas e acções possíveis de cooperação transfronteiriça
Objectivo 3 - Valorização do espaço conjunto em domínios de excelência

DOMÍNIOS	MEDIDAS	ACÇÕES	GRUPO DE TRABALHO	PROPOSTAS JÁ IDENTIFICADAS	
				DESIGNAÇÃO	ENTIDADE
ECONOMIA E INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos factores de competitividade dos sistemas produtivos locais 	<ul style="list-style-type: none"> Encontros, seminários empresariais. Feiras e mostros de produtos da indústria, comércio e artesanato. Constituição de bases de dados com endereços de empresa, produtos e serviços das regiões em sectores de excelência das duas regiões. Ações conjuntas de promoção de produtos em feiras internacionais (casos dos laníticos, fio e dos minerais não metálicos) Centros de informação para visitantes e residentes com dados sobre o comércio local, informações de interesse público e dados institucionais. Estreitamento da relação entre as instituições de formação, investigação e a empresa, nomeadamente fértil, vestuário, fio e metalomecânica. Inventário conjunto dos domínios e projectos dos vários centros de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> Indústria, Empresa e Comércio. Universidade, Ciência e Tecnologia. Municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. 4º Encontro de Produtos de tecido de lã. 2. II Mostra de Produtos Regionais. 3. Feira da Indústria, Comércio e Artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> 1. ANIL 2. Ass. Comércio e Serviços do distrito da Guarda. 3. Câmara Municipal Belmonte
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção de produtos agro-pecuários e florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização das técnicas de produção e produtos biológicos. Formação no domínio do apuramento das raças. Feiras e mostros do mundo rural. Melhoramento das raças suíónicas. Promoção e comercialização de produtos de excelência (azeite, queijo, enchidos, esporgos, cerveja, mel, cogumelos, vinho, ...) Produções extensivas com vista à preservação da paisagem Exploração e inovação na produção de produtos como a boia de sabugueiro para corantes, aguardentes e licores de bolota, plantas para fins medicinais, 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ambiente e protecção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Revitalização de raças bovinas Autóctones em perigo de extinção. 2. Melhoramento da Raça Ovina Mondeguiera. 3. Feira de produtos rurais. 4. Desenvolvimento da olaria em Malhada Sorda. 5. Feira do Mundo Rural, Caça, Pesca e Natureza 6. Loja Raiana 	<ul style="list-style-type: none"> 1. IDARC 2. Ass. Desenvolvimento da Raia Histórica 3. IDARC 4. Ass. Desenvolvimento da Raia Histórica. 5. NERGA 6. Egitânia

**Medidas e acções possíveis de cooperação transfronteiriça
Objectivo 3 - Valorização do espaço conjunto em domínios de excelência (cont.)**

DOMÍNIOS	MEDIDAS	ACÇÕES	GRUPO DE TRABALHO	PROPOSTAS JÁ IDENTIFICADAS
DESIGNAÇÃO	ENTIDADE			
AMBENTE	• Valorização e promoção do património ambiental para fins turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação e aproveitamento turístico dos espaços naturais transfronteiriços. • Formação de técnicos/guias/guardas da floresta e dos rios. • Espécies protegidas. • Ordenamento e gestão de águas e de áreas cinegéticas. • Ordenamento dos rios. • Controlo de incêndios florestais. • Encontros, seminários com vista à divulgação das potencialidades da região e definição das estratégias de aproveitamento turístico dos recursos ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente e Protecção Civil. • Turismo. • Agricultura e Desenvolvimento Rural. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção do Douro Internacional. 2. Estudo Integrado do corredor natural do Egeus. 3. Cidades sustentáveis – reduzir os índices de desertificação do interior.
TURISMO	• Valorização e promoção do património histórico e cultural para fins turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Feiras e mostras do mundo rural. • Festivais. • Recuperação e valorização de “saberes” tradicionais (olarias, bordados,...) • Preservação e divulgação dos património com aproveitamento para fins turísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo, Património e Cultura. • Ambiente e Protecção Civil. • Indústria, Empresa e Comércio. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Universidade Popular (ensino de artes e ofícios tradicionais). 2. Museologia da Fronteira Segura. 3. Roteiro das Romarias Raianas. 4. Roteiro das Fortalezas da Raia. 5. Calendário de Feiras e Mercados Raianos. 6. Banda Desenhada Bilingue. 7. Encontro transfronteiriço sobre património histórico. 8. Rede de Iudârias. 9. II Roteiro Turístico do Distrito de Guarda. 10. Iº Feira do Turismo. 11. Vídeo Promocional da Região da Guarda. 12. II Edição do Festival de Cultura sem Fronteras. 13. Festival Cultural.

Duas medidas de cooperação serão decisivas para a consolidação da Estrutura Espacial do Território de Fronteiriço: i) **reforço da permeabilização da fronteira;** ii) **ordenamento territorial do espaço fronteiriço.** Trata-se de, por um lado, incrementar as conexões viárias transfronteiriças e, por outro, dar corpo à ideia de consolidação de um eixo urbano ao longo do IP 2, entre Castelo Branco e a Guarda.

No domínio da Economia e Inovação importa, por um lado, actuar em termos de dinamização económica e regional de todo o espaço raiano e da introdução de tecnologias e inovações, desenvolvendo acções mobilizadoras de empresas e empresários, e de aperfeiçoamento e divulgação de produções locais agrícolas e industriais. O vasto leque de propostas já identificadas é o garante de que este domínio continuará a ter, na cooperação transfronteiriça, um papel dinamizador de particular relevância.

No domínio da Agricultura e Desenvolvimento Rural, trata-se sobretudo de melhorar as condições de sustentabilidade de uma actividade que atravessa um longo período de recessão mas que, ainda assim, é fundamental para o suporte económico de uma boa parte das gentes raianas e para a manutenção da ruralidade das paisagens, a qual é afinal uma das grandes potencialidades desta faixa do território. Neste sentido, a valorização das técnicas de produção, o incremento da agricultura biológica, o apuramento das raças e a certificação da qualidade sanitária, a reorganização dos circuitos de comercialização, as feiras e mostras, são exemplos de acções a levar à prática.

No que concerne ao domínio da Qualificação e Mercado Laboral importa, sobretudo, apostar nas acções que visem a formação de trabalhadores e a melhoria da preparação de quadros técnicos e superiores e, por outro lado, naquelas que se orientem para o apoio e enquadramento de trabalhadores temporários (problema particularmente sentido na Beira Interior Sul).

Por último, quanto ao domínio da Integração Sociocultural, importa actuar em diversas frentes, mormente os campos da saúde, do combate à exclusão social, da prevenção da droga e do intercâmbio desportivo e cultural. Este é, de resto, um dos domínios onde existe um maior leque de propostas já identificadas.

Quanto à concretização do terceiro objectivo – Valorização do Espaço Conjunto em domínios de Excelência, devem ser considerados quatro domínios de

intervenção: i) Economia e Inovação; ii) Agricultura e Desenvolvimento Rural; iii) Ambiente; iv) Turismo.

No que se refere ao domínio da Economia e Inovação as acções a prosseguir devem orientar-se no sentido da **qualificação dos factores de competitividade dos sistemas produtivos locais de excelência**, casos das indústrias de lanifícios, do vestuário, do frio, das rochas ornamentais e da metalomecânica.

As intervenções no domínio da Agricultura e Desenvolvimento Rural deverão ser sobretudo pautadas pela **valorização e promoção de produtos agro-pecuários e florestais de excelência**, como o azeite, o queijo, os enchidos, os espargos, a cereja, o mel, o vinho, os cogumelos, a raça ovina mondegueira, os licores de bolota, a amêndoaa e as plantas aromáticas, medicinais e tintureiras.

No caso do domínio Ambiente trata-se sobretudo de **valorizar e promover os valores patrimoniais – ambientais** existentes (como os espaços protegidos ou de conservação da Natureza, as águas internacionais, os recursos cinegéticos e florestais) por forma a permitir a sua fruição para fins de turismo e lazer.

E, no caso do domínio restrito do Turismo, importa, sobretudo, encetar acções de **valorização e promoção do património histórico e cultural**.

*

* * *

Importa ainda acrescentar que a configuração e posta em prática de um Programa de Cooperação Transfronteiriça nos termos em que se esboçou, implica a **criação de um sistema permanente de Gestão e Acompanhamento**, o que significa **Monitorização, Avaliação, Divulgação e realização de Estudos**, numa lógica de Observatório.

Por outro lado, requer uma grande fluidez nas articulações entre o GIT e os gestores e/ou promotores das acções, quer ao nível das rotinas processuais/ /burocráticas de apresentação e, sobretudo, de aprovação das candidaturas, quer ao nível dos desbloqueamentos das verbas. E neste contexto, não será despiciendo reflectir sobre a eventual necessidade de uma maior aproximação física do GIT aos utentes e destinatários das suas acções (reivindicação que, de resto, vários actores locais fizeram sentir com frequência à Equipa de Investigação).

Por último, retomando a ideia de que a cooperação transfronteiriça deverá constituir um meio para a integração e a afirmação da Região Centro no quadro Ibérico, importa ter presente que o seu sucesso depende da **concertação de espaços e estratégias entre os vários GIT envolvidos**, sem desvirtuar os interesses maiores de cada região. De resto, este parece ser o caminho que está a ser seguido, como se poderá concluir dos resultados das entrevistas realizadas pela Equipa às entidades portuguesas e espanholas, conforme se verifica no quadro seguinte a grande convergência de interesses não é impeditiva da afirmação de alguns interesses particulares.

Principais domínios de intervenção estratégica na Cooperação Transfronteiriça apontados pelos representantes dos GIT

Domínios de intervenção prioritários	CCR Centro	Junta de Castilla y León*	Junta da Extremadura**
Acessibilidades			
Comunicações			
Economia			
Turismo, Património e Cultura			
Ambiente			
Agricultura			
Acção Social			

* Entrevista realizada em Valladolid, GIT de Castilla y León, 17 de Março de 1999

** Entrevista realizada em Mérida, GIT da Extremadura, 8 de Junho de 1999

7.2.2. da cooperação transnacional

A cooperação transnacional (para além da transfronteiriça) deve orientar-se segundo o objectivo de reforço da internacionalização da Região através de uma integração na lógica das redes. Para tal, quatro domínios de intervenção se vislumbram com maior alcance estratégico: i) Economia e Inovação; ii) Agricultura e Desenvolvimento Rural; iii) Ambiente, Turismo, Património e Cultura; iv) Integração Sócio-Cultural.

No que se refere ao domínio Economia e Inovação deverão ser privilegiadas duas medidas estratégicas, uma visando a melhoria de factores de competitividade

e promoção exterior da Região Centro, e outra visando o desenvolvimento de parcerias de investigação e conhecimento. Desde logo se percebe que a internalização, no processo de desenvolvimento local, da inovação e comunicações avançadas, bem como a mobilização de empresas e empresários e de outras instituições e agentes de investigação e ensino superior, constituem passos essenciais que importará consubstanciar em acções estratégicas, das quais sete estão já identificadas na respectiva matriz.

No caso do domínio Agricultura e Desenvolvimento Rural os esforços a encetar devem orientar-se sobretudo no sentido da preservação e valorização do mundo rural em contextos de parcerias e inovação e, assim sendo, importará levar a cabo acções que privilegiam a componente associativa e o intercâmbio na formação de animadores locais e regionais, as micro-empresas agroalimentares, os produtos biológicos, as energias alternativas, os potenciais autóctones florísticos e faunísticos, a generalização de telecomunicações em meios rurais. Conforme se verificará na respectiva matriz estão já identificadas quatro acções propostas pelos agentes.

No caso do domínio Ambiente, Turismo, Património e Cultura, a medida a privilegiar deve orientar-se o sentido da promoção externa dos numerosos e excelentes valores patrimoniais que a Região apresenta. A troca de experiências em termos de gestão e valorização de parques naturais, áreas de montanha e recursos hídricos, e os intercâmbios no domínio das tradições populares, são exemplos de acções estratégicas que têm a vantagem de existirem agentes locais interessados em concretizá-las.

Finalmente, no que concerne ao domínio Integração Sociocultural, o objectivo último a prosseguir deve ser o da valorização da cidadania europeia, o que pressupõe respeitar e potenciar as especificidades e diversidades culturais existentes. Nesta óptica, importará aprofundar experiências de multiculturalidade e mobilizar jovens trabalhadores para intercâmbios socioculturais vários.

*

* *

Também aqui, no campo da cooperação transnacional, e a exemplo do que atrás se referiu a propósito da cooperação transfronteiriça, importa criar um sistema permanente de Gestão e Acompanhamento.

Medidas e acções possíveis de cooperação transnacional

DOMÍNIOS	MEDIDAS	ACÇÕES	GRUPO DE TRABALHO	PROPOSTAS JAI IDENTIFICADAS	
				DESIGNAÇÃO	ENTIDADE
ECONOMIA E INovação	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos factores de competitividade e promoção exterior da Região Centro. Desenvolvimento de parcerias de investigação e conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Inovação e comunicações. Internacionalização da base económica regional. Intercâmbios entre centros de investigação para trocas de experiências. Criação de redes de trabalho/empresários em sectores específicos (construção civil, têxtil, metalomecânica, papel ...) Conhecimento no domínio da acção desenvolvida pelas agências de desenvolvimento regional em outros países. 	<ul style="list-style-type: none"> Indústria, Empresa e Comércio. Universidade, Ciência e Tecnologia. Municípios. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção e funcionamento do Parque Tecnológico da Covilhã. 2. Estudos sobre "Empresarialidade em territórios de baixa densidade" 3. Guia do Investidor em territórios de baixa densidade. 4. Criação de zonas de localização prioritária onde os apoios sejam acrescidos. 5. Apoio às microempresas agro-alimentares (projeto em curso). 6. Management des PME-PMI par l'innovation, les pratiques et les archéos européens. 7. Projeto Interprise – sectores – leitais e confeções, plásticos e moldes, cerâmica de construção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Câmara Municipal da Covilhã 2. NERCAB 3. NERCAB 4. NERCAB 5. Beira Serra 6. CEC 7. CEC
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do mundo rural em contextos de inovação 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de associações de desenvolvimento local que envolvam entidades de dois ou mais países da Comunidade Europeia. Valorização da flora e fauna autóctone. Intercâmbio na formação de animadores locais, regionais. Microempresas no domínio agro-alimentar. Utilização dos meios de comunicação em meios rurais. Sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Produtos biológicos, energias alternativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ambiente e protecção civil. Turismo, património e cultura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoramento da raça ovina Mandonegreira. 2. Ação de formação de animadores rurais (projeto em curso). 3. Meios de comunicação em meios rurais (projeto em curso). 4. Integração do meio rural no desenvolvimento do território (projeto em curso). 5. A sustentabilidade de Sistemas agrícolas nas zonas deprimidas da Bacia do Mediterrâneo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Raia Histórica 2. Beira Serra 3. ADRACES 4. ADRACES 5. ADRACES
AMBIENTE, TURISMO, PATRIMÓNIO E CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Promoção externa de valores patrimoniais de excelência 	<ul style="list-style-type: none"> Intercâmbio no domínio dos jogos tradicionais. Intercâmbio no domínio das danças tradicionais. Troca de experiências no domínio dos parques naturais, áreas de montanha e recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Turismo, Património e Cultura. Ambiente e Protecção Civil. Indústria, Empresa e Comércio. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projecto Terras da Moura Encantada. 2. Desenvolvimento da olaria de Malhada Sorda – Almeida. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direcção-Geral de Turismo 2. Raia Histórica
INTEGRAÇÃO SOCIO-CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> Valorização da Cidadania Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> Experiências multiculturais. Intercâmbio cultural no domínio desportivo e ação escolar. Dominio da juventude e políticas de juventude. Iniciativas de emprego a grupos em situação de exclusão social. Apóio a empresas femininas. 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ambiente e Protecção civil. Turismo, património e cultura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coménius – Ação Dois (Parcerias Europeias multiculturais entre escolas) 2. Centros de Cultura e Animação comunitária 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escola EB 2/3 Afonso de Paiva – Castelo Branco. 2. DRE Centro

7.2.3. Das lições de experiência

Das reuniões realizados com os actores locais e regionais, para além do conhecimento das iniciativas já realizadas e em curso, foi ainda possível obter um conjunto de ilações e sugestões que podem ser sistematizadas da seguinte forma:

a) A cooperação entre agentes/regiões no território nacional como uma alavanca da cooperação interregional

É fundamental que os parceiros nacionais percebam a vantagem da cooperação regional no território nacional nomeadamente para o desenvolvimento de projectos de cooperação transfronteiriça com regiões de Espanha e de outros países.

O quadro de debilidade demográfica e produtiva que caracteriza a área de fronteira traduz-se, como foi já anteriormente apontado, numa escassez de agentes e numa escala de intervenção necessariamente mais reduzida que a possibilitada por regiões económica e demograficamente mais importantes. É neste contexto que a cooperação entre várias entidades das várias sub-regiões raianas poderá ser uma forma de estas ganharem “massa crítica” e, como tal, terem maior facilidade em apresentar candidaturas mais ambiciosas, mobilizando recursos financeiros mais significativos.

b) O estabelecimento de parcerias estratégicas em áreas onde os parceiros portugueses tenham pouca ou nenhuma experiência como uma prioridade

A participação em colóquios, feiras e outros eventos similares, não tendo por vezes os impactos directos esperados (negócios, novos empregos, ...) tem o papel formativo para as entidades nacionais-regionais/lokais, que têm pouca experiência de actuação nestes domínios. É preciso aprender metodologias de intervenção e adaptá-las.

c) A clarificação de um quadro estratégico de cooperação como uma necessidade

As iniciativas desenvolvidas tendem a centrar-se na realização de eventos. Estes são uma forma de trocar experiências mas devem ter por detrás outras acções que materializem projectos que tenham impactos efectivos no desenvolvimento local e regional.

d) A concertação de competências e forças como uma via de entendimento

As entidades descentralizadas da Administração Central, tendo maior autonomia decisional e financeira, e maior facilidade de encontrar interlocutores, apresentam maior capacidade de encetar processos de cooperação interregional, nomeadamente transfronteiriça.

Esse facto deve ser encarado como uma vantagem, não constituindo um factor de entrave ao desenvolvimento de acções por parte de entidades cujo âmbito geográfico de acção seja o sub-regional ou local. O seu papel deverá ser de parceiro mobilizador adaptando-se o mais possível aos problemas e necessidades do território de fronteira.

e) A circulação de informação como um fluído indispensável

O acesso à informação é, hoje em dia, um factor de competitividade das empresas e das instituições, constituindo um instrumento fundamental para a tomada de decisões e para o estabelecimento de iniciativas. Este argumento é igualmente válido para a cooperação regional entre entidades portuguesas no território de fronteira, onde a escassez de informação se acentua dada a sua condição de região periférica.

Nas reuniões realizadas, esta temática foi aflorada por mais de uma vez, tendo alguns participantes feito sentir que é necessário reforçar os canais de difusão de informação, sem a qual não será possível “cooperar de igual para igual”, quer numa perspectiva transfronteiriça, quer transnacional.

f) A necessidade de desenvolver iniciativas com “maior visibilidade”

O vasto número de iniciativas desenvolvidas até ao momento é, sem dúvida alguma, um indicador positivo do processo de cooperação. Não querendo de forma alguma relegar a sua importância e contributo para o processo de desenvolvimento económico e sociocultural, é fundamental que as iniciativas ganhem “outra visibilidade”, ou seja, alarguem o seu âmbito geográfico de intervenção e reafirmem o seu impacto. Essa mudança será particularmente importante nos domínios económico, produtivo e tecnológico, onde as iniciativas devem assumir outro protagonismo, de forma a que possam contribuir para um processo de internacionalização e integração territorial.

g) Alargar os grupos de trabalho, através de um incremento da acção mobilizadora do GIT

É importante reforçar a mobilização das entidades, através da sua convocação para a participação nas reuniões de trabalho. Muito embora muitas delas não tenham projectos de cooperação, a sua chamada ao processo de participação poderá constituir um veículo de difusão, fomentando o seu envolvimento futuro.

7.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

A cooperação interregional é mais que um desígnio da União Europeia, é a sua própria razão de ser. Efectivamente, a caminhada para uma Europa das regiões e das cidades pressupõe o esbatimento do chamado “efeito de fronteira”, através do desenvolvimento de práticas de concertação e cooperação, da implementação de lógicas de redes e de capilarização e fluidez do espaço europeu.

Como se demonstrou e afirmou, a cooperação interregional no território de fronteira da Região Centro é uma realidade em crescendo. Em grande medida começou por germinar pontualmente graças a iniciativas perseverantes de alguns agentes locais, mormente da Beira Sul e, aos poucos, graças ao reforço dos apoios financeiros (particularmente comunitários) e institucionais, tem vindo a alastrar a todo o território fronteiriço, mobilizando, entre outros, câmaras municipais, núcleos empresariais, instituições de ensino superior e associações de desenvolvimento rural, local, cultural e recreativo. Só nos últimos cinco anos foram concretizadas 203 acções de cooperação interregional, das quais 37 materiais e 166 imateriais.

Relativamente ao próximo quinquénio as expectativas são ainda maiores, na medida em que as vantagens da cooperação interregional estão mais conscientizadas, os actores mais informados e motivados, os responsáveis políticos e institucionais mais empenhados e, os apoios financeiros, espera-se, serão mais significativos. À partida, estão já identificadas 87 intenções de cooperação regional.

Previsivelmente, será em torno da cooperação transfronteiriça que os protagonistas do processo de desenvolvimento do território raiano se mobilizarão mais, não só porque é uma realidade mais tangível, mas também porque é um processo com maior maturação. E, aqui, importará desenvolver um vasto e

diversificado leque de medidas tendo em vista o alcance de três objectivos fundamentais:

- i) Articular o espaço conjunto da Raia Central Ibérica;
- ii) Fortalecer o espaço fronteiriço da Região Centro;
- iii) Valorizar o espaço conjunto da Raia em domínios de excelência.

Síntese dos objectivos estratégicos e medidas da cooperação transfronteiriça

Objectivos	Medidas
Objectivo 1 Articulação do espaço conjunto da Raia Central Ibérica	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturação e coesão do espaço conjunto. • Dinamização, inovação e internacionalização da estrutura produtiva. • Valorização, aproveitamento e promoção dos recursos ambientais, patrimoniais e culturais.
Objectivo 2 Fortalecer o Espaço Fronteiriço	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da permeabilidade da fronteira. • Ordenamento territorial do espaço transfronteiriço. • Dinamização e diversificação da base económica. • Tecnologia, inovação e comunicações no apoio ao desenvolvimento regional e local. • Desenvolvimento agrícola e rural sustentado. • Formação, qualificação e mobilidade profissional. • Integração e dinamização sócio cultural.
Objectivo 3 Valorizar o espaço conjunto da Raia em domínios de excelência	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação dos factores de competitividade dos sistemas produtivos locais. • Valorização e promoção dos produtos agro-pecuários e florestais. • Valorização e promoção do património ambiental para fins turísticos. • Valorização e promoção do património histórico cultural para fins turísticos.

No que refere à cooperação transnacional (para além da transfronteiriça), a qual se pode considerar ainda numa base embrionária, importará sobretudo congregar esforços no sentido do reforço da internacionalização da Região através de uma integração na lógica de redes.

Síntese dos objectivos estratégicos e medidas da cooperação transnacional

Objectivos	Medidas
Reforço da internacionalização da região através da integração na lógica de redes	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos factores de competitividade e promoção exterior da Região Centro • Desenvolvimento de parcerias de investigação e conhecimento. • Preservação e valorização do mundo rural em contextos de parcerias de inovação. • Promoção externa de valores patrimoniais de excelência. • Valorização da cidadania Europeia.

Por último, importa sublinhar que das lições de experiência dos vários actores e acções de cooperação, se devem retirar diversas ilações, a saber:

- É indispensável uma maior clarificação do quadro estratégico de cooperação;
- A cooperação entre agentes/regiões no território nacional é uma alavanca da cooperação interregional (transfronteiriça e transnacional);
- É prioritário o estabelecimento de parcerias estratégicas em áreas onde os parceiros portugueses tenham pouca ou nenhuma experiência;
- A concertação de competências e forças é uma via para o entendimento;
- A fluidez da circulação de informação é um requisito indispensável;
- A aposta em iniciativas de cooperação com grande visibilidade é estratégica e necessária;
- O alargamento dos grupos de trabalho, através de um incremento da acção mobilizadora do GIT, é uma necessidade consensualizada.

Só assim será possível alcançar o objectivo central da cooperação interregional no território de fronteira que deverá ser o de:

Contribuir para a dinamização, sustentabilidade, aumento da competitividade e da visibilidade do território raiano, através de acções de cooperação estratégicas, concertadas e imbricadas, favorecedoras de lógicas de parceria e de complementariedades, potenciadoras de inovação e de limiares de concretização e de sucesso, valorizadoras e promotoras de atributos patrimoniais e de excelência.



Interreg II

Estudos
Regionais



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO